

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – CORECONPR

26º PRÊMIO PARANÁ DE MONOGRAFIA

TÍTULO DA MONOGRAFIA: A TEORIA ECONÔMICA ESCRITA EM LINGUAGEM ACESSÍVEL AO ENSINO FUNDAMENTAL: uma colaboração para a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)

PSEUDÔNIMO DO AUTOR: ECONOMITO

CATEGORIA:

ECONOMIA PARANAENSE ()

ECONOMIA PURA OU APLICADA (X)

RESUMO

Esta pesquisa demonstra, por meio de dados secundários, que no Brasil o assunto da educação financeira é deficitário, sendo, pois, evidenciado pela dificuldade de consumidores em administrar suas finanças e pelo aumento da inadimplência no país. Desse modo, é também demonstrada a importância de se ensinar educação financeira a educandos do ensino fundamental. Para tanto, utiliza-se o método bibliográfico para conhecer e analisar as principais contribuições da teoria econômica, através de citações de economistas clássicos na abordagem da Teoria da Renda, recorrendo sobre as diferentes formas de se ganhar dinheiro; da Teoria do Consumidor, sobre o comportamento racional do consumidor e suas restrições orçamentárias e, por fim; da Teoria Monetária, abordando sobre as funções da moeda e sua evolução. De forma conclusiva, se sugere a proposição de material pedagógico, fundamentado nas três teorias econômicas abordadas, para ser explorado em disciplinas (extra)curriculares nas escolas do Brasil, ou para leitura em bibliotecas de escolas públicas e privadas, a fim colaborar com a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF na transferência de conhecimento de Educação Financeira a educandos do 4º ao 5º ano do ensino fundamental da educação básica. O público principal, porém, são alunos de escolas públicas, por entender que há uma necessidade maior de educação financeira em sua própria estrutura familiar. Os resultados deste estudo demonstram que, com a informação e orientação claras aprendidas no material proposto, os educandos poderão refletir na tomada de decisão de suas famílias, bem como terão condições de se tornarem adultos conscientes de suas ações financeiras.

PALAVRAS CHAVE: Educandos, Educação Financeira, Teoria Econômica, ENEF, Ensino Fundamental Básico.

ABSTRACT

This research shows, through secondary data, that in Brazil the subject of financial education is deficient, and therefore evidenced by the difficulty of consumers in managing their finances and increased delinquency in the country. Thus, it also demonstrated the importance of teaching financial education to students of elementary school. For this, it uses the literature method to understand and analyze the main contributions of economic theory, through classical economists quotes in the approach of the Theory of Income, talking about the different ways to make money; Consumer theory, the rational for consumer behavior and budgetary constraints, and finally; Monetary Theory, addressing on the functions of money and its evolution. Conclusively, it is suggested to educational materials proposition, based on the three addressed economic theories, to be explored in courses (extra) curriculum in schools in Brazil, or reading in public and private school libraries in order to collaborate with the Strategy national Financial education - SNFE in transfer Financial education knowledge of the students from 4th to 5th grade of elementary school of basic education. The main audience, however, are public school students, understanding that there is a greater need for financial education in their own family structure. The results of this study demonstrate that, with clear information and guidance learned in the proposed material, the students will reflect on the decision making of their families and will be able to become adults aware of their financial actions.

KEY WORDS: Students, Financial Education, Economic Theory, SNFE, Elementary Education Basic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – PREFERÊNCIAS INDIVIDUAIS DO CONSUMIDOR	44
FIGURA 2 – CURVA DE INDIFERENÇA	45
FIGURA 3 – UTILIDADE MARGINAL DE BARRAS DE CHOCOLATE	47
FIGURA 4 – RELAÇÃO ENTRE CONSUMO E UTILIDADE MARGINAL	48
FIGURA 5 – UTILIDADE TOTAL DO CONSUMO DE CHOCOLATE	48
FIGURA 6 – LINHA DO ORÇAMENTO	50
FIGURA 7 – MODIFICAÇÃO NA RENDA SOBRE LINHA O ORÇAMENTO	51
FIGURA 8 – MODIFICAÇÃO NO PREÇO SOBRE LINHA DO ORÇAMENTO	52
FIGURA 9 – MAXIMIZAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR	54
FIGURA 10 – RENDA MÉDIA REAL DOS TRABALHADORES	78
FIGURA 11 – CRÉDITO – PESSOA FÍSICA – R\$ BILHÕES	79
FIGURA 12 – REMUNERAÇÃO DOS FATORES DE PRODUÇÃO	88
FIGURA 13 – DESTINAÇÃO DA RENDA PARA COMPRA DE BENS E SERVIÇOS	92
FIGURA 14 – UTILIDADE DE UMA BOLA DE BASQUETE EM ÉPOCA DE COPA.	93
FIGURA 15 – BRINQUEDOS POR ORDEM DE UTILIDADE.	93
FIGURA 16 – RELAÇÃO DE TROCA DE BENS E SERVIÇO.	96
FIGURA 17 – PREÇO DOS BRINQUEDOS DISPONÍVEIS PARA COMPRA	97
FIGURA 18 – CÉDULAS E MOEDAS DE REAL VIGENTES NOS BRASIL	97
FIGURA 19 – RESERVA PARA PRECAUÇÃO OU AQUISIÇÃO NO FUTURO	98
FIGURA 20 – RENDIMENTO DO DINHEIRO GUARDADO APÓS UM ANO	99
FIGURA 21 – COMPARAÇÃO DO DINHEIRO GUARDADO EM CASA X CADERNETA DE POUPANÇA.	100
QUADRO 1 – CESTAS DE MERCADO ALTERNATIVAS	44
QUADRO 2 – MODALIDADES DE ESTILOS DE APRENDIZAGEM	71
QUADRO 3 – PRINCÍPIOS E RECOMENDAÇÕES DA OCDE (*)	75
QUADRO 4 – PRINCÍPIOS E RECOMENDAÇÕES DA OCDE (*) (**)	77
QUADRO 5 – ORDEM DE UTILIDADE DOS BRINQUEDOS	95

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – TIPO DE REMUNERAÇÃO PARA CADA FATOR DE PRODUÇÃO	23
TABELA 2 – CESTAS DE MERCADO E A LINHA DO ORÇAMENTO.....	49
TABELA 3 – RELAÇÕES DE TROCA PARA O FUNCIONAMENTO DE UM MERCADO À BASE DE ESCAMBO	56
TABELA 4 – CRÉDITO A PESSOAS FÍSICAS – SALDOS R\$ BILHÕES	80

LISTA DE EQUAÇÕES

EQUAÇÃO Nº 1.....	50
EQUAÇÃO Nº 2.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEF-Brasil – Associação de Educação Financeira do Brasil
ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimento
BACEN – Banco Central do Brasil
BM&F Bovespa – Bolsa de Mercadorias e Futuros
BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo
CNDL – Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas
COREMEC – Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira
FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC – Ministério da Educação e Cultura
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PISA – *Programme for International Student Assessment*
PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar
SPC – Serviço de Proteção ao Crédito
SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
2.1 Fundamentação teórica.....	21
2.1.1 Teoria da Renda	21
2.1.1.1 Renda da terra: aluguel	23
2.1.1.2 Renda do trabalho: salário	29
2.1.1.3 Renda do capital: juro	36
2.1.1.4 Renda da capacidade empresarial: Lucro	38
2.1.2 Teoria do Consumidor.....	40
2.1.2.1 Análise do comportamento do consumidor.....	40
2.1.2.2 Curvas de Indiferença	43
2.1.2.3 Utilidade Total e Utilidade Marginal.....	45
2.1.2.4 Restrições Orçamentárias	49
2.1.3 Teoria Monetária.....	54
2.1.3.1 Origens e evolução da moeda.....	54
2.1.3.2 Funções da moeda e seus tipos.....	59
2.1.3.3 Teoria Monetária em Keynes	60
2.2 Método de pesquisa.....	67
2.2.1 Método bibliográfico	67
2.2.2 A educação financeira <i>versus</i> a linguagem de entendimento do aluno no ensino fundamental da educação básica	68
2.2.3 Método de aprendizagem de Vygotsky e estilos de aprendizagem de Gardner	70
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	73
3.1 O contexto da educação financeira na escola.....	73
3.2 Marco Legislativo e diretrizes para a educação financeira na escola no Brasil..	82
4. RESULTADOS DA PESQUISA	88
4.1 Teoria da Renda Aplicada ao Ensino Fundamental Básico.....	88
4.2 Teoria do Consumidor Aplicada ao Ensino Fundamental Básico	90
4.3 Teoria Monetária Aplicada ao Ensino Fundamental Básico	96
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS	106

1. INTRODUÇÃO

Educação Financeira é um tema que, atualmente, vem sendo reconhecido cada vez mais como fator importante para elevação da qualidade de vida das pessoas, visto que possibilita a tomada de decisão em caráter financeiro e econômico, o que impacta consideravelmente no bem-estar dos indivíduos e de suas famílias.

A educação financeira, segundo Hill (2009), pode ser definida como a habilidade que os indivíduos apresentam de fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais durante o ciclo de sua vida.

Santos (2009), por meio do Boletim de Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro, diz que, segundo a OCDE, a educação financeira é entendida como um conjunto amplo de orientações e esclarecimentos sobre posturas e atitudes adequadas no planejamento e uso dos recursos financeiros. Com a educação financeira os indivíduos aprimoram o seu entendimento sobre produtos financeiros, seus conceitos e riscos, de forma que, com conhecimento e indicações claras possam desenvolver capacidades e confiança necessárias para adotarem resoluções abalizadas e com segurança, aperfeiçoando seu bem-estar financeiro.

Apenas um em cada sete estudantes de 15 ou 16 anos de idade é capaz de realizar operações simples e cotidianas referentes a finanças, é o que revela a edição de educação financeira do *Programme for International Student Assessment*, PISA 2012, mais importante avaliação educacional do mundo, realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE. O programa é o primeiro que avalia os conhecimentos financeiros dos estudantes. Os dados foram extraídos do PISA 2012 e compila os resultados alcançados por 29.000 jovens em 18 nações.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP (2015), o PISA tem o objetivo de produzir indicadores para contribuir com a qualidade da educação nos países participantes, subsidiando políticas de melhoria do ensino básico, que vão além da observância das competências dos estudantes em Leitura, Matemática e Ciências, até a coleta de informações para a elaboração de indicadores contextuais, relacionando o desempenho dos alunos a variáveis demográficas,

socioeconômicas e educacionais. No Brasil, o indicador utilizado para a verificação das metas fixadas no Termo de Adesão ao Compromisso "Todos pela Educação", do Plano de Desenvolvimento da Educação, do MEC, para a educação básica, é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, IDEB.

Ainda segundo o INEP (2015), "o Brasil é o único país sul-americano que participa do PISA desde sua primeira aplicação, tendo iniciado os trabalhos com esse programa em 1998." O PISA, no Brasil, é coordenado pelo INEP, sua realização ocorre no mês de maio para estudantes selecionados de todas as unidades federativas. Em 2015, novas áreas do conhecimento entraram nas avaliações: Competência Financeira e Resolução Colaborativa de Problemas.

Segundo Gitman (1997, p. 589), o planejamento financeiro "é um aspecto importante para o funcionamento e sustentação da empresa, pois fornece roteiros para dirigir, coordenar e controlar suas ações na consecução de seus objetivos", estabelecendo a maneira pela qual os objetivos financeiros podem ser conseguidos.

O projeto de ensino de educação financeira, proposto neste trabalho, pode levar educandos dos anos finais do primeiro ciclo do ensino fundamental, especificamente 4º e 5º anos da educação fundamental básica, a entenderem a importância do planejamento financeiro para suas vidas. Os educandos também podem entender que quando as pessoas recebem informações significativas em relação ao seu desenvolvimento financeiro de maneira sustentável, poderão influenciar o desenvolvimento e a economia do ambiente que os cerca por meio de uma postura responsável.

A educação financeira e a consequente realização de um planejamento orçamentário mostram-se eficazes para o estabelecimento do equilíbrio financeiro familiar. O aumento da oferta e facilidade de obtenção de créditos permitiu a aquisição de produtos e serviços pelas diversas classes sociais, antes só realizáveis no mundo dos sonhos. No entanto, crédito fácil e abundante, com pouco conhecimento financeiro, pode levar ao endividamento além do suportável pelas famílias. A Proteste Associação de Consumidores realizou em 2013 estudos sobre despesas familiares e constatou que cerca de 37% das famílias possuem despesas acima dos ganhos mensais, e mais de 55% gastam o salário todo antes do fim do mês. De acordo com essa pesquisa,

63% das famílias utilizam o cartão de crédito e 48% o cheque especial como suporte à renda familiar.

Esta questão é de tamanha relevância que o Governo Federal, através do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do Sistema Financeiro Nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores.

Nesse sentido, levanta-se o seguinte questionamento a respeito do tema: como a abordagem do assunto sob a ótica da teoria econômica pode ser tratada de uma maneira simples e didática?

O ensino da Educação Financeira proporcionado a educandos do 4º ao 5º ano do ensino fundamental básico se mostra relevante, pois os alunos, neste período, se encontram alfabetizados e têm condições de realizar operações básicas de matemática. Desse modo, através de uma linguagem simples e material didático adequado, a educação financeira poderá ajudar estes educandos a ter condições de tomar corretamente as decisões de ganhar, gastar e poupar dinheiro.

Para tanto, o presente trabalho tem por objetivo colaborar com a Estratégia Nacional de Educação Financeira através da criação de material pedagógico, fundamentado na teoria econômica, com a finalidade de transferir conhecimento a alunos do 4º e 5º anos do ensino fundamental, dentro da temática de Educação Financeira que poderá ser explorado em disciplinas (extra)curriculares nas escolas do Brasil, ou como leitura de material custodiado na biblioteca de escolas públicas e privadas.

Especificamente, o presente trabalho pretende desenvolver os principais elementos da Teoria da Renda, Teoria do Consumidor e Teoria Monetária em versão e linguagem acessíveis ao entendimento de educandos do 4º e 5º anos do ensino fundamental da educação básica.

Conforme demonstrado nas pesquisas, é por meio da educação financeira que as pessoas aprimoram sua compreensão sobre conceitos financeiros e também desenvolvem capacidades e segurança para assumir riscos e oportunidades financeiras, se tornam mais conscientes em suas escolhas e melhoram assim a relação com suas finanças e com os assuntos

econômicos. Por isso, abordar o assunto da educação financeira a educandos do 4º e 5º anos do ensino fundamental básico de escolas particulares e, principalmente, públicas se mostra de grande relevância, pois contribui de forma significativa para o desenvolvimento desses estudantes, dando-lhes maiores oportunidades de se tornarem adultos conscientes para administrar suas finanças. A ênfase nas escolas públicas se deve à necessidade de educação financeira, devido à carência de suporte necessário na própria estrutura familiar de grande parte dos alunos destas escolas.

Segundo os dados do indicador calculado pelo Serviço de Proteção ao Crédito SPC Brasil (2015) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas CNDL (2015), o número de consumidores com contas atrasadas e registrados nos cadastrados de inadimplência apresentou aumento de 4,79%, em relação ao mesmo mês do ano anterior, sendo que no acumulado dos cinco primeiros meses de 2015, a alta atingiu 4,63%. O crescimento observado em maio é o maior desde agosto do ano passado e a mais intensa variação anual para os meses de maio desde 2013. Os economistas estimam que ao final de maio havia, aproximadamente, 56,5 milhões de brasileiros com o CPF negativado em todo o país. Isso significa dizer que, entre dezembro de 2014 e maio de 2015, houve um aumento líquido de dois milhões de novos inadimplentes.

Segundo o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil, 2015), a abertura do indicador de dívidas em atraso por setor da economia revela também que o brasileiro tem enfrentado dificuldades para realizar o pagamento, até mesmo, de contas básicas. O avanço no número de dívidas foi causado pelos atrasos de pagamentos a empresas concessionárias de serviços como água e luz, com alta de 13,31% na base anual de comparação. Em segundo lugar, destaca-se o crescimento de 12,02% das dívidas a empresas de telefonia, internet e TV por assinatura, seguido pelo segmento de bancos, que engloba dívidas no cartão de crédito, empréstimos, financiamentos e seguros, com alta de 10,10%. Ainda que o crescimento das dívidas no setor de contas de água e luz seja o principal destaque do mês de maio, o ramo de bancos é o principal setor credor com participação de quase metade, 48,56% no total de dívidas em atraso, seguido do comércio, com 19,85%, que obteve queda (-0,29%) no último mês na base anual de comparação.

Uma das principais preocupações da atualidade está sendo o hábito do consumismo, que tem influenciado consumidores compulsivos a gastar seu dinheiro de forma desregrada, comprando pelo simples prazer de consumir e, muitas vezes, adquire produtos supérfluos, sem necessidade, gerando dívidas e tornando-se inadimplentes. Segundo Cortez *et al* (2009), é por meio da atividade de consumo que as identidades sociais são desenvolvidas, neste momento o indivíduo se sente como pertencente a um grupo e que faz parte de redes sociais. Nesse sentido, segundo os autores, há também uma conexão entre valores éticos, escolhas políticas, visões sobre a natureza e comportamentos relacionados às atividades de consumo.

Ainda de acordo com Cortez *et al* (2009), a abundância dos bens de consumo produzidos no sistema industrial é um dos símbolos do sucesso das economias capitalistas modernas, porém essa fartura acabou tendo uma conotação negativa, levantando críticas que consideram o consumismo como um dos principais problemas das sociedades industriais modernas. De acordo com (CORTEZ *et al*, 2009, p. 35): “Consumismo é o ato de consumir produtos ou serviços, muitas vezes, sem consciência”.

Assim sendo, observa-se que há um estímulo do capital sobre as atividades de consumo, conforme relata Cortez *et al* (2009), a sociedade de consumo expandiu-se, sendo influenciada pelo estilo de vida norte-americano, dessa forma, “o consumo transformou-se em uma compulsão e um vício, estimulados pelas forças do mercado, da moda e da propaganda.” Ainda de acordo com os autores, “a qualidade de vida e a felicidade têm sido cada vez mais associadas e reduzidas às conquistas materiais.” Tal comportamento é conduzido por um círculo vicioso, fazendo com que o indivíduo trabalhe para manter e ostentar um nível de consumo, que reduz seu tempo de lazer e de relações sociais (CORTEZ *et al*, 2009, p. 35).

Portanto, pode-se perceber que é necessário, de forma urgente e emergencial, mudar o hábito de compra dos brasileiros. Boa parte da população tem um equivocado comportamento em compra parcelada. Quando o valor da parcela é possível de ser enquadrado dentro do orçamento mensal, a aquisição é realizada, desconsiderando o valor total à vista e a prazo do item adquirido. Esse hábito equivocado deve ser gradativamente desfeito, para evitar o endividamento das famílias brasileiras. A elaboração de material

pedagógico, com linguagem acessível a ser trabalhado com educandos do ensino fundamental da educação básica em muito colaboraria para, gradativamente, melhorar os hábitos não racionais do consumidor brasileiro.

O presente trabalho, portanto, está dividido em cinco capítulos. Além desta introdução, o capítulo dois trata da fundamentação teórica e procedimentos metodológicos. O capítulo três exhibe o contexto da educação financeira na escola, apontando o Marco Legislativo e suas diretrizes para a educação financeira no Brasil e, também, a recomendação para implantação do Programa de Educação Financeira. No quarto capítulo, serão apresentados os resultados desta pesquisa, mostrando a aplicação das Teorias acima mencionadas. Por fim, serão feitas as considerações finais sobre este trabalho desenvolvido.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O referencial teórico desta pesquisa está subdividido em três pilares da Teoria Econômica: Teoria da Renda, Teoria do Consumidor e Teoria Monetária. A teoria da renda foi inicialmente discutida por Adam Smith em seu livro: *A Riqueza das Nações*, publicado originalmente em 1776; Smith considerou a renda da terra como “o preço pago pelo uso da terra ao seu proprietário” (SMITH, 1996, p. 187).

Para Smith, o desenvolvimento das sociedades passa, obrigatoriamente, pela renda da terra.

[...] toda melhoria da situação da sociedade tende, direta ou indiretamente, a elevar a renda real da terra, a aumentar a riqueza real do proprietário da terra, seu poder de comprar trabalho, ou a produção do trabalho de outras pessoas. A expansão das melhorias e do cultivo da terra tende a elevar a renda da terra de maneira direta. A parcela do proprietário da terra na produção necessariamente aumenta com o crescimento da produção (SMITH, 1996, p. 70).

Smith aponta que a sociedade evoluída é dividida em três categorias de pessoas, aquelas que sobrevivem da renda da terra, aquelas que sobrevivem do salário e aquelas que sobrevivem do lucro do capital.

A produção anual total da terra e do trabalho de cada país [...] naturalmente se divide [...] em três partes: a renda da terra, os salários da mão-de-obra e o lucro do capital, constituindo assim uma renda para as três categorias de pessoas (SMITH, 1996, p. 271).

Para David Ricardo a renda deveria ser de tal forma que permitisse ao rendeiro a conservação do seu lucro à taxa de remuneração normal dos seus capitais. O seu peso no rendimento depende das condições de produção. Quem trabalha em melhores condições paga mais renda, contudo, quem acabava por pagar essa renda, era na realidade o consumidor final.

Embora a teoria da renda da terra ricardiana permaneça até hoje basicamente inalterada e perfeitamente integrada à teoria econômica contemporânea, não há dúvida de que, para Ricardo, era um dos pilares do seu próprio modelo de desenvolvimento de uma economia capitalista. Napoleoni (1991) destaca o conceito do que seria a distribuição do produto social entre as classes sociais para Ricardo:

Enquanto Smith havia definido a economia como a ciência da riqueza das nações [...], Ricardo define a economia política como sendo a ciência que se ocupa da distribuição do produto social entre as classes [...] com a distribuição do produto entre salários, lucros e renda fundiária (NAPOLEONI, 1991, p. 85).

A Teoria do Consumidor, após o entendimento dos diferentes tipos de renda, se mostra pertinente pelo fato de ser necessário discutir a forma racional que deve se portar o consumidor, após auferir sua renda.

Segundo Pindyck e Rubinfeld (2006), para compreender o comportamento do consumidor, deve-se examinar três etapas, sendo a primeira: a análise das preferências do consumidor, que busca de uma forma prática descrever porque as pessoas preferem uma determinada mercadoria, bem ou serviço à outra. A segunda, diz respeito às restrições orçamentárias que os consumidores estão sujeitos, tendo em vista as limitações de suas rendas e a consequente restrição nas quantidades de bens e serviços que podem ser adquiridos e, a terceira e última etapa, que consiste em combinar as preferências dos consumidores com as restrições orçamentárias, visando à determinação das escolhas dos consumidores.

Discutida a Teoria da Renda e a Teoria do Consumidor, há de se fazer uma importante observação: a renda não deve ser totalmente direcionada para consumo. A moeda tem mais de uma função e não somente a de intermediar troca. A reserva de valor é outra importante função que a moeda exerce. Antes, porém, é necessário entender a evolução da moeda ao longo do tempo.

Antigamente, a relação de comércio era realizada por meio de troca ou escambo, o valor de trocas era determinado pela quantidade de tempo ou força de trabalho despendida para produzi-la. Segundo Ricardo (1988, p. 14): “nas etapas primitivas da sociedade, o valor de troca de tais mercadorias, dependia quase exclusivamente da quantidade corporativa de trabalho empregada em cada uma”.

Essa função é chamada de função de circulação, “que condiciona a própria evolução da atividade econômica, facilitando e acelerando as trocas” (HUGON, 1972, p. 24).

Para Keynes (1936), a moeda não é apenas um meio de troca, mas também serve de reserva de valor, por ter a qualidade de gerir riqueza ao longo

do tempo. Sendo assim a moeda é mais do que um mero meio de troca. Segundo Keynes (1936), a moeda apresenta um papel duplo de meio de pagamento e forma de riqueza: “Seu retorno vem na forma de um prêmio de liquidez em vez de uma compensação pecuniária, já que possui o maior prêmio de liquidez entre os ativos”. Um dos grandes pontos da teoria Keynesiana é mostrar que, em uma economia monetária, a moeda torna-se um ativo.

A capacidade da moeda de gerar liquidez funciona como um porto seguro aos agentes econômicos diante de incertezas do futuro. Assim sendo, quanto maior a incerteza, maior a retenção de moeda por parte dos agentes. Keynes (1936) demonstra, em sua teoria, o fato de a moeda não ser um mero facilitador de trocas, pois ela afeta as decisões dos agentes. Caso o agente utilize parte da renda para comprar “riqueza não reprodutível” como moeda e outros ativos líquidos, pode acarretar em problemas na demanda efetiva da economia. Sendo assim, Keynes (1936) demonstra a não neutralidade da moeda e que a busca por moeda e ativos não reprodutíveis são formas de acumulação de riqueza perante a acumulação de bens de capital. Para tanto, é racional que em momentos de incerteza os agentes busquem reter moeda.

Para o desenvolvimento desta pesquisa será realizado, inicialmente, leitura de Teorias Econômicas supracitadas. Na sequência se pretende fazer a conversão das principais ideias dessas teorias em texto pedagogicamente adaptado para entendimento e conscientização de educandos do nível escolar fundamental.

2.1 Fundamentação teórica

2.1.1 Teoria da Renda

A primeira discussão sobre a Teoria da Renda foi escrita pelos pensadores clássicos, entre eles, Adam Smith e David Ricardo os quais abordavam a teoria da renda da terra.

O primeiro autor a identificar a renda da terra como uma categoria econômica foi Adam Smith em seu livro: *A Riqueza das Nações*, publicado originalmente em 1776. Para Smith (1996), a renda da terra é considerada

como o preço pago pelo uso dessa mesma terra ao seu proprietário. Para o autor, a terra consiste em um proveito racional do excedente empregado pelo proprietário nas benfeitorias que fez na terra e não ganho com o trabalho, que é apropriado da terra através do exercício do seu poder de monopólio.

A teoria da renda trata do valor pago pelo uso dos fatores de produção que é a sua remuneração ou renda, esta é recebida pelos proprietários desses fatores produtivos, desta forma:

A produção anual total da terra e do trabalho de cada país - ou, o que é a mesma coisa, o preço total dessa produção anual - naturalmente se divide, como já foi observado, em três partes: a renda da terra, os salários da mão-de-obra e o lucro do capital, constituindo uma renda para três categorias de pessoas: para aquelas que vivem da renda da terra, para aquelas que vivem de salário, e para aquelas que vivem do lucro (SMITH, 1996, p. 271).

Hunt (2013) diz que Smith foi o primeiro a conferir o sentido de que as três principais categorias funcionais de renda – lucros, aluguéis e salários – correspondiam às três classes sociais mais importantes do sistema capitalista de seu tempo – os capitalistas, os proprietários de terras e os operários livres. Smith também organizou uma teoria histórica na qual explicou a evolução dessa forma de sociedade de classes e uma teoria sociológica para explicar as relações de poder entre as três classes.

Rossetti (2011), além das tradicionais categorias de renda, destaca a existência de uma quinta categoria:

Os salários constituem a denominação genérica de todas as formas de pagamento ao fator trabalho, inclusive os encargos sociais. O fator capital é remunerado através de aluguéis e arrendamentos ou, então, ressarcido pelos lançamentos contábeis da depreciação. A capacidade tecnológica é remunerada por royalties ou outros direitos de propriedade, pagos a seus detentores. E a empresariedade é remunerada pelo lucro gerado pelos empreendimentos; os dividendos pagos a acionistas, possuidores de quotas-partes do capital das empresas, incluem-se nesta categoria. Por fim, há ainda uma importante categoria de fluxo monetário, o pagamento de juros (ROSSETTI, 2011, p. 183 e 184).

Sendo assim, pode-se dizer que renda é a remuneração dos fatores de produção: salários (remuneração do fator trabalho), aluguéis (remuneração da terra), juros (remuneração do capital), lucros (remuneração da capacidade empresarial) e royalties (remuneração da tecnologia).

Desta forma pode-se resumir o tipo de remuneração para cada fator de produção na seguinte tabela:

TABELA 1: TIPO DE REMUNERAÇÃO PARA CADA FATOR DE PRODUÇÃO

Fator de Produção	Renda
Terra	Aluguel
Trabalho	Salário
Capital	Juro
Capacidade empresarial	Lucro
Tecnologia	Royalty

Fonte: Adaptada de Rossetti (2011)

Para fins desta pesquisa serão tratadas as tradicionais formas de renda, ou seja, não será discutida a renda tipo royalty, sugerida por Rossetti (2011).

2.1.1.1 Renda da terra: aluguel

Por meio da apreciação da evolução da história do pensamento econômico, mais precisamente da Escola Clássica, verifica-se que um dos conceitos mais discutidos pelos pensadores dessa escola é o conceito da renda da terra. Entre os principais estudiosos destacam-se: Adam Smith, Thomas Robert Malthus e David Ricardo os quais abordavam a teoria da renda da terra.

Smith (1996) enunciou os principais conceitos da teoria da renda da terra, denominando de renda da terra a remuneração que pertence ao proprietário pela utilização da terra no processo produtivo, ou seja, designou a renda da terra como o preço pago pelo uso da terra ao seu proprietário.

Consequentemente, a renda da terra, considerada como o preço pago pelo uso da terra, é naturalmente um preço de monopólio. De forma alguma é ela proporcional àquilo que o proprietário pode ter investido na melhoria da terra, ou àquilo que ele pode extrair dela; mas ela é proporcional ao que o arrendatário pode pagar (SMITH, 1996, p. 186).

Para ele, a terra é o único mecanismo capaz de garantir riqueza e o desenvolvimento das sociedades.

[...] toda melhoria da situação da sociedade tende, direta ou indiretamente, a elevar a renda real da terra, a aumentar a riqueza real do proprietário da terra, seu poder de comprar trabalho, ou a produção do trabalho de outras pessoas. A expansão das melhorias e do cultivo da terra tende a elevar a renda da terra de maneira direta. A parcela do proprietário da terra na produção necessariamente aumenta com o crescimento da produção (SMITH, 1996, p. 270, 271).

O autor ainda explica que o aperfeiçoamento das forças produtivas leva a reduzir o preço da mercadoria e, dessa forma, indiretamente, aumenta a renda da terra.

Todos esses aperfeiçoamentos das forças produtivas da mão-de-obra que diretamente tendem a reduzir o preço real dos artigos manufaturados tendem indiretamente a aumentar a renda da terra. O proprietário da terra troca aquela parte de sua produção natural que está além de seu próprio consumo — ou, o que dá no mesmo, o preço daquela parte do produto por produto manufaturado. Tudo o que reduz o preço real do produto manufaturado aumenta o do produto natural. Com isso, uma quantidade igual do primeiro torna-se equivalente a uma quantidade maior do segundo, e o proprietário da terra tem a possibilidade de comprar uma quantidade maior de comodidades, ornamentos ou artigos de luxo de que necessita (SMITH, 1996, p. 271).

Da mesma maneira, o contrário também pode acontecer, ou seja, a estagnação das forças produtivas ocasionaria a redução da renda da terra.

Por outro lado, a situação contrária, o menosprezo do cultivo e do aprimoramento da terra, a queda do preço real de qualquer parcela da produção natural da terra, o aumento do preço real dos produtos manufaturados, devido ao declínio da arte manufatora, o declínio da riqueza real da sociedade, todos esses fatores tendem a baixar a renda real da terra, a reduzir a riqueza real do proprietário da terra, a diminuir seu poder de comprar trabalho ou o produto do trabalho de outras pessoas (SMITH, 1996, p. 271).

Em sua teoria, Smith (1996) aponta que a sociedade evoluída é dividida em três categorias de pessoas: aquelas que sobrevivem da renda da terra, aquelas que sobrevivem do salário e aquelas que sobrevivem do lucro do capital. Segundo ele, a produção anual total da terra e do trabalho de cada país naturalmente se divide em três partes: a renda da terra, os salários da mão de obra e o lucro do capital, constituindo, assim, uma renda para as três categorias de pessoas.

Os interesses dos proprietários de terra estariam diretamente ligados aos interesses das duas outras categorias da sociedade evoluída:

[...] eles são a única das três categorias cuja renda não lhes custa nem trabalho nem cuidado, pois esta renda lhes vem, por assim dizer, espontaneamente, independentemente de qualquer plano ou projeto (SMITH, 1996, p. 272).

Outra importante contribuição de Smith para o estudo da renda da terra foi a sua comparação com a taxa de lucro:

[...] a taxa de lucro não aumenta com a prosperidade da sociedade e não diminui com o seu declínio – como acontece com a renda da terra e com os salários. Ao contrário, essa taxa de lucro é naturalmente baixa em países ricos e alta em países pobres, sendo a mais alta, invariavelmente, nos países que caminham mais rapidamente para a ruína. Por isso, o interesse dessa terceira categoria não tem a mesma vinculação com o interesse da sociedade como o das outras duas (SMITH, 1996, p. 273).

Smith distingue preço de mercado e preço natural. Para ele o preço natural era relacionado aos custos de produção, sendo este o suficiente para pagar a renda, salários e lucros, assim:

Quando o preço de uma mercadoria não é menor nem maior do que o suficiente para pagar ao mesmo tempo a renda da terra, os salários do trabalho e os lucros do patrimônio ou capital empregado em obter, preparar e levar a mercadoria ao mercado, de acordo com suas taxas naturais, a mercadoria é nesse caso vendida pelo que se pode chamar seu preço natural (SMITH, 1996, p. 109).

O preço de mercado é determinado como o preço pelo qual a mercadoria é efetivamente vendida no mercado, sendo assim, o preço é ajustado de acordo com a oferta e a demanda de mercado:

O preço efetivo ao qual uma mercadoria é vendida denomina-se seu preço de mercado. Esse pode estar acima ou abaixo do preço natural, podendo também coincidir exatamente com ele. O preço de mercado de uma mercadoria específica é regulado pela proporção entre a quantidade que é efetivamente colocada no mercado e a demanda daqueles que estão dispostos a pagar o preço natural da mercadoria, ou seja, o valor total da renda fundiária, do trabalho e do lucro que devem ser pagos para levá-la ao mercado (SMITH, 1996, p. 116).

Smith também estabelece o conceito de demanda efetiva como a demanda daquelas pessoas que estão dispostas a pagar o preço natural da

mercadoria, ou seja, o valor total da renda fundiária, do trabalho e do lucro que devem ser pagos para levá-la ao mercado. Sendo assim:

Quando a quantidade de uma mercadoria colocada no mercado é inferior à demanda efetiva, não há possibilidade de fornecer a quantidade desejada a todos àqueles que estão dispostos a pagar o valor integral — renda da terra, salários e lucro — que deve ser pago para colocar a mercadoria no mercado (SMITH, 1996, p. 110).

Malthus (1996) criticou Smith por afirmar que a renda da terra é característica de um monopólio comum. Ele diz que as contribuições de Smith foram importantes, contudo, o autor deveria ter esclarecido a relação entre a renda da terra e o aumento do preço das mercadorias de primeira necessidade. A definição de Malthus para a renda da terra é:

A parcela do produto total que fica para o proprietário da terra depois de pagas todas as despesas, de qualquer tipo, referentes ao seu cultivo, inclusive os lucros do capital empregado, estimados segundo a taxa usual e ordinária de lucro do capital agrícola no período considerado (MALTHUS, 1996, p. 81).

Para Malthus (1996), Smith não elucidou com suficiente clareza a causa mais essencial do elevado preço dos produtos agrícolas; deixando o leitor sem uma noção clara da verdadeira diferença entre a causa do preço elevado dos bens de primeira necessidade e das mercadorias monopolizadas. Malthus explica as causas do excedente do preço dos produtos agrícolas sobre os custos de produção. Ele afirma que são três as suas causas: A primeira é a capacidade da terra de produzir bens necessários à vida, a segunda é a característica que os bens produzidos têm de criar sua própria renda, a terceira refere-se à escassez de terras férteis, tanto as naturais quanto as já melhoradas artificialmente pelo homem.

No que se refere à relação entre os interesses dos proprietários de terras e o Estado, Malthus concorda com Smith que falou que os interesses dos proprietários de terras estão fortemente vinculados aos interesses do Estado e critica Ricardo, levando em consideração que ele garante que os interesses dos proprietários de terras são sempre opostos aos interesses do consumidor e do manufator.

Se essa concepção da teoria da renda da terra fosse concreta, e fosse realmente verdade que os rendimentos do proprietário de terras aumentam devido à dificuldade e diminuem devido à maior facilidade de produção, o conceito estaria indubitavelmente bem fundamentado. Mas se, ao contrário, verificamos que os rendimentos do proprietário de terras dependem na prática da fertilidade natural do solo, de melhorias na agricultura e de invenções que poupem trabalho, ainda podemos pensar, como Adam Smith, que o interesse do proprietário de terras não se opõe ao do país (MALTHUS, 1996, p.115).

De acordo com Malthus (1996):

[...] a fertilidade da terra resulta na capacidade de produzir renda, ao produzir uma quantidade dos bens indispensáveis que excede as necessidades de subsistência dos próprios agricultores. A característica específica dos bens de primeira necessidade, quando distribuídos de maneira adequada, tende nítida e constantemente a valorizar esse excedente fazendo surgir uma população que o consoma (MALTHUS, 1996, p. 86).

Ainda de acordo com o autor, as causas que levam a diminuir a renda da terra, sendo essas opostas às que aumentam a renda, são elas: a diminuição do capital, a diminuição da população, um sistema ruim de cultivo e um baixo preço de mercado de produtos agrícolas.

Ricardo (1996) parte da teoria malthusiana da população, pois somente a aceitação de um crescimento demográfico contínuo que explica a existência de uma demanda ampliada por produtos agrícolas. Ele entendeu que a renda da terra se constitui como parte do produto da terra paga ao seu proprietário pelo uso das forças originais e indiscutíveis do solo. Este autor defende que os produtos das terras férteis são produzidos a custo menor, mas vendidos ao mesmo preço dos demais, trazendo a seus proprietários uma renda fundiária igual à diferença de produção. Ricardo explica que:

Se todas as terras tivessem as mesmas características, se fossem ilimitadas na quantidade e uniformes na qualidade, seu uso nada custaria, a não ser que possuíssem particulares vantagens de localização. Portanto, somente porque a terra não é ilimitada em quantidade nem uniforme na qualidade, e porque, com o crescimento da população, terras de qualidade inferior ou desvantajosamente situadas são postas em cultivo, a renda é paga por seu uso. Quando, com o desenvolvimento da sociedade as terras de fertilidade secundária são utilizadas para cultivo, surge imediatamente renda sobre as de primeira qualidade: a magnitude de tal renda dependerá da diferença de qualidade daquelas duas faixas de terra (RICARDO, 1996, p. 46).

Ricardo discute também a divisão do produto da terra entre classes da sociedade:

O produto da terra - tudo que se obtém de sua superfície pela aplicação combinada de trabalho, maquinaria e capital — se divide entre três classes da sociedade, a saber: o proprietário da terra, o dono do capital necessário para seu cultivo e os trabalhadores cujos esforços são empregados no seu cultivo (RICARDO, 1996, p. 15).

Desta maneira, através da obra de Ricardo pode se distinguir as três classes sociais seguintes:

- A classe dos capitalistas, detentora dos meios de produção e responsável pela produção e acumulação do capital;
- A classe dos trabalhadores, não detentora dos meios de produção;
- A classe dos proprietários de terra, não produtora e detentora do monopólio da terra.

A análise ricardiana das relações econômicas da sociedade capitalista é a da divisão do produto entre as classes sociais, definindo como o principal problema da economia política a questão da distribuição do produto. Dentro da concepção ricardiana, a produção total é determinada por condições técnicas, sendo a sua divisão entre as três classes existentes na sociedade sob a forma de lucro, renda e salário.

É de acordo com a distribuição da produção total de uma fazenda entre as três classes - o proprietário da terra, o capitalista e o trabalhador - que devemos julgar se houve aumento ou diminuição da renda, do lucro e dos salários, e não segundo o seu valor calculado por intermédio de uma medida reconhecidamente variável (RICARDO, 1996, p. 16).

Para Ricardo, a renda da terra é obtida por uma relação técnica determinada pela existência de diversos graus de fertilidade da terra, constituindo-se em uma dedução do produto total, na parte líquida recebida pelos proprietários da terra.

Em diferentes estágios da sociedade, no entanto, as proporções do produto total da terra destinadas a cada uma dessas classes, sob os

nomes de renda, lucro e salário, serão essencialmente diferentes, o que dependerá principalmente da fertilidade do solo, da acumulação de capital e de população, e da habilidade, da engenhosidade e dos instrumentos empregados na agricultura (RICARDO, 1996, p. 15).

Na medida em que a renda da terra é determinada pelo produto da terra marginal posta em cultivo, e a taxa de salário, por fatores não-econômicos, o que permanece do total da produção é retido sob a forma do lucro capitalista, o que confere ao lucro um aspecto de resíduo dentro da teoria ricardiana.

2.1.1.2 Renda do trabalho: salário

Para que haja a utilização da terra, é necessário que esta produza bens econômicos. Essa tarefa, contudo, exige esforço, que é o trabalho, o segundo fator de produção. O salário corresponde ao pagamento feito ao trabalhador pelos serviços prestados. Outros termos são utilizados para conceituar a palavra salário, tais como: ordenados, honorários, vencimentos e proventos. Estas denominações variam de acordo com a natureza do trabalho. Para o economista Mises:

Trabalhador significa o homem em relação à utilização do fator de produção trabalho humano. Assim, cada função é primorosamente integrada: o empresário ganha lucros e sofre perdas; os donos dos meios de produção (bens de capital ou terra) ganham o juro original; os trabalhadores ganham salários (MISES, 2010, p. 311).

Segundo Hunt (2013), o trabalhador típico entra no mercado possuindo apenas sua capacidade de trabalho, assim, para se dedicar à atividade produtiva, tem de vender sua força de trabalho a um capitalista. Como remuneração recebe um salário e produz mercadorias que pertencem ao capitalista.

Trabalho de acordo com Mises:

[...] é um fator de produção escasso. Como tal, é vendido e comprado no mercado. Se o trabalho foi executado pelo próprio vendedor do produto ou do serviço, o seu preço, do trabalho, está incluído no preço atribuído ao produto ou ao serviço. Quando se trata da compra e venda de trabalho puro e simples, seja por um empresário engajado no processo de produção para venda, seja por um consumidor

desejoso de usar os serviços prestados para o seu próprio consumo, o preço assim pago recebe a denominação de salário (MISES, 2010, p. 677).

Segundo Hugon (1984), na Idade Média ter-se-ia a seguinte concepção de salário: “a remuneração do operário em troca do trabalho prestado e que o justo salário deve permitir ao operário viver, com sua família, de acordo com a tradição da sua classe e com os costumes locais”.

Em Smith (1996), a associação do salário ao padrão de acumulação já é visível. Segundo o autor, o salário eleva-se quando a riqueza nacional cresce, devido à pressão da procura do trabalho. Porém, afirma ele: “Por conseguinte, assim como a remuneração generosa do trabalho é o efeito da riqueza crescente, da mesma forma é a causa do aumento da população.” (SMITH, 1996, p. 131).

Na teoria de Malthus, explicada por Hugon (1984), existiria uma falta de concordância entre o poder de reprodução da espécie humana e a capacidade de produção dos meios de subsistência e devendo o excedente deve desaparecer. Estas ideias de Malthus, que tratam do descompasso entre o crescimento da população e a oferta de meios de subsistência aos trabalhadores, tornaram-se uma forte corrente do pensamento clássico: a teoria dos salários de subsistência. Conforme explica:

Relativamente cedo Malthus mostra que a evolução da miséria, consequência da expansão demográfica, não é necessariamente contínua, mas pode sofrer paradas, períodos de repouso, pelo fato de que quando os salários baixam, os empreendedores podem aproveitar tais fases para empregar maior número de trabalhadores, o que pode provocar — apesar da lei dos rendimentos decrescentes — o aumento das subsistências e a melhoria temporária do nível de vida. As variações dos salários em torno do mínimo vital são, nessas condições, cíclicas e apresentam períodos favoráveis aos trabalhadores (HUGON, 1984, p. 116).

Malthus (1996) retratava o indivíduo que aumentasse sua renda, acabaria de alguma forma voltando ao nível de subsistência, pois seu desejo insaciável de prazer sexual faria com que tivesse muitos filhos. Só estaria livre desse destino o homem moralmente virtuoso.

A teoria da população em que Malthus baseava essas conclusões era relativamente simples. Ele acreditava que quase todas as pessoas

eram impelidas por um desejo quase que insaciável de prazer sexual e que, por isso, as taxas de reprodução, quando incontidas, levariam a aumentos em progressão geométrica da população; especificamente, a população duplicaria a cada geração. “Todos os animais” – argumentava ele – “têm uma capacidade de se reproduzir em progressão geométrica.” (HUNT, 2013, p. 119).

Segundo Hunt (2013), o bem-estar econômico de toda a sociedade estava sujeito à promoção dos interesses dos proprietários de terra. Assim, para Malthus (1996), a razão de uma superprodução geral de mercadorias era a insuficiência de procura efetiva. Ele tentou entender qual era a causa e a solução para essa ausência de procura de acordo com os gastos de cada uma das classes sociais: os trabalhadores consumiam apenas para a subsistência; os capitalistas acumulavam o capital, contudo não tinham tempo para consumir; e os proprietários de terras, que tinham uma renda contínua e tentavam gastá-la com mais conforto. Dessa maneira, todas as classes acabavam por gastar toda a sua renda, mas, os capitalistas gastavam seus lucros na compra de novo capital para obter mais lucro. A única alternativa seria redistribuir a renda: deixar os capitalistas com lucros menores e oferecer renda aos proprietários de terra, pois os mesmos tinham muitos trabalhadores que gastariam seus salários para o consumo de bens, criando assim a demanda necessária.

Na obra de Ricardo (1996), os salários deixam de ser apenas uma questão de forças de oferta e demanda e passam a ser determinados por elementos mais essenciais à acumulação. É o próprio ritmo de crescimento da riqueza de um país que dita qual o preço natural do trabalho.

A obra ricardiana, tomando como referência uma ideia desenvolvida por Adam Smith para as mercadorias, acreditava que o trabalho tinha dois preços: o preço natural e o preço de mercado. O preço natural do trabalho seria aquele necessário para permitir a subsistência e perpetuação da classe trabalhadora, sem aumento ou diminuição. O preço de mercado do trabalho correspondia àquele realmente pago aos trabalhadores, como resultado da interação entre oferta e demanda de mão de obra. Desta maneira:

Suponhamos que todas as mercadorias sejam vendidas por seu preço natural e que, conseqüentemente, os lucros se apresentem em todos os empregos de capital na mesma taxa, ou ainda difiram segundo julgamento das partes, de acordo com qualquer vantagem

real ou imaginária que possuam ou à qual renunciem. Suponhamos agora que uma mudança na moda aumente a demanda de seda e diminua a de tecidos de lã. O preço natural, isto é, a quantidade de trabalho necessária à produção de cada um, permanecerá o mesmo, mas o preço de mercado da seda aumentaria e o dos tecidos de lã diminuiria. Em consequência, os lucros do fabricante de seda ficariam acima da taxa geral de lucros, enquanto os do fabricante de tecidos de lã ficariam abaixo. Não somente os lucros, mas também os salários seriam afetados naqueles setores (RICARDO, 1996, p. 64 e 65).

No esquema Ricardiano, não se justifica nem excedentes nem *déficits* de força de trabalho, uma vez que a própria produção determina a população (e, logo, a força de trabalho). Isto é, quando a produção - e consequentemente a acumulação é intensificada, aumenta a demanda por trabalho e, também, a taxa de salário corrente. Dessa elevação resultam melhores condições de vida ao operariado, com efeitos positivos sobre a queda da mortalidade infantil. A população aumenta e o acréscimo da oferta de trabalho pressiona a taxa de salário corrente para o seu nível natural.

Tem-se também a teoria de salários de Kalecki que estava, sobretudo, interessado em mostrar a importância dos gastos dos capitalistas e o papel passivo exercido pelos salários na dinâmica das economias capitalistas. Como o investimento é decidido pelo menos um período à frente da redução dos salários nominais, a produção e o emprego ficam constantes:

[...] em geral, a diminuição dos salários nominais leva, devido à rigidez dos preços, ao aumento do grau de monopólio, e igualmente à redução dos salários reais. A diminuição dos salários, porém, nesse sistema de relações, liga-se não ao crescimento, mas à queda do emprego, que ocorre no setor de bens de consumo dos trabalhadores. A renda real dos capitalistas não aumenta, mas a renda real dos trabalhadores declina (KALECKI, 1980, p. 88).

Sob a ótica econômica há duas formas de salário: o nominal e o real. O salário nominal representa a quantidade monetária, que o trabalhador recebe como salário; já o salário real representa o poder de compra do salário. Para Keynes (1996), o mercado de trabalho determina o nível nominal de salários, e para a teoria clássica este mercado determina o nível real de salários. De acordo com Keynes, “a evidência prova que o pleno emprego, ou mesmo o aproximadamente pleno, é uma situação tão rara quanto efêmera” (KEYNES, 1996, p. 240). Esta afirmação demonstra a diferença, em relação aos autores

clássicos, da percepção de Keynes sobre a realidade, sendo a base da discordância teórica entre suas visões. A teoria keynesiana entende que, em contraposição à visão clássica, para se explicar o desemprego não se deve começar a análise pelo estudo do mercado de trabalho, ou tentar encontrar todas as respostas neste mercado, de forma a praticamente resumir a discussão a questões microeconômicas.

Na teoria keynesiana, existe uma ordem causal na determinação das variáveis econômicas que é fundamentalmente oposta à clássica. O salário real pode ser determinado no mercado de trabalho, mas, para isto, necessita-se distinguir antes o nível de emprego, não determinado neste mercado.

Keynes discordou do segundo postulado relativo aos salários, porque era através do mecanismo de ajuste salarial que funcionava a teoria de pleno emprego clássica. O primeiro era de que o salário é igual ao produto marginal do trabalho.

O salário é igual ao produto marginal do trabalho. Isso quer dizer que o salário de uma pessoa empregada é igual ao valor que se perderia se o emprego fosse reduzido de uma unidade (após a dedução de quaisquer outros custos que essa redução evitaria), com a restrição de que a igualdade pode ser afetada, de acordo com certos princípios, pela imperfeição da concorrência e dos mercados (KEYNES, 1996, p. 46).

Em outras palavras, o salário de uma pessoa empregada é igual ao valor que se perderia se o emprego fosse reduzido a uma unidade. Esse postulado, que define a demanda de mão de obra, era aceito por Keynes:

Significa este postulado que, em certo estado de organização, equipamento e técnica, os salários reais e o volume de produção (e, portanto, do emprego) são correlacionados de uma única forma, de tal modo que, em termos gerais, um aumento do emprego só pode ocorrer simultaneamente com um decréscimo da taxa de salários reais. Com isso, não estou contestando este fato fundamental que os economistas clássicos (corretamente) declararam inatacável. Em certo estado de organização, equipamento e técnica, em cada nível de salário real ganho por uma unidade de trabalho há uma única correlação (inversa) com o volume de emprego (KEYNES, 1996, p. 55).

O enunciado do segundo postulado clássico é: a utilidade do salário, quando se emprega determinado volume de trabalho, é igual à desutilidade marginal do trabalho. O desemprego involuntário significa a existência de

peessoas desejosas de vender sua força de trabalho em troca de um salário monetário que lhes garanta a aquisição de uma quantidade de bens e serviços. Dito de outra forma, a insatisfação de trabalhar seria maior do que a satisfação obtida pelo consumo dos bens e serviços obtidos em troca do salário monetário. Apesar desse desequilíbrio, o trabalhador aceitaria trabalhar.

A utilidade do salário, quando se emprega determinado volume de trabalho, é igual à desutilidade marginal desse mesmo volume de emprego. Isto significa que o salário real de uma pessoa empregada é exatamente suficiente (na opinião das próprias pessoas empregadas) para ocasionar o volume de mão-de-obra efetivamente ocupado, com a restrição de que a igualdade para cada unidade individual de trabalho pode ser alterada por combinações entre as unidades disponíveis para empregar-se, análogas às imperfeições da concorrência que qualificam o primeiro postulado. O que se entende por desutilidade é qualquer motivo que induza um homem ou grupo de homens a recusar trabalho, em vez de aceitar um salário que para eles representa uma utilidade inferior a certo limite mínimo (KEYNES, 1996, p. 46).

Keynes discordava desse postulado por dois motivos principais. O primeiro é que os trabalhadores não podem determinar, durante a negociação salarial, o seu salário real, mas apenas o salário nominal, visto que o primeiro está fora do seu alcance (depende dos preços dos bens-salário, que, por sua vez, dependem do nível da demanda agregada). O segundo, que é uma decorrência do primeiro, é que, mesmo que os preços aumentassem - com o salário nominal permanecendo inalterado -, o mais provável é que a oferta não reagisse, pois:

Em resumo, levantam-se duas objeções contra o segundo postulado da teoria clássica. A primeira refere-se ao comportamento efetivo do trabalhador. Uma redução dos salários reais, devida a uma alta de preços, não acompanhada da elevação dos salários nominais, não determina, por via de regra, uma diminuição da oferta de mão-de-obra disponível à base do salário corrente, abaixo do volume de emprego anterior à alta dos preços. Supor o contrário seria admitir que as pessoas no momento desempregadas, embora desejosas de trabalhar ao salário corrente, deixariam de oferecer os seus serviços no caso de uma pequena elevação do custo de vida. [...] Ao supor que as negociações sobre salários determinam o salário real, a escola clássica descambou para uma hipótese arbitrária, pois os trabalhadores, em conjunto, não dispõem de nenhum meio de fazer coincidir o equivalente do nível geral de salários nominais expresso em bens de consumo com a desutilidade marginal do volume de emprego existente (KEYNES, 1996, p. 51 e 52).

Portanto, os contratos entre patrões e empregados só determinam os salários nominais; enquanto que os salários reais - para Keynes - são determinados por outras forças, isto é, aquelas relacionadas com a demanda agregada e o emprego. O nível de demanda agregada é afetado pela propensão a consumir, pela eficiência marginal do capital e pela taxa de juros. Mas é importante ter em mente que essa rigidez nos salários nominais não deve ser encarada num sentido absoluto, como o próprio Keynes admitia:

A existência de certo grau de flexibilidade dos salários em determinadas indústrias tem suas vantagens, desde que sirva para facilitar a transferência de mão-de-obra das indústrias que se encontram em decadência relativa para as que estão relativamente progredindo. O nível geral dos salários nominais, porém, deve ser mantido tão estável quanto possível, pelo menos em períodos curtos (KEYNES, 1996, p. 257).

Para Keynes (1996), o livre mercado pode não levar automaticamente ao pleno emprego, pelo menos no curto prazo, e, portanto, justifica políticas econômicas contra o desemprego. Dessa maneira, a proposta prioritária seria de atuar sobre a demanda efetiva, apesar de que não se descartam políticas específicas sobre o mercado de trabalho com o objetivo, por exemplo, de adaptar a mão de obra às condições particulares da sua demanda.

Discordando de Keynes, Mises (2010) entendia que o mercado, também, deve ser deixado livre para que não existam graves desequilíbrios, como escassez e desemprego.

A construção imaginária de uma autêntica economia de mercado, ou seja, de uma economia não obstruída, pressupõe que exista divisão do trabalho e propriedade privada (controle) dos meios de produção e que, conseqüentemente, exista troca de bens e serviços no mercado [...] O mercado é livre; não há interferência de fatores estranhos ao mercado, tanto nos preços, como nos salários e nos juros. Partindo desses pressupostos, a economia tenta elucidar a operação de uma autêntica economia de mercado (MISES, 2010, p. 293).

2.1.1.3 Renda do capital: juro

Na teoria ricardiana, os juros compõem o pagamento de prêmio pela possibilidade de se dispor de capital que proporciona lucro. A taxa de juros estaria subordinada e determinada pela taxa de lucro.

Enquanto for livre para empregar seu capital onde mais lhe aprouver, todo homem, naturalmente, buscará a aplicação mais vantajosa, e ficará insatisfeito com um lucro de 10%, se, transferindo seu capital, puder obter um lucro de 15%. Esse constante desejo de todos os aplicadores de capital deixar um negócio menos vantajoso por um mais vantajoso tende fortemente a igualar as taxas de lucro ou a fixá-las em tais proporções que compensem, segundo as estimativas das partes, qualquer vantagem que uma possa ter ou pareça ter sobre a outra [...] Tais homens não estão engajados em nenhuma atividade, vivendo dos juros de seu dinheiro, que é aplicado em descontos de títulos ou em empréstimos aos setores mais empreendedores da sociedade (RICARDO, 1996, p. 63 e 64).

Keynes (1996) ressalta os limites, ou seja, os problemas de coerência interna da teoria clássica no que diz respeito à teoria clássica da taxa de juros, e assim a define:

Que é a teoria clássica da taxa de juros? Trata-se da teoria que serviu de base para a formação de todos nós e que, até recentemente, todos nós aceitamos quase sem reservas. Mesmo assim, parece-me difícil expô-la com precisão ou descobrir-lhe um enunciado explícito nos principais tratados da escola clássica moderna. É bastante claro, entretanto, que essa tradição considerou a taxa de juros o fator que equilibra a demanda de investimentos com a oferta para a poupança. O investimento representa a demanda por recursos para investir, a poupança representa a oferta, e a taxa de juros é o “preço” dos recursos investíveis que torna essas duas quantidades iguais. Da mesma forma que o preço de uma mercadoria é fixado, necessariamente, ao nível em que sua procura seja igual à oferta, a taxa de juros se regula, necessariamente, sob a ação das forças do mercado, no ponto em que o montante de investimento a essa taxa seja igual ao montante de poupança à mesma taxa (KEYNES, 1996, p. 181).

Para Keynes, a taxa de juros é o fator responsável pelo nível da preferência pela liquidez dentro de uma economia. De acordo com sua teoria, a taxa de juros é uma recompensa por abrir mão da riqueza em forma monetária. Em resumo, de acordo com Keynes na teoria clássica os juros são o prêmio pela renúncia ao consumo imediato e para ele os juros são o prêmio pela renúncia à liquidez.

Na escola austríaca, Mises dizia o seguinte sobre os juros:

Juro não é apenas juro sobre capital. Juro não é apenas o ganho decorrente da utilização de capital. A correspondência, a que aludiam os economistas clássicos, entre os três fatores de produção – trabalho, capital e terra – e as três classes de renda – salários, juros e aluguel – não resiste a uma análise. O aluguel não é a renda específica da terra; é um fenómeno catalático geral. Representa na renda do trabalho e dos bens de capital o mesmo papel que na renda da terra. Além disso, não há nenhuma fonte homogênea de renda que possa ser chamada de lucro no sentido com que os economistas clássicos empregaram este termo. Lucro (no sentido de lucro empresarial) e juros não são mais características do capital do que o são da terra (MISES, 2010, p. 603).

Mises entendeu a intervenção do fator tempo na relação econômica: a pessoa que empresta troca dinheiro atual por dinheiro potencial, e pode fazê-la porque, tendo reunido capital, está disposta a adiar o gasto desse dinheiro, que a pessoa que o recebe, por seu lado, necessita gastar imediatamente para trocar, investir ou consumir.

Já foi mostrada que a preferência temporal é uma categoria inerente a toda ação humana. A preferência temporal se manifesta no fenómeno do juro original, isto é, no menor valor de bens futuros em relação a bens presentes (MISES, 2010, p. 603).

Os pagamentos decorrentes dessas transações influenciam os encaixes apenas temporariamente. As pessoas que recebem os empréstimos, os juros e o principal usam o dinheiro recebido para consumo ou para investimento. Independentemente do fluxo de dinheiro recebido, essas pessoas só aumentarão os seus encaixes se forem motivadas por razões específicas a agir dessa maneira (MISES, 2010, p. 531).

A alta preferência temporal das pessoas resultaria em mais consumo e menos dinheiro disponível na poupança, conseqüentemente menos bens de capital disponíveis para serem empregados em investimentos. Por haver menos dinheiro na poupança, os juros cobrados para empréstimos aumentariam, sinalizando a inviabilidade do investimento. Assim, a taxa de juros que seria formada pela preferência temporal das pessoas coordenaria automaticamente a alocação de recursos na economia.

2.1.1.4 Renda da capacidade empresarial: Lucro

Da mesma forma que, entre os fatores de produção, o trabalho é remunerado pelo salário, a terra pelo aluguel, o capital pelos juros, é o lucro que remunera a capacidade empresarial.

Na Idade Média, segundo Hugon (1984), a sociedade sob forte influência da Igreja Católica, o êxito material não era incentivado, no entanto, com a renascença associada à reforma protestante, houve uma aproximação do capitalismo, principalmente pelas ideias calvinistas. O êxito material abriu espaço para o lucro. Hugon relata a definição que os fisiocratas davam ao lucro que, apesar de inicial e questionável, abre espaço para definições mais contundentes pelos autores das escolas subsequentes:

Os fisiocratas pretendem dizer com isso ser apenas a produção agrícola aquela que permite a obtenção de riqueza gerada em maior volume que a riqueza consumida; a natureza colabora diretamente com o homem e lhe dá um lucro em produto real, ao qual dão os fisiocratas o nome de "produto líquido" (HUGON, 1984, p. 92).

Posteriormente aos fisiocratas veio Adam Smith que falava o seguinte a respeito do lucro:

Pode-se adotar como máxima que, onde se pode ganhar muito com o uso do dinheiro, muito se pagará por esse uso; e onde pouco se pode ganhar com o uso dele, menos ainda é o que se pagará comumente por esse uso. Conforme, portanto, a taxa habitual de mercado dos juros variar em um país, podemos ter certeza de que os lucros do capital variarão com ela: baixam quando ela baixa, e sobem quando ela sobe. Portanto, a evolução dos juros do dinheiro pode levar-nos a formar alguma idéia sobre a evolução do lucro do capital (SMITH, 1996, p. 138).

Smith (1996) notou algumas diferenças fundamentais no que se refere à agricultura, percebeu de que os arrendadores arrecadavam um ganho que não era um salário; por outro lado, compreendeu que este lucro capitalista não se limitava à agricultura: o lucro surgia agora de forma clara na indústria, atividade em que o capital encontrou o seu mais amplo campo de aproveitamento.

A indústria, portanto, deve ser mais bem recompensada, os salários de trabalho e os lucros de capital evidentemente maiores numa situação do que na outra. Ora, tanto o capital como a mão-de-obra

procuram naturalmente os empregos mais vantajosos, acorrendo, portanto, o mais que podem, para a cidade e desertando o campo (SMITH, 1996, p. 170).

Hugon (1994) relata que para Smith, para obter-se lucro é necessário que haja poupança:

E Smith o demonstra. A causa imediata do aumento do capital é a poupança. A economia resultante de determinada indústria provém essencialmente da diferença entre o valor do produzido e o valor do consumido na produção. Portanto, será conveniente — para que se consiga o máximo de economia possível — canalizar os capitais para as produções nas quais se realizem os mais elevados lucros. O interesse pessoal dos capitalistas é que vai fazer com que se possa, a qualquer momento, imprimir aos capitais a direção mais favorável ao interesse social (HUGON, 1984, p. 107).

Keynes (1996), analisando a estrutura de custos, renda e lucro do empresário, diz que:

Disso se deduz que, levando em conta certas condições da técnica de recursos e de custo dos fatores por unidade de emprego, tanto para cada firma individual quanto para a indústria em conjunto, o volume do emprego depende do nível de receita que os empresários esperam receber da correspondente produção. Os empresários, pois, esforçam-se por fixar o volume de emprego ao nível em que esperam maximizar a diferença entre a receita e o custo dos fatores (KEYNES, 1996, p. 60).

Hunt (2013) diz que para Keynes com a receita da venda das mercadorias, a empresa paga seus custos de produção, que incluem salários, aluguéis, materiais e matérias-primas, além dos juros pelo dinheiro que tomou emprestado. O que sobra após esses custos terem sido pagos é lucro.

Para Schumpeter (1988), “o lucro empresarial é um excedente sobre os custos”, desta maneira, o lucro consistiria em um excedente de receita, ou, se as receitas não variassem, o lucro consistiria em uma diminuição de custos.

Mises (2010) descreve o empresário como aqueles que estão ansiosos por lucrar com o ajustamento da produção às possíveis mudanças de situação, aqueles que têm mais iniciativa, espírito de aventura, rapidez de percepção, todos os pioneiros dinâmicos que promovem o progresso econômico. Para ele:

Lucro, no sentido mais amplo, é o ganho decorrente da ação; o aumento de satisfação (redução de desconforto) obtido; é a diferença entre o maior valor atribuído ao resultado obtido e o menor valor

atribuído aos sacrifícios feitos para obtê-lo; em outras palavras, é rendimento menos custo. Realizar um lucro é invariavelmente o objetivo de toda ação. Se uma ação não atinge aos objetivos visados, o rendimento ou não excede os custos, ou lhes é inferior. Neste último caso, o resultado é uma perda, uma diminuição de satisfação (MISES, 2010, p. 349).

Desta maneira, os lucros são o pagamento pelos riscos assumidos, pela busca de inovação e pela tomada de decisão. Como tal, eles são um custo de negócios tanto quanto salários, aluguel e juros. Se esses pagamentos não são feitos, trabalho, terra e capital não poderão oferecer seus serviços. De maneira similar, se o lucro não é pago, os empreendedores não poderão oferecer seus serviços.

2.1.2 Teoria do Consumidor

2.1.2.1 Análise do comportamento do consumidor

A Teoria do Consumidor busca analisar o comportamento deste diante de suas escolhas levando em consideração suas restrições orçamentárias. Segundo (CARVALHO, 1996, p. 19) “o consumidor pode ser definido como uma unidade de consumo ou de gasto, que pode ser representada tanto por um indivíduo como por uma família que possua um único orçamento e que tenha perfeitas condições de decidir como utilizá-lo”.

Carvalho também afirma que o consumidor satisfaz suas necessidades por meio da realização de seu processo de consumo, sendo que tal comportamento é regido por uma hipótese básica na qual o consumidor dirige seus gastos de forma racional, ou seja, tomando decisões que lhe permitem obter a maior satisfação possível, observadas suas limitações orçamentárias.

Para Rosetti (2011), “os consumidores e os produtores, embora ocupem posições supostamente opostas nos mercados em que interagem, são movidos por objetivos de igual índole – a maximização de suas satisfações”. Assim, a satisfação é alcançada pelo produtor, quando este alcança o máximo lucro possível, e, pelo o consumidor, quando este maximiza a satisfação de suas necessidades e aspirações.

De acordo com Carvalho (1996):

[...] o consumidor não tem sempre o conhecimento da melhor forma de atender a suas necessidades. Todavia, o esforço mais ou menos consciente para maximizar seu bem-estar com um orçamento limitado determina a demanda individual racional por bens e serviços (CARVALHO, 1996, p. 19).

Ainda de acordo com Carvalho (1996), “as necessidades dos seres humanos são insaciáveis, uma vez que nem todas podem ser inteiramente satisfeitas”. Desse modo, sabe-se que a plena satisfação do consumidor está condicionada a limitação de seu poder de compra, e, que, portanto, precisará escolher entre bens indispensáveis e supérfluos em seu plano de consumo, afirmando, assim, a ideia de que seria a escolha racional, a maneira de distribuir a renda limitada disponível entre diversos bens, obtendo, dessa maneira, maior satisfação para cada unidade monetária gasta.

Carvalho (1996) relaciona alguns dos fatores que afetam a escolha do consumidor na montagem de seu plano de consumo sendo:

- 1) **Hábitos e costumes:** de fundo psicológico ou ordem tradicional;
- 2) **Falta de informações:** a ausência de informações mais precisas sobre os bens impede o atendimento às necessidades do consumidor, influenciando-o, muitas vezes, a interpretar o preço como critério de qualidade, e, por conseguinte, acaba definindo a utilidade do bem;
- 3) **Esforços de venda:** o comportamento do consumidor é afetado pela influência dos setores de produção, por meio das formas de diferenciação dos produtos; publicidade e propaganda; remarcações e liquidações; crédito ao consumo e, por fim, “consumo suntuário ou conspícuo” cujo objetivo é: imitar ou ostentar riquezas.

Para Rossetti (2011), “o consumidor não reage apenas a sua própria função de utilidade total”, em síntese, o autor também discorre sobre três fatores que se juntam à racionalidade fundamentada pelo trinômio restrições-utilidade-satisfação para definir o comportamento dos consumidores, tais como:

- **Fatores culturais:** cujas curvas de indiferença podem ter conformações influenciadas pelas crenças e valores preponderantes da sociedade;
- **Fatores sociais:** o comportamento dos consumidores é influenciável pelos grupos com que estes interagem, dessa forma a importância atribuída aos produtos e seus ciclos de vida variam em função de estilos e de atitudes sociais.
- **Estímulos induzidos:** a escolha dos consumidores são influenciáveis pelos produtores, que, por sua vez, recorrem a não-homogeneidade dos produtos, a capacidade de diferenciação e o emprego de mecanismos extra-preço para induzir comportamentos, estimular preferências e sustentar padrões de utilidade.

De acordo com (PINDYCK e RUBINFELD 2006, p. 56): o comportamento do consumidor é mais bem compreendido quando examinado em três etapas:

1) **Preferências do consumidor:** busca descrever de forma prática o motivo de as pessoas preferirem uma mercadoria bem ou serviço a outra.

2) **Restrições orçamentárias:** os consumidores devem considerar os preços, uma vez que possuem renda limitada que restringe a quantidade de mercadorias que podem adquirir.

3) **Escolhas do consumidor:** uma vez definidas suas preferências e considerando a limitação de sua renda os consumidores escolhem comprar as combinações de mercadorias que maximizem sua satisfação.

De acordo com Pindyck e Rubinfeld (2006), as decisões de compra do consumidor nem sempre são racionais, às vezes, ele age por impulso, ignorando o fato de que ele possui restrições orçamentárias, e, dessa forma, acaba assumindo dívidas. O consumidor também tem dúvidas a respeito de suas preferências e, muitas vezes, é influenciado pelas decisões de consumo de amigos ou vizinhos, ou até mesmo por variações de humor. Entretanto, mesmo que o consumidor tenha um comportamento racional, ele encontrará

dificuldade ao se defrontar com a variedade de preços e escolhas no seu dia a dia.

Para Pindyck e Rubinfeld (2006), a teoria do comportamento do consumidor é composta de três premissas básicas relativas às preferências do consumidor por determinada cesta de mercado em relação à outra, válidas para a maioria das pessoas, são elas:

- 1) **Integralidade:** possibilidade de comparar e ordenar todas as cestas de mercado pelo consumidor, considerando que suas preferências são completas.
- 2) **Transitividade:** considerada necessária para que haja consistência na escolha do consumidor, sendo que se o consumidor preferir a cesta de mercado A a B e B a C, logo ele também preferirá A a C.
- 3) **Mais é melhor do que menos:** parte-se do princípio de que todas as mercadorias são desejáveis e, que, portanto, os consumidores sempre preferem quantidades maiores de cada mercadoria, desse modo, os consumidores nunca ficam totalmente satisfeitos. Excluem dessas, as mercadorias indesejáveis ou aquelas que, por sua característica intrínseca, provocam algum tipo de poluição, mas que, mesmo assim são adquiridas, porém em menor quantidade.

2.1.2.2 Curvas de Indiferença

Uma das formas de analisar as preferências do consumidor é por meio de curvas de indiferença. Segundo (PINDYCK e RUBINFELD 2006, p. 58): “Uma curva de indiferença representa todas as combinações de cestas de mercado que fornecem o mesmo nível de satisfação a um consumidor.” Considerando as três premissas citadas a respeito das preferências do consumidor, este poderá manifestar sua preferência por determinada cesta em relação à outra, bem como sua indiferença entre essas duas. Desse modo o consumidor poderá ordenar todas as suas possíveis alternativas de consumo. Como exemplo, consideram-se dois tipos de mercadorias disponíveis para

consumo: alimentos e vestuários; assim, a cesta de mercado propõe diferentes combinações de mercadorias desejadas para aquisição pelo consumidor conforme o Quadro 1:

Cesta de mercado	Unidades de alimentos	Unidades de vestuário
A	20	30
B	10	50
D	40	20
E	30	40
G	10	20
H	10	40

Quadro 1: Cestas de mercado alternativas

Fonte: Adaptado de Pindyck e Rubinfeld (2006)

As cestas do Quadro 1 encontram-se representadas pela Figura 1 que mostra, primeiramente, suas preferências particulares, seguindo a premissa de que mais é melhor do que menos. Para complementar a informação, uma curva de indiferença com a designação U_1 é exibida pela Figura 2, que passa pelos pontos A, B e D, mostrando que o consumidor é indiferente quanto à escolha de qualquer uma dessas três cestas de mercado. Ao movimentar a cesta pode-se perceber a indiferença do consumidor em relação a deixar uma unidade de alimento ou vestuário para obter qualquer um das unidades à medida que a curva de indiferença liga os 3 pontos. Portanto, a Figura 2 mostra que o consumidor prefere A a H, localizado abaixo de U_1 .

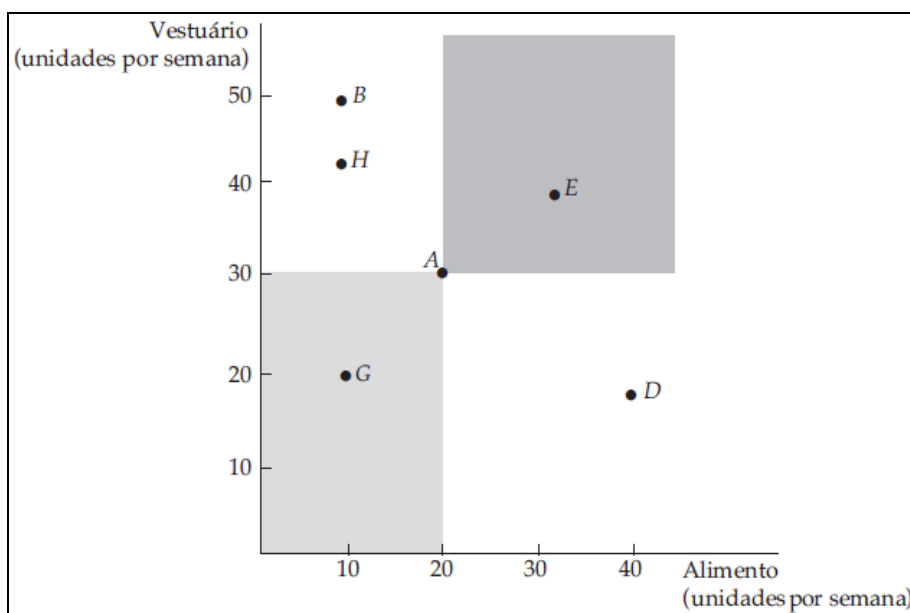


Figura 1: Preferências Individuais do consumidor

Fonte: (PINDYCK e RUBINFELD, 2006, p. 59)

Nota-se pela Figura 1, que o consumidor prefere a cesta A a cesta G, enquanto a cesta E é preferível à A.

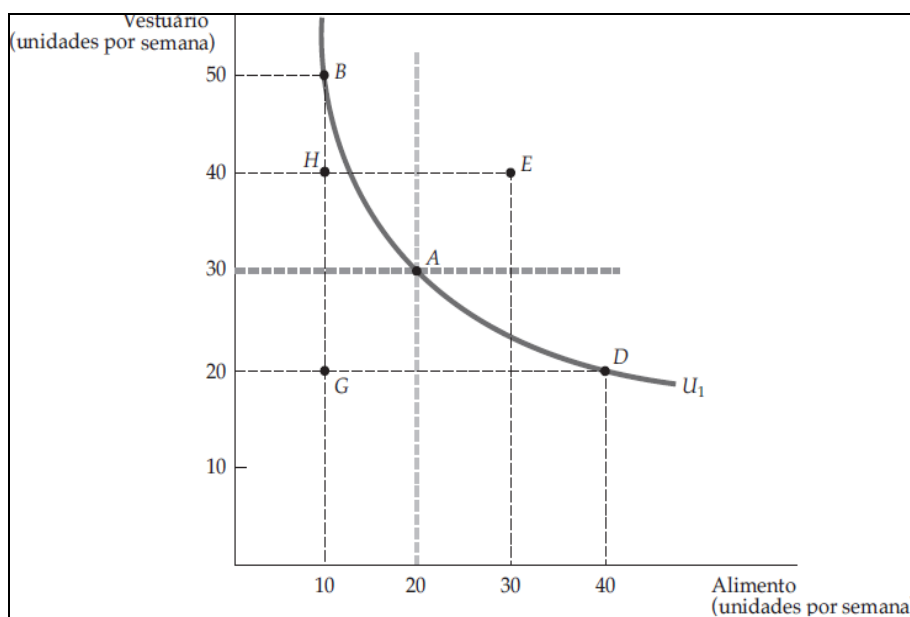


Figura 2: Curva de Indiferença
Fonte: (PINDYCK e RUBINFELD, 2006, p. 59)

Observa-se pela Figura 2 que a curva de indiferença U_1 de um consumidor mostra que as cestas A, B e D proporcionam o mesmo nível de satisfação. Assim, o consumidor prefere a cesta E, acima de U_1 , à cesta A, devido ao fato de que a cesta E proporciona uma maior satisfação ao consumidor; abaixo de U_1 percebe-se que o consumidor prefere A em relação a H e G.

Desse modo, segundo Pindyck e Rubinfeld (2006), o esforço do consumidor em maximizar seu bem-estar é bastante grande, e sua escolha final é definida pelas preferências ou comportamentos de indiferença que lhe permitem comparar utilidades, definindo sua Escala de Preferências e, dessa forma, escolher os bens ou conjunto de bens que atendam a suas necessidades.

2.1.2.3 Utilidade Total e Utilidade Marginal

Sabe-se que o consumidor demanda mercadorias pelo prazer ou satisfação que estas lhe proporcionam aos serem consumidas. Porém, para saber a utilidade, ou seja, mensurar o prazer ou satisfação sentido pelo

consumidor se faz necessário, primeiramente, conhecer seu comportamento peculiar. Desse modo, Pinho *et al* (2005) citam o seguinte exemplo:

Se passarmos a dar uma barra de chocolate por semana a uma criança que até então não consumia nada de chocolate, essa barra de chocolate provavelmente trará uma satisfação muito grande a essa criança, gerando assim uma utilidade relativamente alta. Se, depois disso, passarmos a dar duas barras de chocolate por semana, essas serão bem recebidas pela criança, mas provavelmente não com o mesmo entusiasmo com que foi recebida a primeira barra. Uma terceira barra será recebida com entusiasmo ainda menor. Se formos aumentando o número de barras de chocolate, chegaremos ao ponto em que uma barra adicional de chocolate representará para a nossa criança um benefício tão pequeno que para ela será quase indiferente receber ou não essa barra adicional. Isso porque ao consumir o chocolate praticamente até a saciedade, este deixa de ser para ela um produto escasso (PINHO; *et al*, 2005, p. 110).

Segundo Pinho *et al* (2005), a utilidade total cresce à medida que o número de barras de chocolate por semana aumenta, entretanto, a última barra de chocolate consumida adiciona um valor menor à utilidade total tanto quanto maior for o total consumido. A essa última barra de chocolate dá-se o nome de utilidade marginal, de acordo com o conceito de (PINHO *et al*, 2005, p. 111): “A utilidade marginal do consumo de determinada mercadoria é o acréscimo à utilidade total decorrente do consumo de uma unidade adicional dessa mercadoria”.

Assim, pode-se dizer que o prazer proporcionado por uma unidade adicional de uma determinada mercadoria, ou seja, sua utilidade marginal diminui à medida que o consumidor aumenta seu consumo por essa mercadoria. A esse comportamento (PINHO *et al*, 2005, p. 112) enunciam a “Lei da utilidade marginal decrescente” explicada como: “à medida que aumenta o consumo de determinada mercadoria, a utilidade marginal dessa mercadoria diminui.”

A variação da utilidade marginal de acordo com a quantidade consumida é mostrada na Figura 3:

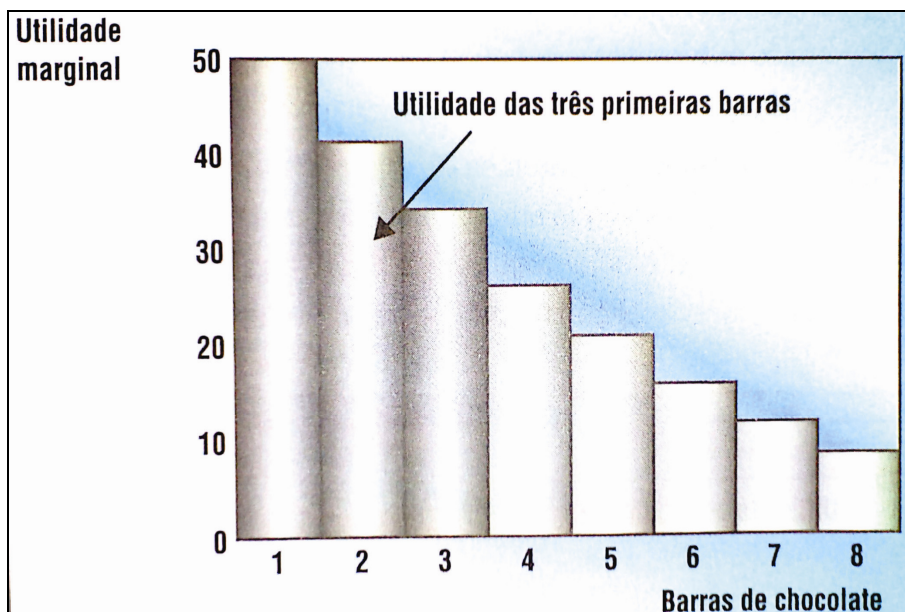


Figura 3: Utilidade Marginal de barras de chocolate

Fonte: Pinho *et al* (2005, p. 112)

De acordo o exemplo citado por Pinho *et al* (2005), o eixo horizontal apresenta o número de barras de chocolate consumidas; o eixo vertical aponta a medida de utilidade marginal do consumo. Pela Figura 3 percebe-se que as colunas à direita são menores que as colunas à esquerda, mostrando que a utilidade marginal diminui à medida que o número de barras de chocolate consumidas aumenta. Portanto, para que se saiba qual é a utilidade total do consumo de três barras de chocolate por semana, soma-se o valor das três primeiras barras da Figura 3, que são retângulos com base igual a 1, resultando no somatório das três primeiras colunas mais escuras.

A fim de se obter mais precisão na mensuração da utilidade total, acompanhando o mesmo exemplo, porém, em vez de aumentar o consumo em barra inteira de chocolate, aumentá-lo em quarto de barra ou de grama em grama, percebe-se que a variação no consumo de chocolate ficará cada vez menor, deixando as colunas da figura mais estreitas, dessa forma, o gráfico de barras será então substituído por gráfico de linha conforme Figura 4:

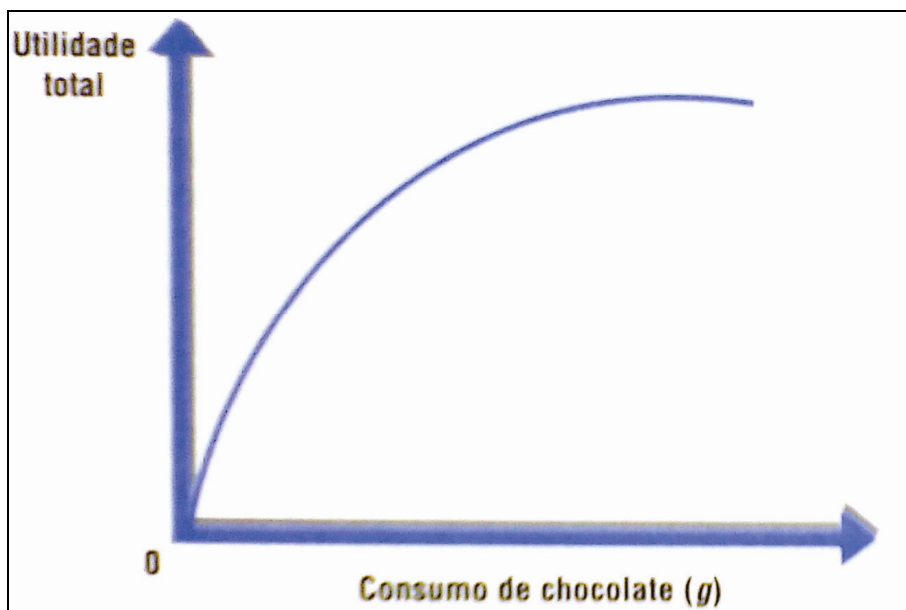


Figura 4: Relação entre consumo e utilidade marginal

Fonte: Pinho *et al* (2005, p. 113)

A Figura 4 representa a relação entre utilidade total e o consumo de uma mercadoria. Partindo do gráfico de linha que representa a utilidade marginal em função da quantidade consumida, a utilidade total do consumo de uma quantidade q_0 será dada pela Figura 5:

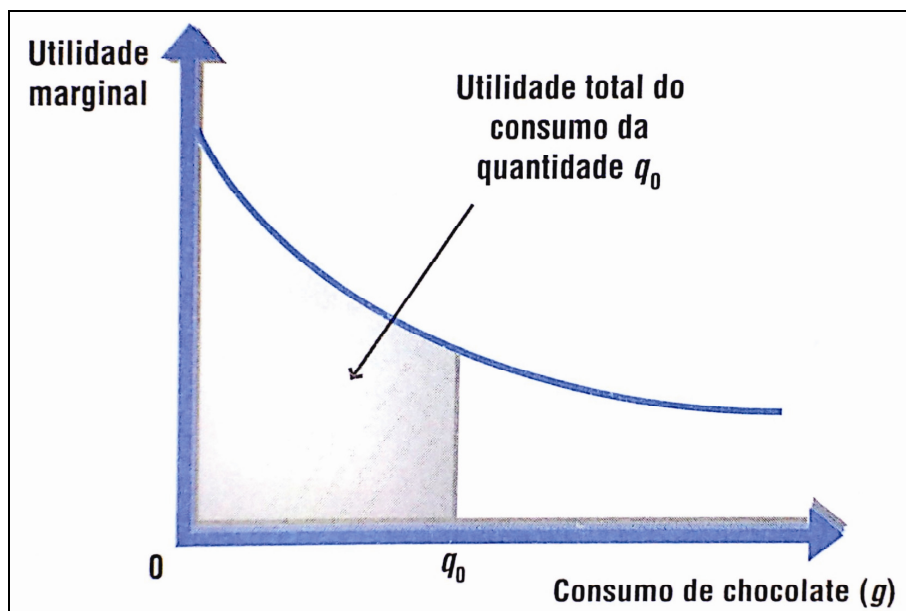


Figura 5: Utilidade Total do consumo de chocolate

Fonte: Pinho *et al* (2005, p. 113)

Portanto, conforme se pode observar pela Figura 5, a área sob a curva de utilidade marginal até a quantidade q_0 indica a utilidade total do consumo de chocolate.

2.1.2.4 Restrições Orçamentárias

Pela análise do comportamento do consumidor, observa-se que, diante de suas preferências, o consumidor deve considerar sua restrição orçamentária, escolhendo como alocar sua renda limitada, de forma a obter a maximização de sua satisfação.

Para se trabalhar com restrições orçamentárias, utiliza-se a linha do orçamento que, segundo Pindyck e Rubinfeld (2006, p. 68), são: “todas as combinações de bens para os quais o total de dinheiro gasto é igual à renda”. Os autores também citam o seguinte exemplo a respeito das combinações de cestas de mercado: supondo que um determinado consumidor possua uma renda semanal de \$80 e que, os preços de alimento e vestuário sejam \$1 e \$2 respectivamente. Portanto, se todo o orçamento do consumidor fosse despendido em vestuário este poderia adquirir apenas 40, conforme mostra a Tabela 2, do mesmo modo se o consumidor gastasse todo o seu orçamento com alimento, ele iria adquirir 80 unidades. As cestas B, D e E mostram outras formas de combinação, considerando a despesa total a ser gasta.

TABELA 2: CESTAS DE MERCADO E A LINHA DO ORÇAMENTO

Cesta de mercado	Alimentação (A)	Vestuário (V)	Despesa total
A	0	40	\$80
B	20	30	\$80
D	40	20	\$80
E	60	10	\$80
G	80	0	\$80

Fonte: Adaptada de Pindyck e Rubinfeld (2006)

Pela Figura 6 verifica-se a linha do orçamento em relação às cestas de mercado da Tabela 2. Nota-se que a linha do orçamento é uma reta entre os pontos A e G, sendo que a linha do orçamento é expressa por: $A + 2V = \$80$.

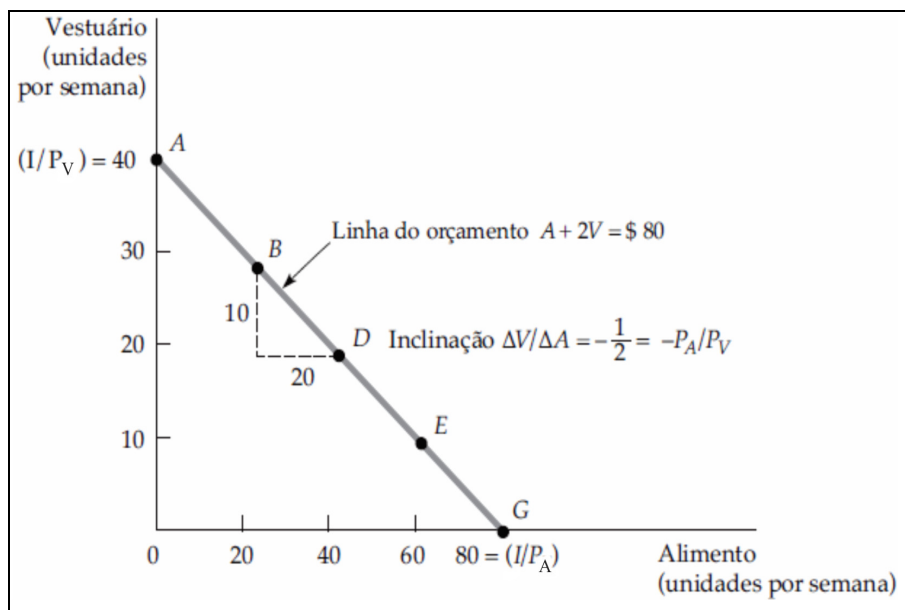


Figura 6: Linha do orçamento

Fonte: (PINDYCK e RUBINFELD, 2006, p. 69)

A cesta de mercado A representa o intercepto da linha do orçamento, conforme mostra a Figura 6, à medida que move ao longo da linha, da cesta A até a cesta G, ocorre menos gasto do consumidor com vestuário e mais com alimentação. Nota-se também, que o custo relativo de alimento e vestuário é dado pela inclinação da linha, $\Delta V/\Delta A = -1/2$.

Com a equação nº 1, constata-se o quanto se deve abdicar de V para consumir mais de A:

$$V = (I/P_V) - (P_A/P_V)A \quad (1)$$

A= alimento

V= vestuário

P_A = preço unitário de alimento

P_V = preço unitário de vestuário

I= renda

Onde, o intercepto no eixo vertical é I/P_V , e a inclinação é $-(P_A/P_V)$. O grau de inclinação informa a proporção de troca das duas mercadorias sem alteração na quantidade total de dinheiro gasto. O intercepto (I/P_V) , eixo vertical, representa a maior quantidade de V que pode ser adquirida com a renda I. Por fim, o intercepto (I/P_A) , eixo horizontal, representa a maior quantidade de A que pode ser adquirida gastando toda a renda com A.

Conforme explicam Pindyck e Rubinfeld (2006):

Uma linha do orçamento descreve as combinações de quantidades de dois bens que podem ser adquiridas de acordo com a renda do consumidor e os preços dos bens. A linha AG (que passa pelos pontos B, D e E) mostra um orçamento associado a uma renda de \$80, um preço unitário de alimento $P_A = \$1$ e um preço unitário de vestuário $P_V = \$2$. A inclinação da linha do orçamento (medida entre os pontos B e D) é $-P_A/P_V = -10/20 = -1/2$ (PINDYCK e RUBINFELD, 2006, p. 69).

De acordo com Pindyck e Rubinfeld (2006), a linha do orçamento depende da renda e dos preços das mercadorias, porém os preços e a renda sofrem modificações frequentes, tais como:

- a) Modificações na renda:** Uma alteração na renda, mantendo os preços inalterados, desloca paralelamente a linha do orçamento original (L_1). Quando a renda aumenta de \$80 (L_1) para \$160, a linha do orçamento passa a ser L_2 , à direita de L_1 . Se a renda diminuir para \$40, a linha se desloca para a esquerda (L_3), conforme mostra a Figura 7, abaixo:

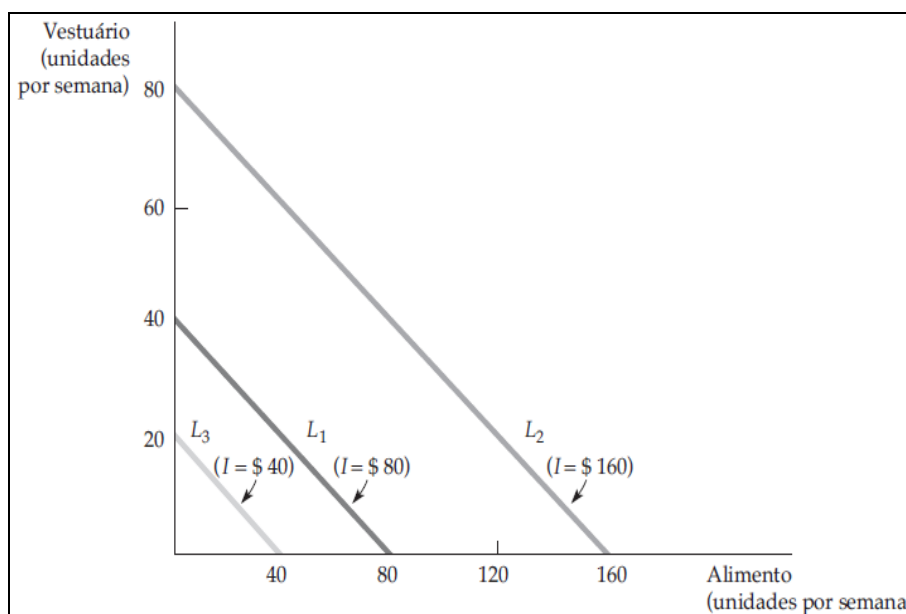


Figura 7: Modificação na renda sobre a linha do orçamento
Fonte: (PINDYCK e RUBINFELD, 2006, p. 70)

- b) Modificações nos preços:** Uma mudança no preço de um dos bens, mantendo a renda inalterada, provoca uma rotação na linha de orçamento em torno da intersecção. A queda no preço do alimento de \$1,00 para \$0,50, faz a linha de orçamento girar de L_1 a L_2 . Entretanto, o aumento no preço de \$1,00 para \$2,00, faz a linha de orçamento girar de L_1 a L_3 , conforme mostra a Figura 8:

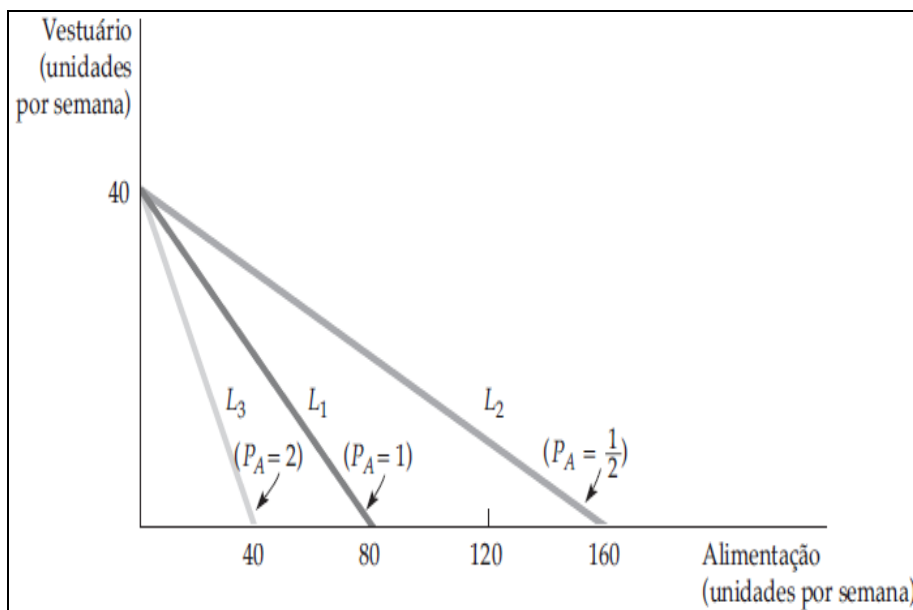


Figura 8: Modificação no preço sobre linha do orçamento
 Fonte: (PINDYCK e RUBINFELD, 2006, p. 71)

Desse modo, de acordo com Pindyck e Rubinfeld (2006), se duplicar o preço do alimento, a linha do orçamento fará uma rotação para a esquerda, ou seja, passará para L_3 , reduzindo, assim, o poder aquisitivo das pessoas. Ressalta-se que o consumidor que adquira exclusivamente vestuário não será afetado pelo aumento de preço de alimento.

Por outro lado, se duplicar tudo, preços de alimento e vestuário, bem como a renda do consumidor (caso de uma economia com inflação), a inclinação da linha do orçamento não será modificada, uma vez que o preço do vestuário duplicou assim como a renda, portanto, a quantidade máxima de vestuário duplicou assim como a renda, portanto, a quantidade máxima de vestuário permaneceria inalterada. Da mesma forma aplica-se a alimentação. Assim, uma inflação que elevasse proporcionalmente os preços e níveis de renda, não influenciaria a linha do orçamento ou o poder aquisitivo do consumidor.

Considerando suas preferências e restrições orçamentárias, o consumidor pode, agora, determinar a combinação de mercadorias que maximiza sua satisfação, ou seja, o consumidor escolhe o quanto deseja comprar de cada mercadoria de modo a obter sua máxima satisfação.

De acordo com Pindyck e Rubinfeld (2006), a cesta de mercado maximizadora deve atender a duas condições:

1. **Estar sobre a linha do orçamento:** pela Figura 9, observa-se que uma cesta situada à esquerda e abaixo da linha do orçamento deixa uma parte da renda disponível, sendo que, se viesse a ser despendida, poder-se-ia aumentar a satisfação do consumidor, como também, este poderia economizar parte de sua renda para consumo futuro, o que significa, entretanto, que sua escolha não estaria limitada somente entre alimento e vestuário, mas, sim, entre consumir esses dois bens agora ou no futuro. Considerando a totalidade da renda gasta no presente, observa-se também que uma cesta de mercado situada à direita ou acima da linha do orçamento não poderá ser comprada com a renda disponível e, portanto, a única opção possível para o consumidor, será a aquisição de uma cesta que esteja situada sobre a linha do orçamento.
2. **Possibilitar ao consumidor realizar sua combinação preferida de bens e serviços.** Escolher um ponto apropriado sobre a linha do orçamento se torna um problema para maximização da satisfação do consumidor. Para solucionar esse problema, a Figura 9 mostra três curvas de indiferença que descrevem as preferências do consumidor quanto a alimento e vestuário – das três curvas apresentadas, a curva U_3 , localizada mais à direita, é aquela que proporciona o maior grau de satisfação; a curva U_2 oferece o segundo maior grau de satisfação; e a curva U_1 , o menor grau de satisfação. Observa-se que, percorrendo a linha do orçamento até o ponto A, o consumidor acaba despendendo a mesma quantidade de dinheiro, porém, atinge uma satisfação maior, onde se encontra associado à curva de indiferença U_2 . Também, observa-se que as cestas de mercado situadas à direita e acima de curva de indiferença U_2 , como a associada a D sobre U_3 , proporcionam um grau mais elevado de satisfação, porém não podem ser adquiridas, pois extrapola a renda disponível. Desse modo, a cesta de mercado que maximiza a satisfação do consumidor é a A.

Portanto, a cesta de mercado maximizadora de satisfação deverá estar situada sobre a curva de indiferença mais elevada e em contato com a linha do orçamento:

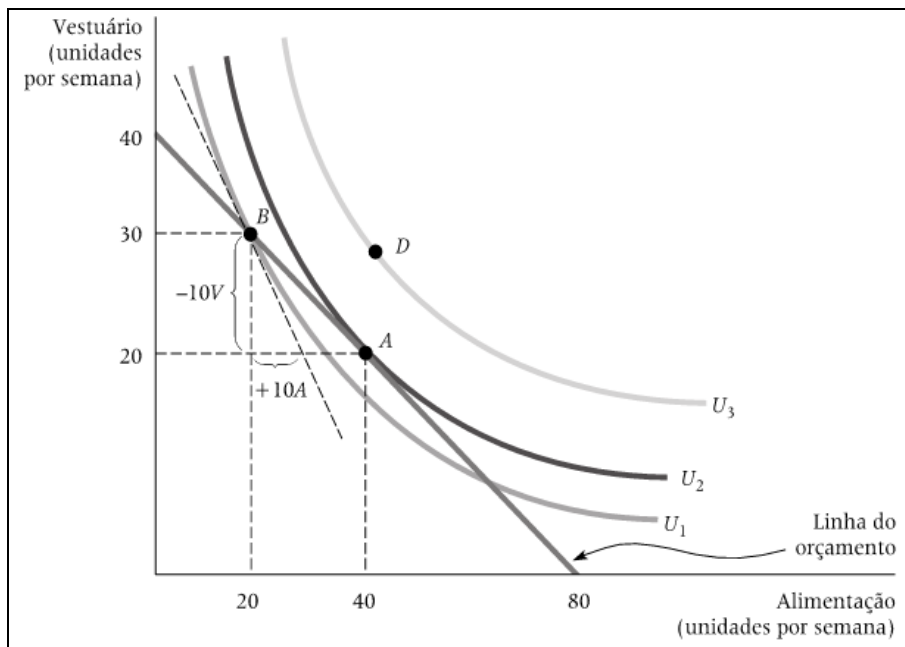


Figura 9: Maximização da satisfação do consumidor
Fonte: PINDYCK e RUBINFELD (2006, p. 72)

O ponto A é onde a linha do orçamento e a curva de indiferença U_2 são tangentes. Nesse ponto observa-se que a inclinação da linha do orçamento é exatamente igual à inclinação da curva de indiferença.

2.1.3 Teoria Monetária

2.1.3.1 Origens e evolução da moeda

1) O Sistema Primitivo de Trocas

A moeda é uma das mais importantes instituições econômicas descobertas pelo homem, seu surgimento ocorreu com o intuito de desenvolver o sistema de trocas, oriundo da organização social das atividades produtivas. Segundo Rossetti (2011, p. 171) “A intensificação do regime social de interdependência dos agentes econômicos conduziu a sua descoberta e ampla utilização, possibilitando a prática de trocas indiretas.”

No entanto, antes do desenvolvimento do sistema de trocas indiretas, houve o estágio dos sistemas primitivos de trocas baseados no escambo, nesse sistema, as trocas de mercadorias e serviços eram realizadas de forma direta, ou seja, sem o uso de moeda, marcando, assim, a evolução econômica do homem com a divisão social do trabalho.

De acordo com Rossetti (2011):

Como ainda não haviam sido desenvolvidos instrumentos monetários, as trocas realizavam-se em espécie: produto por produto, produto por serviço, serviço por serviço. Praticando o escambo, um produtor que dispusesse de excedentes do produto A ia ao mercado para trocá-los por unidades de B, C ou D, necessárias para a satisfação de necessidades não atendidas por A. No mercado de trocas, esse produtor deveria procurar por outros produtores que, dispondo de excedentes de B, C ou D, estivessem dispostos a trocá-los por A. Encontrando-os, negociariam as trocas diretas em espécie (ROSSETTI, 2011, p. 171).

Desse modo, percebe-se que, para realizar a prática de escambo, deveria haver no mercado de trocas necessidades “inversamente coincidentes”, assim:

Se um produtor de trigo necessita de lã, ele deve encontrar outro que dispõe de lã e deseja exatamente trigo [...] ao se encontrarem deverão chegar a um acordo sobre a relação de troca, expressão que significa a relação de valor entre os produtos para a efetivação da troca - no caso, quanto de lã será dado em troca de quanto de trigo (ROSSETTI, 2011, p. 172).

No caso, por exemplo, de existirem dez produtores, cada um dispondo de um produto diferente no mercado, porém, buscando fornecimento para os outros nove, haverá um crescimento geométrico entre as relações de troca.

De acordo com Rossetti (2011) o cálculo é feito pela soma dos termos da progressão geométrica, sendo:

$$RT = \frac{n(n-1)}{2} \quad (2)$$

RT= Relações de troca

n= número de produtos intercambiáveis

Na qual n representa o número de produtos intercambiáveis e, RT , as relações de troca estabelecidas no mercado. Assim pode-se construir a seguinte tabela:

TABELA 3: RELAÇÕES DE TROCA PARA O FUNCIONAMENTO DE UM MERCADO À BASE DE ESCAMBO

Número de produtos diferentes disponíveis no mercado	Relações de troca necessárias
10	45
50	1.225
100	4.950
250	31.125
500	124.750
750	280.875
1.000	499.500

Fonte: Adaptada de Rossetti (2011)

Observa-se, portanto, que a progressão geométrica das relações de trocas acabava inviabilizando as operações de escambo. Segundo Rossetti (2011, p. 172), “A evolução e a diversidade de mercados transformam o escambo numa penosa e ineficiente forma de transação”.

2) As trocas indiretas das mercadorias-moeda a moeda metal

Com a evolução e a diversidade dos mercados, surgiam novas necessidades não atendidas pelo escambo, desse modo, a evolução da moeda parte-se para o segundo estágio, o das mercadorias-moeda, cuja característica principal era a de facilitar as trocas, resultando na ampliação do mercado e evolução do comércio. Conforme relata Rossetti (2011, p. 175), “iniciava-se, embora lentamente, uma nova era, caracterizada pela crescente intensificação das trocas indiretas entre os agentes econômicos”.

Segundo Rossetti (2011), as mercadorias-moeda apresentavam como características básicas sua raridade relativa e o atendimento a necessidades essenciais. As trocas de mercadorias eram realizadas de acordo com usos e costumes de cada época e região. Dentre as mercadorias mais utilizadas como moeda destacam-se: o gado, o sal, o tabaco, as peles curtidas, os peixes secos, a lã, a seda, o açúcar, além do chá, arroz e cereais e ainda outras mercadorias típicas de cada país empregadas como meio de troca.

No entanto, mesmo com a evolução desses primeiros instrumentos monetários, estes não atendiam as características essenciais da moeda, conforme destaca Rossetti:

Entre os principais problemas relacionados ao uso das primeiras mercadorias-moeda, ressaltam os relacionados à homogeneidade e divisibilidade. Essas mercadorias, na maior parte dos casos, não eram homogêneas: o valor do gado varia em função da idade, da pureza da raça e de características genética herdadas de cruzamentos; o valor do chá, do açúcar e mesmo da lã dependem de sua procedência e qualidade; a tipificação dos cereais decorre das variedades cultivadas. Além disso, em muitos casos, as mercadorias-moeda apresentavam-se sob forma de unidades indivisíveis, dificultando o pagamento exato das trocas efetuadas (ROSSETTI, 2011, p. 176).

Rossetti relata que, com os problemas decorrentes das mercadorias-moeda, novos instrumentos passaram a ser exigidos, visando o preenchimento dos cinco requisitos essenciais da moeda, os quais são: homogeneidade; inalterabilidade e indestrutibilidade; divisibilidade; transferibilidade e facilidade de manuseio e de transporte. Desse modo, os povos mais desenvolvidos da Antiguidade instituíram sistemas monetários baseados em metais, que evoluíram para a utilização de moedas de emissão oficial e de curso legal.

O ferro, o cobre e o bronze utilizados nas primeiras moedas metálicas, posteriormente deram lugar aos metais preciosos como a prata e o ouro. Segundo Rossetti (2011, p. 176) “O ouro e a prata, pela sua relativa raridade, pela sua durabilidade, homogeneidade e perfeita divisibilidade ascenderam à posição de metais monetários por excelência”.

A partir desse estágio, segundo Rossetti, ocorre a evolução para a cunhagem da moeda, cuja pureza, peso e valor seriam oficialmente marcados a fim de facilitar a troca, aumentando sua confiança e ampla aceitação. Com a cunhagem pela autoridade pública, a moeda passa de instrumento privado para moeda pública de aceitação obrigatória, tendo curso legal e poder liberatório.

3) O surgimento da moeda fiduciária e a moeda sofisticada

À medida que os mercados se desenvolviam, as operações de troca aumentavam, acarretando riscos no seu manejo e dificuldades no transporte. Desse modo, para dar continuidade no crescimento econômico e expansão das

operações de troca, fez-se necessário, a utilização de um novo instrumento monetário, a letras de câmbio ou certificados de depósito de moedas metálicas, que eram emitidos pelas primeiras casas de custódia de valores.

Assim, vantajosamente, a moeda-papel substituiria as moedas metálicas em sua função de servir como forma de pagamento. O público habituar-se-ia, com relativa facilidade, a utilizar esse novo tipo de instrumento monetário. Afinal, os certificados de depósito asseguravam, a qualquer tempo e a qualquer pessoa, o direito à sua imediata reconversão em moedas metálicas de ouro e prata (ROSSETTI, 2011, p. 180).

Desse modo, a moeda-papel emitida pelas casas de custódia era garantida por lastro metálico, cuja confiabilidade de sua reconversão era responsável por torná-la em um instrumento monetário de ampla utilização.

Com a evolução dos instrumentos monetários, juntamente com as experiências das casas de custódia, observou-se que a garantia das reconversões em lastro metálico, não precisaria ser igual ao valor total dos certificados de depósito em circulação.

Com encaixe metálico menor, as casas de custódia poderiam atender às solicitações metálicas que lhes eram apresentadas, mesmo porque, enquanto alguns solicitavam operações de reconversão (geralmente para pagamentos em outras praças ou regiões ou, então, para transferir seus ativos metálicos para outras casas de custódia), outros estavam operando em sentido oposto, trazendo mais metais para serem custodiados e recebendo, em troca, novos certificados de depósitos emitidos (ROSSETTI, 2011, p. 180).

Ainda de acordo com Rossetti (2011), essa confiança foi fundamental para transformar as casas de custódia em casas bancárias que, dentro de certos limites, concediam créditos, descontando títulos representativos de operações comerciais por meio da emissão de notas bancárias, dificultando sua reconversão em metais preciosos. Desse modo, poderiam circular formas fiduciárias de moeda, representadas pelas notas bancárias colocadas em circulação através de uma simples operação de crédito. Essas emissões, portanto, proporcionariam vantagens para produtores, comerciantes e banqueiros na operação de seus negócios.

Assim, a evolução da moeda-papel para o papel-moeda foi definitiva, sua emissão passou a ter garantia legal regendo o curso, o poder liberatório, e

a ampla aceitação da moeda como meio de pagamento, substituindo, dessa forma, as garantias por lastro metálico que dava amparo a moeda-papel.

Por fim, graças aos avanços tecnológicos, a moeda atinge seu último estágio de evolução, transformando-se em ativos remunerados, desse modo, segundo Pinho *et al* (2005, p. 321) “moeda sofisticada: é basicamente um conjunto de registros eletrônicos que representam uma diversidade de ativos”. Para os autores, com um padrão monetário definido, mesmo havendo um gerenciamento eficiente de caixa, faz-se necessário a aplicação de outros ativos.

No entanto, mesmo com a evolução dos estágios da moeda, vale ressaltar que, o surgimento de diversas formas de moeda não inibiu o uso das primeiras moedas existentes. Além da moeda-metálica e do papel-moeda utilizados no sistema de trocas indiretas, ainda hoje, o sistema primitivo de trocas baseado no escambo é praticado, ainda que com maior frequência nos povos de economia primitiva, devido à dificuldade de acesso geográfico e a escassez do meio circulante. Nesse caso, a permuta por objetos é feita sem considerar o valor equivalente.

2.1.3.2 Funções da moeda e seus tipos

As funções da moeda no sistema econômico são explicadas por Garcia e Vasconcellos (2014), como sendo:

- I. **Instrumento ou meio de trocas:** cumpre a função de intermediar o fluxo de bens, serviços e fatores de produção da economia, cuja posse representa sua liquidez imediata, ou seja, a qualidade da moeda se transformar em ativo ou vice-versa.
- II. **Denominador comum monetário:** utilizada como padrão de medida que expressa, em unidades monetárias, os valores de todos os bens e serviços produzidos na economia.
- III. **Reserva de valor:** representada pela sua liquidez imediata, podendo ser acumulada para uso futuro, cujo requisito básico é sua estabilidade diante dos preços dos bens e serviços, de acordo com a inflação ou a deflação.

2.1.3.3 Teoria Monetária em Keynes

De acordo com Bresser-Pereira (1976), em Keynes, a teoria monetária é integrada à macroeconomia, sendo que sua abordagem macroeconômica parte diretamente do estudo dos agregados econômicos básicos: renda, consumo, poupança e investimento, desse modo, o comportamento de consumidores, investidores e especuladores passa a ser analisado diretamente em função dos referidos agregados econômicos.

Segundo Lima e Pitaguari (2005, p. 11), “John Maynard Keynes (1883-1946) foi o economista mais influente do século XX”, seu pensamento foi um marco à crítica do livre mercado e dos postulados do equilíbrio geral. A difusão das ideias de Keynes se deu a partir da grande depressão de 1929 nos Estados Unidos da América (EUA), que ocasionou na falência de 85 mil empresas e 5 mil bancos, deixando cerca de um quarto da força de trabalho desempregada e a redução da renda nacional para menos da metade. Diante desse cenário, foi que Keynes expôs suas ideias em contraste com os postulados da economia clássica até aquela época.

De acordo com Ferrari Filho (2006):

[...] até o último artigo, “*The Balance of Payments os the United States*”, publicado em junho de 1946, após sua morte, Keynes sempre centrou suas atenções e energias em (i) entender a natureza dos problemas econômicos das economias empresariais modernas, economias monetárias,¹ tais como a instabilidade do nível de preços, as flutuações cíclicas dos níveis de produto e emprego e as crises monetário-financeiras e (ii) apresentar soluções para os referidos problemas, que vão, via de regra, na direção da regulação do capitalismo por parte do Estado e em busca da arquitetura de uma nova ordem econômica mundial (FERRARI FILHO, 2006, p. 214).

Ainda de acordo com Ferrari Filho (2006), para Keynes, ocorrem flutuações de demanda efetiva e nível de emprego, pois, diante das incertezas do futuro, os indivíduos preferem reter moeda e postergar suas decisões de gastos de consumo ou investimento.

Para Carvalho (2005, p. 324), a descrição mais importante da teoria monetária de Keynes e sua política monetária é o suposto de não-neutralidade da moeda, ou seja, “o postulado de que a política monetária exerce um impacto real e duradouro sobre a economia”.

Segundo Ferrari Filho (2006), Keynes mostra que as expectativas dos investidores são determinadas pelos seus instintos, *animal spirits*, e não pelo rendimento esperado de um ativo, sendo que os agentes econômicos realizam suas decisões com base na irreversibilidade do passado e a imprevisibilidade e desconhecimento do futuro. Ainda de acordo com o autor:

[...] Keynes mostra que a moeda é um ativo que se diferencia dos demais em razão de suas propriedades essenciais: por um lado, sua elasticidade de produção é zero – isto é, a moeda não é produzida pela quantidade de trabalho que o setor privado incorpora no processo produtivo; por outro, a elasticidade-substituição da moeda é nula, o que quer dizer que nenhum outro ativo não líquido exerce as funções de unidade de conta, meio de troca e reserva de valor que são desempenhadas pela moeda (FERRARI FILHO, 2006, p. 227).

Keynes escreveu a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda por entender que a análise da propensão a consumir, a definição da eficiência marginal de capital e a teoria da taxa de juros eram assuntos deficitários de estudo em sua época, conforme segue:

Por essa razão, a análise da propensão a consumir, a definição da eficiência marginal do capital e a teoria da taxa de juros são as três lacunas principais dos nossos atuais conhecimentos que temos necessidade de preencher. Quando isso for conseguido, veremos que a teoria dos preços ocupará o seu lugar apropriado como assunto subsidiário da nossa teoria geral. Constataremos, ademais, que a moeda representa um papel essencial na nossa teoria da taxa de juros e tentaremos desemaranhar as características particulares que a distinguem de outros fatores (KEYNES, 1996, p. 65).

Sendo assim, para Keynes, a teoria dos preços subsidiou sua teoria, como também o estudo da moeda, que possuía um papel essencial em sua teoria da taxa de juros.

Keynes demonstra que a moeda não é somente um meio de troca, mas também uma forma de reserva de valor. Fatores psicológicos, segundo Keynes, juntamente com a quantidade de moeda, constituem as variáveis independentes que determinam as variações do sistema e alteram o nível de emprego: a preferência pela liquidez, a tendência para o investimento e a propensão para o consumo.

a) Preferência pela liquidez

A moeda, como meio de troca, é o modo mais eficaz de um indivíduo adquirir os bens e serviços de que precisa. Contudo, como um indivíduo não gasta toda sua renda no momento em que a recebe, pode-se perguntar: por que esse indivíduo não aplica a parte dela que não é consumida imediatamente em títulos, que rendem juros? Segundo Keynes:

As três divisões que acabamos de distinguir na preferência pela liquidez podem ser definidas pelos motivos que as governam: (i) o motivo transação, isto é, a necessidade de moeda para as operações correntes de trocas pessoais e comerciais; (ii) o motivo precaução, ou seja, o desejo de segurança com relação ao equivalente do valor monetário futuro de certa parte dos recursos totais; e (iii) o motivo especulação, isto é, o propósito de obter lucros por saber melhor que o mercado o que trará o futuro. Tal como quando discutimos a eficiência marginal do capital, a questão de saber se é desejável ter um mercado organizado para a negociação de débitos nos coloca diante de um dilema: na ausência de um mercado organizado, a preferência pela liquidez, devida ao motivo de precaução, aumentaria muito, ao passo que a existência de um mercado organizado proporcionaria a oportunidade de amplas flutuações da preferência pela liquidez, devida ao motivo de especulação (KEYNES, 1996, p. 176).

Sendo assim, existem três motivos básicos que levam o indivíduo a demandar e reter moeda em seu poder:

- I. Demanda da moeda para transações:** os pagamentos e os recebimentos não são sincronizados, a maior parte dos trabalhadores recebe seus salários no início do mês, mas o gasta, no decorrer do mesmo mês, com as despesas comuns de uma família, como moradia, transporte, alimentação, etc.;
- II. Demanda de moeda para precaução:** os indivíduos previdentes sempre têm certa soma em seu poder, reservada para um imprevisto;
- III. Demanda de moeda para especulação:** essa razão está associada ao fato de a moeda funcionar como reserva de valor. Significa guardar moeda ociosa, na expectativa de mudanças na taxa de juros de mercado e, assim, aplicá-la melhor no futuro.

O primeiro é o motivo transacional, ou seja, famílias e firmas demandam moeda para realizar seus gastos. O segundo é o motivo precaucionário, que encara a moeda como um ativo seguro numa economia de futuro incerto. Demanda-se moeda, pois, são esperadas mudanças na taxa de juros, sem que se saiba ao certo sua direção. O terceiro é o especulativo; demanda por moeda baseada nas expectativas dos ganhos futuros sobre títulos. Nesse caso, as expectativas dos agentes apontam para uma direção da taxa de juros, e a partir disso, agentes retêm moeda ou compram outros ativos que são mais rentáveis àquela taxa.

O último motivo é o de especulação, neste a demanda e retenção de moeda ocorrem, pois o agente pretende financiar, pelo menos em parte, autonomamente um grande dispêndio no futuro, como um investimento.

A preferência pela liquidez motiva à quantidade de moeda que o indivíduo deseja reter de acordo com o valor da taxa de juros:

Sendo a taxa de juros, a qualquer momento, a recompensa da renúncia à liquidez, é uma medida de relutância do que possuem dinheiro alienar o seu direito de dispor do mesmo. A taxa de juros não é o “preço” que equilibra a demanda de recursos para investir e a propensão de abster-se do consumo imediato. É o “preço” mediante o qual o desejo de manter a riqueza em forma líquida se concilia com a quantidade de moeda disponível. Isso implica que, se a taxa de juros fosse menor, isto é, se a recompensa da renúncia à liquidez se reduzisse, o montante agregado de moeda que o público desejaria conservar excederia a oferta disponível e que, se a taxa de juros se elevasse, haveria um excedente de moeda que ninguém estaria disposto a reter. Se esta explicação for correta, a quantidade de moeda é outro fator que, aliado à preferência pela liquidez, determina a taxa corrente de juros em certas circunstâncias (KEYNES, 1996, p. 174-175)

De acordo com Keynes antes de assumir uma decisão de investimento, o empresário realiza uma comparação entre a taxa de juros e a taxa de retorno sobre o capital investido. Quando a taxa de juros de títulos públicos são maiores do que o rendimento esperado com a compra de bens de capital, os donos dos recursos monetários irão escolher a compra de títulos, dessa forma não serão realizados investimentos produtivos. Um bem de capital só será adquirido quando o rendimento almejado deste bem for superior à taxa de juros e não ao resultado histórico obtido na produção deste bem.

O leitor notará que a eficiência marginal do capital é definida aqui em termos da expectativa da renda e do preço de oferta corrente do bem de capital. Ela depende da taxa de retorno que se espera obter do dinheiro investido num bem recentemente produzido; e não do resultado histórico obtido por um investimento em relação a seu custo original, quando examinado retrospectivamente ao fim de sua vida (KEYNES, 1996, p. 149-150)

A capacidade da moeda de provocar liquidez traz segurança aos indivíduos, diante de incertezas que tornam ameaçadoras as previsões sobre o futuro. Dessa maneira, quanto maior for a incerteza, maior será a retenção de moeda por parte dos indivíduos.

O conceito de entesouramento pode ser considerado uma primeira aproximação do conceito de preferência pela liquidez. De fato, se substituíssemos “entesouramento” por “propensão a entesourar”, chegaríamos, substancialmente, ao mesmo resultado. Porém, quando por “entesouramento” queremos significar um aumento efetivo dos encaixes líquidos, isto se configura como uma ideia incompleta — e que pode causar sérios erros se formos levados a pensar em “entesouramento” e “não entesouramento” como simples alternativas. A decisão de entesourar não é tomada de maneira absoluta ou sem levar em conta as vantagens oferecidas pela renúncia à liquidez; essa decisão resulta do equilíbrio de vantagens e temos, portanto, de saber o que há no outro prato da balança (KEYNES, 1996, p. 179).

b) Tendência para o investimento

Para Keynes, a decisão mais importante tomada na economia é a decisão de investir. Isso porque a elevação do montante investido surte um aumento multiplicado na renda total da economia e isso determina o nível de emprego.

A fraqueza da propensão a investir tem sido, em todos os tempos, a chave do problema econômico. É possível que hoje a explicação dessa fraqueza esteja na importância dos capitais acumulados, ao passo que antigamente os riscos e perigos de toda a espécie talvez tenham representado um papel mais importante. Porém, o resultado é o mesmo. O desejo do indivíduo de aumentar sua fortuna pessoal, abstendo-se de consumir, tem sido geralmente mais forte que a tendência do empresário para aumentar a riqueza nacional empregando mão-de-obra na produção de bens duráveis (KEYNES, 1996, p. 321).

A decisão entre investir ou reter riqueza em forma líquida está sujeita à preferência pela liquidez de todos agentes da economia. Isto se traduz na quantidade de moeda disponibilizada pelos bancos, na confiança dos agentes

com relação aos rendimentos futuros do investimento e, portanto, na decisão de investir.

Para Keynes (1996), os consumidores aplicam parte de seus gastos na poupança, em função da renda. Quanto maior a renda, maior a proporção poupada. Dessa forma tem-se que o aumento da renda agregada em decorrência do aumento do emprego, ocorre também um aumento simultâneo na taxa de poupança, assim:

Os montantes da renda agregada e da poupança agregada são resultados da livre escolha dos indivíduos sobre se consumirão ou deixarão de consumir, sobre se farão ou não investimentos; porém, nenhum desses montantes logrará alcançar um valor independente que resulte de um grupo separado de decisões estranhas às que concernem ao consumo e ao investimento (KEYNES, 1996, p. 92).

Desse modo, a decisão de investir é subjetiva e envolve decisões e preferências tanto dos bancos como do público em geral. Para agentes privados, ela depende da comparação entre a eficiência marginal do capital e a taxa de juros monetária vigente.

c) Propensão para o consumo

A propensão a consumir aumenta quando há um aumento de renda, no entanto, não de maneira proporcional:

A lei psicológica fundamental em que podemos basear-nos com inteira confiança, tanto *a priori*, partindo do nosso conhecimento da natureza humana, como a partir dos detalhes dos ensinamentos da experiência, é em média, a aumentar o seu consumo à medida que a sua renda cresce, embora não em quantia igual ao aumento de sua renda (KEYNES, 1996, p. 186).

Segundo Keynes (1996), em conjunturas de crises caberia ao Estado atenuar as incertezas que rodam a economia, este deveria interferir na economia para diminuir os desequilíbrios do mercado. Quanto à queda de consumo devido ao desemprego, assim afirma:

Por outro lado, uma diminuição da renda devida à queda no volume de emprego, se for além de certos limites, pode muito bem ser motivo para que o consumo exceda a renda, não apenas porque os

indivíduos ou instituições passam a utilizar as reservas financeiras acumuladas em melhores dias, como também porque o Governo, deliberadamente ou não, poderá cair num déficit orçamentário ou poderá vir a fornecer auxílio em caso de desemprego, por exemplo, com dinheiro emprestado. Por isso, quando o emprego desce a um nível baixo, o consumo agregado cairá em volume menor que a diminuição da renda real, tanto por força das reações habituais dos indivíduos como por força da política provável dos Governos, o que explica a possibilidade de conseguir, muitas vezes, uma nova posição de equilíbrio dentro de limites razoáveis de flutuação. Se assim não fosse, o declínio do emprego e da renda, uma vez iniciado, poderia ir muito longe (KEYNES, 1996, p. 119).

Para Keynes (1996), alguns fatores objetivos influenciam na propensão a consumir tais como:

- I. **Variação na unidade de salário:** O consumo está relacionado mais à renda real do que a renda nominal. Uma vez que a renda real de um indivíduo varia de acordo com a quantidade de unidades de trabalho que este dispõe, sendo medida em unidades de salário – sua renda real, portanto, sobe em proporção menor que o seu rendimento medido em unidades de salário. Desse modo, admite-se que se a unidade de salário varia, o gasto em consumo também variará, assim como os preços proporcionalmente.
- II. **Variação na diferença entre renda e renda líquida:** o consumo depende mais da renda líquida do que da renda, pois é através da renda líquida que o indivíduo decide a escala do seu consumo.
- III. **Variações imprevistas nos valores de capital não considerados no cálculo da renda líquida:** Estas variações não guardam nenhuma relação estável com o montante de renda. O consumo dos proprietários de riqueza pode ser suscetível às variações imprevistas no valor nominal de seus bens.
- IV. **Variações na taxa intertemporal de desconto – na relação de troca entre os bens presentes e os bens futuros:** considera-se toda a sorte de riscos, tais como incertezas quanto ao futuro.
- V. **Variações na política fiscal:** o incentivo do indivíduo dependerá também da política fiscal do Governo, mudanças nessa política podem afetar a propensão a consumir.

VI. Modificações das expectativas acerca da relação entre os níveis presentes e futuros de renda: por tratar-se de comunidade, seus efeitos tendem a compensar-se, questão que, segundo o autor, suscita muita incerteza para exercer influência.

Considerando a propensão a consumir da comunidade, o nível de equilíbrio do emprego não incita os empresários a aumentar ou reduzir o emprego, isso dependerá do investimento corrente, cujo montante dependerá do incentivo para investir, dessa forma:

Quando o emprego aumenta, aumenta, também, a renda real agregada. A psicologia da comunidade é tal que, quando a renda real agregada aumenta, o consumo de agregado também aumenta, porém não tanto quanto a renda. Em consequência, os empresários sofreriam uma perda se o aumento total do emprego se destinasse a satisfazer a maior demanda para consumo imediato (KEYNES, 1996, p. 62).

Desse modo, verifica-se que, de acordo com Keynes, a propensão a consumir e o nível do novo investimento irão determinar o nível de emprego, e este determinará o nível de salários reais.

2.2 Método de pesquisa

2.2.1 Método bibliográfico

O método de pesquisa utilizado foi o bibliográfico, que consistiu em conhecer e analisar as principais contribuições da teoria econômica, que abordassem sobre Educação Financeira, para tanto, trabalhou-se com economistas clássicos na abordagem da Teoria da Renda demonstrando as diferentes formas de auferir renda. Na Teoria do Consumidor, este trabalho explorou a questão do comportamento racional do consumidor e suas restrições orçamentárias e, por fim, tratou sobre a Teoria Monetária, abordando sobre as funções da moeda, bem como a sua evolução. Em seus resultados, este trabalho pretende reunir todas essas teorias, visando torná-las em uma linguagem acessível a educandos dos anos finais do primeiro ciclo do ensino

fundamental básico, especificamente 4º e 5º anos, para proposição de material pedagógico.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, composto de livros e artigos científicos, sendo a sua principal vantagem o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que a que poderia pesquisar diretamente, tornando-se importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. A pesquisa bibliográfica se faz necessária também nos estudos históricos, pois a única forma de se conhecer os fatos passados é com base em dados secundários.

No entanto, algumas vezes as fontes secundárias apresentam dados coletados ou processados de forma equivocada, sendo que um trabalho fundamentado nessas fontes tenderá a reproduzir ou ampliar seus erros. Para reduzir esta possibilidade, os pesquisadores devem se assegurar das condições em que os dados foram obtidos e analisar de forma aprofundada cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições utilizando-se de fontes diversas (GIL, 2008).

2.2.2 A educação financeira *versus* a linguagem de entendimento do aluno no ensino fundamental da educação básica

O Estado, a escola e a família, com o apoio da sociedade, exercem papel fundamental na formação dos indivíduos. O artigo 205 da Constituição Federal dispõe que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Segundo Soares (2007):

A educação, na sua acepção mais ampla, tem objetivos que ultrapassam o raio de ação da escola. A própria Constituição brasileira estabelece que a educação é dever do Estado e da família, ou seja, que a educação integral do ser humano exige a contribuição

de outras estruturas sociais além da escola. No entanto, a escola e, conseqüentemente, o sistema escolar têm um papel diferenciado em relação à educação. De forma mais específica, essas estruturas devem possibilitar aos alunos oportunidades para a aquisição de competências cognitivas consideradas necessárias pela sociedade, prepará-los para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade, e ainda desenvolver seus talentos individuais. Assim, o objetivo da educação escolar, aquela parte da educação que ocorre no âmbito do estabelecimento escolar, pode ser sintetizado na expressão: Instruir, mas também educar; ou educar através da instrução (SOARES, 2007, p. 136).

Assim, a Educação Financeira cabe não somente à família, mas, também, à escola, sendo que esta possui toda a estrutura de métodos e técnicas de ensino para ensinar às crianças. De acordo com Torres (2014):

Os métodos de ensino podem ser aplicados a todas as áreas, tendo características específicas para cada ciência. Já as técnicas de ensino estão relacionadas sempre com a prática. Como exemplo, alguns métodos de ensino são: o método Waldorf, baseado em Rudolf Steiner, o Construtivismo de Piaget, o Sociointeracionismo de Vygotsky, o Pragmatismo de Dewey, o método Montessoriano, com base nos ensinamentos de Maria Montessori e o método Tradicional ou Conteudista, base da pedagogia (TORRES, 2014, p. 301).

Para que se possa ensinar a Educação Financeira é necessário que se disponha de um destes métodos para atingir a linguagem de entendimento dos alunos. Este trabalho pretende tornar as teorias econômicas da Renda, Consumidor e Monetária em uma linguagem acessível a educandos do 4º ao 5º ano do ensino fundamental básico. Esses anos foram selecionados, considerando que os alunos encontram-se justamente no período pós-alfabetização e já sabem realizar operações básicas de matemática. Desse modo, para melhor interpretação dos resultados do presente trabalho e do aprendizado da educação financeira dos educandos, poderá ser utilizado o método Sociointeracionismo de aprendizagem de Vygotsky, bem como os estilos de aprendizagem de Gardner, autor que demonstra como as pessoas aprendem melhor.

2.2.3 Método de aprendizagem de Vygotsky e estilos de aprendizagem de Gardner

Para Vygotsky (1987), o desenvolvimento humano é sócio-histórico, já que tem sua base no âmago da atividade social dos indivíduos. Ele afirma que “o verdadeiro curso do desenvolvimento do pensamento não vai do individual para o socializado, mas do social para o individual”, (VYGOTSKY, 1987, p.18). Assim sendo, a aprendizagem seria uma experiência social.

Para Vygotsky (1984), a linguagem representa um marco no desenvolvimento humano, como se vê a seguir:

A capacitação especificamente humana para a linguagem habilita as crianças a providenciarem instrumentos auxiliares na solução de tarefas difíceis, a superarem a ação impulsiva, a planejarem a solução para um problema antes de sua execução e a controlarem seu próprio comportamento. Signos e palavras constituem para as crianças, primeiro e acima de tudo, um meio de contato social com outras pessoas. As funções cognitivas e comunicativas da linguagem tornam-se então, a base de uma forma nova e superior de atividade nas crianças, distinguindo-as dos animais (VYGOTSKY, 1984, p. 31).

Vygotsky fala da existência de uma relação inseparável e de recíproca determinação entre os pensamentos e as emoções. Os pensamentos seriam orientados por motivos e interesses e, provocariam reflexos na dimensão afetiva da vida psíquica. Segundo ele:

Quando falamos da relação do pensamento e da linguagem com os outros aspectos da vida da consciência, a primeira questão a surgir é a relação entre o intelecto e ao afeto. Como se sabe, a separação entre a parte intelectual da nossa consciência e a sua parte afetiva e volitiva é um dos defeitos radicais de toda a psicologia tradicional. Neste caso, o pensamento se transforma inevitavelmente em uma corrente autônoma de pensamentos que pensam a si mesmos, dissocia-se de toda a plenitude da vida dinâmica, das motivações vivas, dos interesses, dos envolvimento do homem pensante e, assim, se torna um epifenômeno totalmente inútil, que nada pode modificar na vida e o comportamento do homem, ou uma força antiga original e autônoma que, ao interferir na vida da consciência e na vida do indivíduo, acaba por influenciá-las de modo incompreensível (VYGOTSKY, 2001, p.16).

Um dos conceitos de Vygotsky é a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), ele diz que “aquilo que é zona de desenvolvimento proximal hoje será o nível de desenvolvimento real amanhã – ou seja, aquilo que uma criança pode

fazer com assistência hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã” (VIGOTSKY, 1984, p. 98). O conceito de zona de desenvolvimento proximal é muito importante para estudar o desenvolvimento infantil, porque permite avaliar o desenvolvimento individual. Desta forma, é possível preparar estratégias pedagógicas para que o educando possa evoluir no aprendizado. Esta é a zona cooperativa do conhecimento. O mediador auxilia a criança a consolidar o desenvolvimento que está próximo, ou seja, ajuda a transformar o desenvolvimento potencial em desenvolvimento real.

Desta forma, essa habilidade de mediação que se desenvolve, possibilita ao educando e ao educador pensar, imaginar, criar e estabelecer relações com uma infinidade de objetos e situações, mesmo que não estejam imediatamente presentes.

Para Almeida (2007), tomando como base o trabalho de Gardner:

Os estilos de aprendizagem são o modo como cada um de nós aprende melhor e as inteligências múltiplas constituem as habilidades que podemos utilizar para aprender qualquer coisa e realizar nossos objetivos. Há uma estreita relação entre estilos de aprendizagem e inteligências múltiplas (ALMEIDA, 2007, p. 1).

Almeida (2007) apresenta também as modalidades que constituem os estilos de aprendizagem, conforme o Quadro 2, abaixo:

PELO ESTILO	A PESSOA APRENDE
1- Visual	vendo, olhando, observando
2- Auditivo	ouvindo
3- Cinestésico	com estímulos táteis, movimentos corporais
4- Artístico	desenhando, pintando, cantando, dramatizando
5- Visual-auditivo	1 + 2
6- Visual-cinestésico	1 + 3
7- Visual-artístico	1 + 4
8- Auditivo-cinestésico	2 + 3
9- Auditivo-artístico	2 + 4
10- Cinestésico-artístico	3 + 4
11- Visual-auditivo-cinestésico	1 + 2 + 3
12- Visual-auditivo-artístico	1 + 2 + 4
13- Visual-cinestésico-artístico	1 + 3 + 4
14- Visual-auditivo-cinestésico-artístico	1 + 2 + 3 + 4

Quadro 2: Modalidades de estilos de aprendizagem

Fonte: (ALMEIDA, 2007, p. 1)

Nos resultados desta pesquisa, pretende-se fazer uso dos estilos de aprendizagem Visual, utilizando-se, principalmente, de ilustrações que visam à compreensão de educandos do 4º ao 5º ano do ensino fundamental básico, por meio de situações que se adaptam à realidade desses educandos.

Para se trabalhar com os educandos em sala de aula, o professor poderá utilizar, também, o estilo de aprendizagem visual-cinestésico, realizando atividades lúdicas, por meio do uso de instrumentos, tais como jogos imobiliários, cédulas e moedas de brinquedo, dentre outros, para simular situações econômico-financeiras que levem os educandos a compreender como funciona o processo de renda, consumo e poupança numa economia, bem como as relações interpessoais dos indivíduos envolvidos nesse processo.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 O contexto da educação financeira na escola

Quando se trata de educar financeiramente uma criança é preciso ensinar que deve se estabelecer relações éticas com o dinheiro, evidenciando as maneiras de ganhar, gastar e poupar fazendo escolhas conscientes que irão influenciar seu bem-estar pessoal.

[...] o ato de educar financeiramente é o ponto de partida para criar indivíduos conscientes de importância do dinheiro para a sua vida. É importante ensinar a criança comprar itens de forma planejada, a fazer escolhas que lhe proporcione um melhor investimento de sua renda. A criança deve estar organizada e comprometida com a sua estabilidade financeira, para que o seu consumo seja cada vez mais consciente e que a partir da sua organização possa ser percebido que as ações individuais ao longo do tempo irão se expandir para a sociedade gerando um bem estar comum (CABRAL, 2013, p. 6).

Matta (2007) diz que a educação financeira pessoal é um conjunto de informações que auxiliam as pessoas a trabalharem com a sua renda, com a administração do dinheiro, com gastos e empréstimos, poupanças e investimentos.

A educação financeira é uma realidade mais consistente em alguns países do mundo, estes países contam com a ajuda da OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Segundo Saito *et al* (2006), a OCDE é um organismo criado em 1961. Atualmente, ela é formada por 30 países, dentre eles Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Nova Zelândia e Austrália. Preocupando-se com o aperfeiçoamento das práticas de educação financeira do setor público e privado, ao buscar o fortalecimento das instituições democráticas, da economia de mercado, e da economia globalizada, produzindo estudos, publicações e recomendações para esses países. Embora o Brasil não seja membro da OCDE, ele participa de comitês e grupos de trabalho desta instituição.

A OCDE mantém um *ranking* da educação em 36 países, no qual o Brasil atualmente ocupa a penúltima posição, à frente somente do México. Como critérios avaliados pela organização, estão o desempenho dos alunos no PISA (*Programme for International Student Assessment*), mais importante

avaliação educacional do mundo, a média de anos que os alunos passam na escola e a porcentagem da população que está cursando ensino superior.

Segundo Ferreira (2007), a educação financeira, aliada ao fortalecimento dos conceitos da psicologia econômica, colaboraria de maneira importante para conduzir os inúmeros problemas socioeconômicos do Brasil em direção a um avanço. Assim, a educação financeira seria um estímulo ao desenvolvimento de países como o Brasil, no entanto, “a cidadania financeira, que é entendida como o exercício pleno dos direitos e pelo cumprimento dos deveres dos cidadãos sobre suas finanças, ainda é incipiente no Brasil e no mundo” (ARAÚJO e SOUZA, 2012, p. 4).

No Brasil existem alguns fatores que adicionam importância à implantação de programas de educação financeira:

[...] além dos fatores supracitados, a necessidade da educação financeira é agravada pelo alto *spread* bancário (diferença da taxa de empréstimo e de captação), pelo fato de grande parte da população possuir pouco ou desconhecer os acessos ao sistema financeiro, apesar de que todos os municípios tenham algum acesso ao sistema, seja por meio de bancos, cooperativas ou correspondentes, e pela cultura gerada por décadas de inflação alta. É fato que 3 em cada 4 famílias brasileiras sentem alguma dificuldade para chegar ao final do mês com seus rendimentos (ARAÚJO e SOUZA, 2012, p. 4).

Ainda segundo Araújo e Souza (2012), a importância da educação financeira se deve ao fato de que cada pessoa tem deveres a cumprir com a sociedade, levando em conta que pessoas educadas financeiramente planejam suas compras e cumprem seus compromissos financeiros. No âmbito internacional, a inadimplência dos compradores americanos de hipoteca colaborou para o estouro da bolha imobiliária de 2008, desencadeando uma crise financeira. No caso do Brasil, a inadimplência corresponde a um terço do *spread* bancário, gerando um maior custo do crédito para a sociedade, uma vez que o fator risco do não pagamento compõe a grandeza da taxa de juros.

De acordo com Saito *et al* (2006), a OCDE recomenda a implementação dos programas de Educação Financeira, adotando os princípios e recomendações para a boa prática da Educação Financeira, que estão dispostos em 26 itens, condensados e reagrupados em 10 tópicos, como demonstrado no quadro que se segue:

Descrição
1. A Educação Financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras;
2. Os programas de Educação Financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, estar adequados à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e de economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses;
3. O processo de Educação Financeira deve ser considerado pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel que é exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor;
4. O envolvimento das instituições financeiras no processo de Educação Financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente, nos compromissos de longo prazo e naqueles que comprometem expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores;
5. A Educação Financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados, e a complexidade crescente das informações que os caracterizam;
6. Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais que estimulem a compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem o autodesenvolvimento financeiro, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões financeiras. Além disso, precisam ser criados <i>sites</i> específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública;
7. A Educação Financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo, o quanto antes;
8. As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações disponibilizadas, em específico, quando for relacionado aos compromissos de longo prazo, ou aos serviços financeiros cujas consequências financeiras são de grande magnitude;
9. Os programas de Educação Financeira devem focar particularmente aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e aposentadoria, o endividamento, e a contratação de seguros;
10. Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, devendo ser adequados a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível.

Quadro 3: Princípios e Recomendações da OCDE (*)

Fonte: Saito *et al* (2006)

Saito *et al* (2006) ainda dão o seguinte diagnóstico sobre a educação no mundo:

Princípios e Recomendações (*)	Demais países da OCDE (***) e outros (****)	Reino Unido	Estados Unidos	Brasil	Ações sugeridas para o contexto brasileiro
1	Com base nas informações disponíveis, não se pode afirmar ou refutar, se isso ocorre de forma explícita.	Nas instituições pesquisadas, mesmo nas financeiras, se observa o fato de destinarem espaços exclusivos, em seus <i>sites</i>, para as orientações aos clientes, não havendo direcionamento ao consumo específico de um produto ou serviço.		Embora, órgãos governamentais e afins, bem como as associações de classe atuem de forma mais isenta, percebe-se não haver separação entre os interesses particulares com a natureza das orientações, nas orientações financeiras. Uma exceção é o programa de Guia de Crédito Consciente do Itaú.	Promoção de uma ação de fiscalização dos programas de Educação Financeira, por parte do MEC (no âmbito formal ou oficial) e do BACEN ou PROCON (ambos no âmbito informal, mas é preciso definir qual destas instituições será a responsável).
2	Percebe-se que há ênfase diferenciada em cada país. Em relação à aposentadoria, na Hungria, nota-se um nível de conhecimento financeiro aquém, por parte dos participantes dos fundos de pensão.	Nas informações disponíveis, percebe-se esta preocupação.		Nas informações disponíveis, percebe-se esta preocupação. Porém, no caso brasileiro, há ainda pouca ênfase na cultura de poupança.	A cultura de poupança previdenciária na população e os conceitos relacionados a crédito e economia devem ser estimulados urgentemente, nas escolas e nas Universidades.
3	Os governos, de uma forma geral estão percebendo a importância, cada vez mais expressiva, da Educação Financeira da população, até mesmo como influência para o desenvolvimento econômico e social do país.				Para que isso seja efetivo no caso brasileiro, a ação de setores organizados, inclusive das Universidades e da mídia, poderá exercer um papel de grande influência.
4	Percebe-se preocupação, mas pouca efetividade.	O desenvolvimento deste assunto está maior nos Estados Unidos e no Reino Unido			O processo de inserção da Educação Financeira nos programas de ensino formará, no longo prazo, um grupo de consumidores exigentes, quanto à correção e transparência nas relações com as instituições financeiras. No curto prazo, a fiscalização do BACEN ou PROCON (a definir) de forma ativa, deve ser concretizada.
5	Processo recente precisa de maior envolvimento e continuidade.				Estimular, com urgência, na esfera formal, no âmbito das escolas e Universidades. No âmbito informal, promover coordenação de esforços e monitoramento da qualidade dos programas, inclusive, quanto ao quesito de responsabilidade social e de respeito à cidadania dos indivíduos.
Continuação	Continuação				Continuação

Princípios e Recomendações (*)	Demais países da OCDE (***) e outros (****)	Reino Unido	Estados Unidos	Brasil	Ações sugeridas para o contexto brasileiro
6	Há informações disponíveis e materiais <i>on line</i> .				Estimular por meio de campanhas oficiais a conscientização dos indivíduos do direito que possuem para demandar por maiores informações das instituições financeiras.
7	Na Polônia, é obrigatório no colegial (<i>high school</i>).	No Reino Unido, é facultativo. Na Inglaterra, as escolas estão incluindo nos programas de Matemática e em outras disciplinas extracurriculares.	Nos Estados Unidos, é obrigatória no sistema de ensino de 29 estados da federação. Nas universidades, ocorrem palestras, seminários, etc.	Não é obrigatória. O MEC apenas menciona a necessidade de contextualização do ensino da matemática à realidade dos indivíduos. Na Universidade, não se observa um envolvimento dos programas de ensino e não há participação desta na difusão da Educação Financeira para os demais <i>stakeholders</i> .	Inclusão da Educação Financeira, no sistema de ensino oficial. Nas Universidades, a Educação Financeira pode ser incluída nos programas de ensino para que a academia desenvolva este tipo de conhecimento. Em seguida, é recomendável o envolvimento do corpo docente e discente na elaboração de programas que visem divulgar o conhecimento acumulado para os demais <i>stakeholders</i> por meio de ciclo de palestras, disponibilização de cursos básicos e gratuitos de capacitação, etc.
8	Com base nas informações disponíveis, não se pode afirmar ou refutar, se isso ocorre de fato.			Embora a ANBID procure disseminar a cultura de transparência e de respeito aos valores morais neste tipo de relacionamento, o fato de haver pouca fiscalização e a dificuldade de se definir o fórum de discussão sobre onde deve ser discutido os direitos dos clientes bancários (PROCON ou BACEN) torna propício a divulgação de informações com vieses.	Definir de fato, o fórum de discussão dos direitos dos clientes bancários e estimular a eficiência dos processos de reclamação emitidos pelos clientes. Realização de fiscalização por meio de agentes.
9	Idem do item 2				
10	Nas informações disponíveis, percebe-se esta preocupação.			No Brasil, a BOVESPA e a ANBID, segmentam o conteúdo para o público que necessita do conhecimento.	É preciso estimular a propagação desses programas e haver maior integração de esforços.
(*) modificados, pois foram condensados e reagrupados pelos autores do presente trabalho. Vide Quadro 1; (**) Quadro elaborado com informações mencionadas anteriormente no trabalho e com base no estudo de Holzmann e Miralles (2005); (***) membros da OCDE mencionados: República Tcheca, Hungria, Polônia, e Eslováquia; e (****) outros países não membros: Bulgária, Lituânia, Macedônia e Ucrânia.					

Quadro 4: Princípios e Recomendações da OCDE (*) (**): comparativo e ações sugeridas para o contexto

Fonte: Saito *et al* (2006)

De acordo com Saito *et al* (2006), a Educação Financeira no Brasil está em fase inicial comparativamente aos Estados Unidos e países do Reino Unido. No primeiro, há Estados que ela é obrigatória na grade de ensino, e há muitas organizações atuando no seu desenvolvimento. No Reino Unido, a educação financeira não é obrigatória, mas, há um forte envolvimento dos atores do processo, até mesmo com a criação de um fundo, com o fim de estimular a cultura de poupança. Para estes autores no Brasil, a Educação Financeira não foi agregada, de maneira oficial, nas grades curriculares, no entanto, é uma preocupação do MEC em relação ao desenvolvimento de capacidades dos indivíduos, quanto a alguns aspectos da educação financeira, mas exatamente de uma forma clara e objetiva.

De acordo com Frankenberg (1999), no Brasil, pouca educação financeira, vários anos de inflação, desinformação e erros cometidos sucessivamente por governos do passado resultaram em conceitos financeiros errôneos, absorvidos sem contestação e passivamente pela população.

Na Figura 10 abaixo, nota-se que a renda real do brasileiro começou a ter uma queda em 2015:

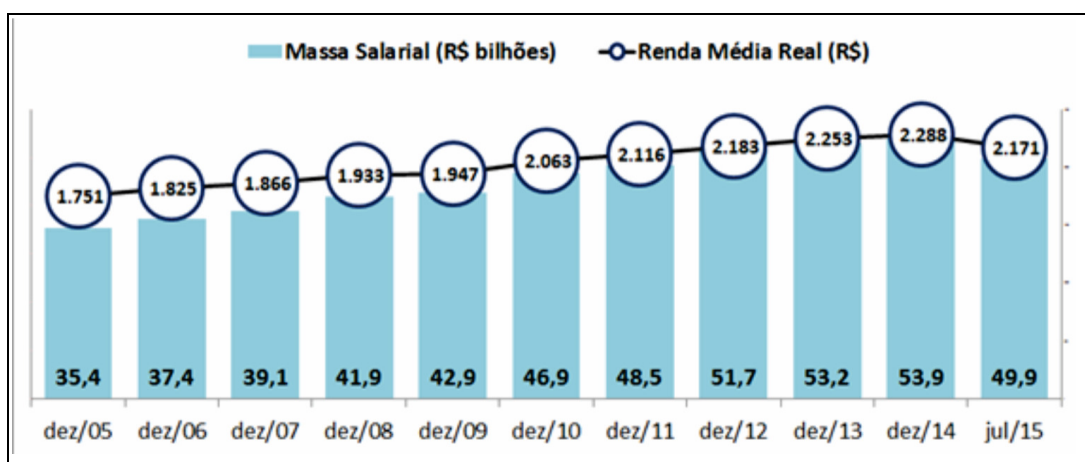


Figura 10: Renda Média Real dos Trabalhadores
Fonte: NE&PE-GS&MD (2015)

Observa-se também, pela Figura 11, que a procura por crédito aumentou 3,4 vezes no período de 2007 a 2015:

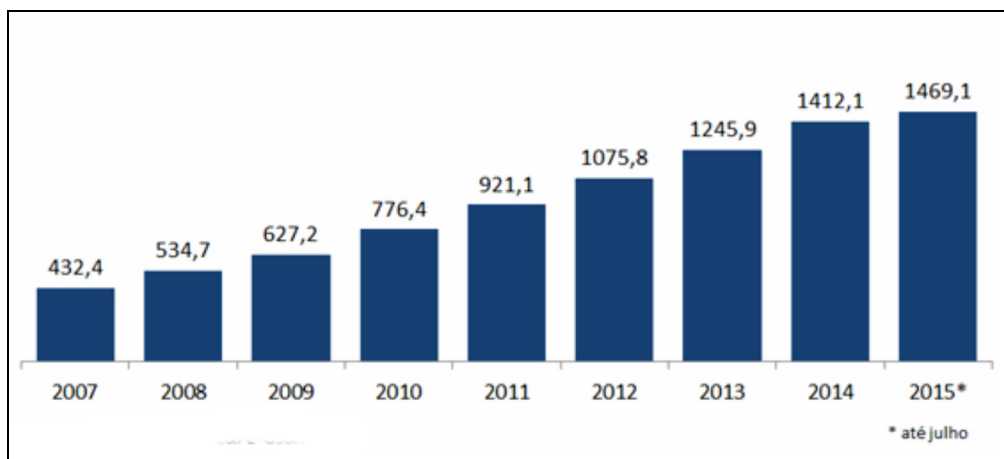


Figura 11: Crédito – Pessoa Física – R\$ Bilhões

Fonte: NE&PE-GS&MD (2015)

Segundo o Programa Educação Financeira nas Escolas, as escolas podem contribuir de forma significativa para educar os alunos financeiramente, que, por sua vez, podem levar esse conhecimento para suas famílias e, em um efeito multiplicador, poderá ser percebido. Para Kiyosaki e Lechter:

O dinheiro não é ensinado nas escolas. As escolas se concentram nas habilidades acadêmicas e profissionais, mas não nas habilidades financeiras. Isso explica porque médicos, gerentes de banco e contadores inteligentes que tiveram ótimas notas quando estudantes terão problemas financeiros durante toda a sua vida. Nossa impressionante dívida nacional se deve em boa medida a políticos e funcionários públicos muito instruídos que tomam decisões financeiras com pouco ou nenhum treinamento na área do dinheiro (KIYOSAKI; LECHTER, 2000, p. 22).

Portanto, é de suma importância a iniciativa de entidades privadas, como Serasa e BM&F Bovespa, por exemplo, que já possuem cursos nesse sentido, para o desenvolvimento de publicações e projetos para o ensino da Educação Financeira, assim como seria primordial a implantação eficaz do Programa Educação Financeira nas Escolas.

No Brasil, a necessidade de melhorar a educação financeira é especialmente urgente. Uma pesquisa conduzida pelo Instituto Data Popular em 2008 mostrou que 82% dos consumidores brasileiros não estavam cientes da taxa de juros ao fazer empréstimos, e que a maioria das parcelas de empréstimos atrasadas devia-se à fraca administração financeira e que as taxas de poupança são baixas, mesmo entre famílias afluentes. (BM&FBOVESPA, 2012, p. 01).

Para Savoia *et al* (2007), as ações de educação financeira existentes são insuficientes para alterar a situação vigente da população, com os produtos destinados às pessoas físicas em franca expansão, conforme retratado na Tabela 4:

TABELA 4: CRÉDITO A PESSOAS FÍSICAS – SALDOS R\$ BILHÕES

Discriminação	2011	2012	2013	Variação (%)	
				2012	2013
Recursos livres	628,4	692,6	745,2	10,2	7,6
Crédito pessoal	238,9	279,1	319,6	16,8	14,5
Do qual: consignado	159,3	188,9	221,9	18,6	17,5
Aquisição de veículos	177,7	193,2	192,8	8,7	-0,2
Cartão de crédito	114,0	126,6	144,6	11,1	14,2
Cheque especial	17,6	18,3	20,2	4,0	10,4
Demais	80,2	75,4	68,0	-6,0	-9,8
Recursos direcionados	292,7	383,2	506,0	30,9	32,0
BNDES	24,8	29,2	37,1	17,7	27,1
Imobiliário	189,4	255,4	341,5	34,8	33,7
Rural	72,6	90,7	115,3	24,9	27,1
Demais	5,9	7,9	12,1	33,9	53,2

Fonte: BACEN (2013, p. 8)

Ainda segundo Savoia *et al* (2007), é evidente que, no Brasil, as autoridades não desempenham a função de capacitar a população adequadamente para a tomada de decisões no âmbito financeiro. Instituições privadas, como a Bovespa, instituições públicas, e algumas empresas e bancos desenvolvem práticas para diminuir essa lacuna e orientar os clientes e usuários dos seus produtos. Savoia *et al* (2007) citam as seguintes instituições como exemplo:

- a) **Banco Central do Brasil (BACEN):** possui o Programa de Educação Financeira (PEF), responsável pela orientação da sociedade a respeito de assuntos econômicos, contribuindo para um melhor entendimento dos aspectos financeiros e da responsabilidade no planejamento das finanças pessoais.

- b) Comissões de Valores Mobiliários (CVM):** Promove palestras e disponibiliza cartilhas gratuitas de educação ao investidor, além de esclarecer dúvidas dos indivíduos quanto a investimentos. Em 2015, participou ativamente da 2ª Semana Nacional de Educação Financeira, a CVM apresentou durante a Semana ENEF: o Guia CVM de Planejamento Financeiro, com orientações práticas para elaboração de planejamento financeiro pessoal; o livro Mercado de Derivativos no Brasil: Conceitos, Produtos e Operações, feito em parceria com a BM&FBovespa, voltado a estudantes universitários e o Folheto CVM Educação Financeira, que resume as principais atividades educacionais desenvolvidas pela autarquia; além da segunda edição do livro Relações com Investidores: Da Pequena Empresa ao Mercado de Capitais, elaborada em parceria com o Instituto Brasileiro de Relação com Investidores (Ibri).
- c) Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa):** Possui o programa educacional Bovespa, criado em 1989, para atender aos interessados que desejam conhecer a bolsa e o funcionamento do mercado acionário. Suas iniciativas buscam evidenciar a importância das bolsas de valores para a economia do país, transmitir conceitos econômicos básicos, estimular hábitos de poupança, entre outras. Além disso, promove visitas monitoradas à Bolsa; realiza palestras e orientações à população, por meio dos projetos Educar e Bovespa Vai até Você; realiza concursos estudantis; desenvolve parcerias com instituições de ensino para distribuição de materiais e conta também com a TV Educação Financeira que usa todos os recursos de uma moderna estação de TV para divulgar conhecimento e informações sobre investimentos, finanças pessoais e conceitos econômicos.
- d) Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN):** criou o INFI-Instituto FEBRABAN de Educação que é a escola de negócios e finanças criada pela FEBRABAN, para capacitar pessoas interessadas no setor financeiro brasileiro através de cursos presenciais ou à distância.
- e) Serasa:** Desenvolveu o *Guia Serasa de orientação ao cidadão*, que auxilia na gestão dos recursos financeiros e pode ser encontrado em seu site.
- f) Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID):** Difunde conceitos sobre investimento pessoal, estimulando a formação do investidor no Brasil, e incentiva a produção de estudos acadêmicos sobre o mercado de

capitais brasileiro. No seu portal, a Anbid disponibiliza serviços de *e-learning* e oferece informações educativas sobre alternativas de investimentos, como: fundos, ações, debêntures, CDB, títulos públicos. Também promove cursos e atua na certificação de profissionais que têm contato com os clientes, ao comercializarem produtos de investimento.

- g) Instituições financeiras:** algumas instituições financeiras possuem programas de educação financeira para o público. Como exemplo, pode-se citar o Banco Itaú, que disponibiliza o *Guia do crédito consciente*, orientando os indivíduos no uso apropriado de empréstimos e financiamentos e disponibilizando conceitos para a elaboração de um orçamento familiar. A Caixa Econômica criou uma série especial para pessoas físicas e jurídicas manterem o orçamento sob controle.
- h) Mídia e eventos:** No caso brasileiro, o papel exercido pela mídia — jornais, revistas, televisão, rádio e internet — é muito relevante, pela amplitude de seu alcance e pela facilidade de assimilação do conteúdo difundido. Outra forma de divulgação se dá pela realização de eventos. O Expomoney, por exemplo, oferece palestras gratuitas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, abordando assuntos, como: planejamento financeiro, previdência, fundos de investimento, ações, economia doméstica, entre outros.
- i) Demais associações:** a Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS) oferece recomendações por meio do *Manual do portador de cartão*; e a Associação Nacional da Previdência Privada (ANAPP), que disponibiliza informações relativas aos produtos de previdência.

3.2 Marco Legislativo e diretrizes para a educação financeira na escola no Brasil

De acordo com Savoia *et al* (2007), até aquele ano não havia a obrigatoriedade da educação financeira no sistema de ensino. O Ministério da Educação e Cultura, MEC, apenas recomendava a contextualização do ensino, que depreendia de um processo de aprendizagem apoiado no desenvolvimento de aptidões para introdução dos estudantes na vida adulta, mediante a multidisciplinaridade, o estímulo do raciocínio e da capacidade de aprender. O documento do BACEN, sob o título: “Brasil: Implementando a Estratégia Nacional de

Educação Financeira” apresenta o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização, COREMEC:

No Brasil, o COREMEC reúne os quatro reguladores do Sistema Financeiro Nacional:

- Banco Central do Brasil (BCB)
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
- Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)
- Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

Com o objetivo de propor a estratégia nacional de educação financeira, o COREMEC constituiu um grupo de trabalho em 2007 (denominado “Grupo de Trabalho do COREMEC” deste ponto em diante). Esse grupo propôs, em 2009, um rascunho da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). O rascunho foi validado pelos quatro reguladores que compõem o COREMEC e, em dezembro de 2010, o Decreto Presidencial nº 7.397 estabeleceu formalmente a ENEF. Esse Decreto também criou o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). A ENEF está atualmente em fase de implementação (BACEN, 2012, p. 01).

Assim no ano de 2010, aconteceu o marco legislativo, segundo o Mapa da Educação Financeira no Brasil, [201-], a educação financeira adquiriu no Brasil status de política de Estado. Neste ano foi criada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), através do decreto nº 7.397/2010. Ainda de acordo com o Mapa da Educação Financeira no Brasil, [201-], o contexto socioeconômico do País, cresceu a uma taxa média anual superior a 3,5% na década passada, no entanto, a classe C deixou de ser o motor da economia.

A ENEF é uma iniciativa prioritária para o Governo brasileiro, com uma parceria entre o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência Nacional de Previdência Complementar e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A ENEF fez uma parceria com o Banco Mundial para implantar e avaliar o projeto piloto de educação financeira nas escolas. O Banco Mundial tem vasta experiência em implantar avaliações de impacto no mundo e forneceu conhecimentos técnicos para este estudo piloto. Ademais, o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) também foi colaborador da avaliação, principalmente através de seus conhecimentos em avaliação de educação no Brasil. Finalmente, a ENEF contou com parcerias de organizações do setor privado, como a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), a BM&F BOVESPA, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), e o Instituto Unibanco (IU), além da participação de entidades relacionadas à educação, como o MEC (BM&FBOVESPA, 2012, p. 01).

No documento “Brasil: Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira” encontra-se a seguinte definição para a educação financeira:

o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (BACEN, 2012, p. 3).

A ENEF tem a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do Sistema Financeiro Nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores. O primeiro levantamento conduzido pelas instituições membro e pelo site Vida e Dinheiro identificou cerca de 100 iniciativas voltadas a orientar a população brasileira em relação às boas práticas da gestão financeira. Entre setembro e novembro de 2013, foram identificadas 803 iniciativas, quase oito vezes mais do que o levantamento anterior, cujo universo era mais restrito. Esse número indica a dimensão que o tema vem adquirindo no País.

O estudo Mudanças do Mercado Brasileiro, de Nielsen (2015), mostra que os consumidores conquistaram um novo padrão de consumo, tendo acesso a produtos diferenciados, porém, agora, diante de uma desaceleração econômica querem manter o mesmo padrão. Também, conforme Nielsen (2015), isso indica que as pessoas já estão em busca de um ponto de equilíbrio quando o assunto é consumo, 64% dos brasileiros afirmam que para poupar diminuem o lazer fora do lar, e 13% estão economizando para pagar dívidas atrasadas.

A Associação de Educação Financeira do Brasil, AEF-Brasil, organização sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, OSCIP, foi criada em 2011 e tem como missão promover o desenvolvimento social e econômico por meio do fomento da Educação Financeira no Brasil. É a AEF que coordena o Programa Educação Financeira nas Escolas.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira, ENEF, criou o Programa Educação Financeira nas Escolas que apresenta como questionamento: qual seria a forma de trabalhar a Educação Financeira na escola e como ajudar os alunos a resolver suas dificuldades, planejar melhor suas vidas para que consigam ter mais condições de alcançarem metas e sonhos. Este programa dá a seguinte descrição para a educação financeira:

O conceito de educação financeira adotado pela ENEF identificou-a como um processo a ser desenvolvido por meio de três vertentes – Informação, Formação e Orientação. O documento “Orientações para Educação Financeira nas Escolas” destaca a Informação e Formação como base para o desenvolvimento do tema no contexto escolar. Por informação entende-se o provimento de fatos, dados e os conhecimentos específicos para tornar as pessoas atentas a oportunidades e escolhas financeiras, bem como às suas consequências. A vertente formação refere-se ao desenvolvimento dos valores e das competências necessárias para entender termos e conceitos financeiros por meio de ações educativas que preparem as pessoas para empreender projetos individuais e sociais (BRASIL, 2015).

O documento “Brasil: Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira” apresenta a pesquisa realizada para avaliar as principais necessidades da ENEF:

Os resultados da Pesquisa Nacional de Educação Financeira confirmaram as impressões iniciais dos reguladores de que o nível de educação financeira da população é baixo. Essa pesquisa descobriu que 36% dos entrevistados informaram ter perfil de tipo gastador e apenas 31% deles guardam dinheiro regularmente para a aposentadoria. Também foi observado que uma parcela cada vez maior da renda familiar está sendo alocada para o consumo, o que torna as atuais taxas de poupança tão baixas. A pesquisa entrevistou 1.809 pessoas com diferentes rendas e níveis educacionais em seis capitais de estado (BACEN, 2012, p. 4).

Na reportagem de Adjuto (2014), para o portal [agenciabrasil.ebc](http://agenciabrasil.ebc.com.br), são levantados alguns questionamentos tais como: “Você tem controle sobre o dinheiro que recebe? Sabe que dia entra e qual o valor? Você planeja o que fazer com sua receita? Como faz esse planejamento?” A jornalista explicita que segundo a AEF, essas e outras questões devem ser respondidas desde cedo e fazer parte do currículo escolar. Por meio do projeto Educação Financeira nas Escolas, até o fim de 2015, 2.962 escolas públicas de ensino médio terão acesso à formação.

[...] esta avaliação é uma das maiores avaliações aleatórias já realizada em qualquer país, incluindo diferentes temas já estudados – a avaliação englobou quase 900 escolas e 26.000 alunos em seis estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Tocantins, Minas Gerais e o Distrito Federal.

A avaliação do projeto piloto de educação financeira no Brasil englobou os 3 semestres letivos em que o projeto foi implementado nas escolas, iniciado em agosto de 2010 até dezembro de 2011. Durante este período, inicialmente aplicou-se uma avaliação diagnóstica do programa para avaliar o nível de conhecimento de educação financeira dos alunos antes do início do programa. Em seguida, em dezembro de 2010, a primeira avaliação somativa foi implementada, que permitiu que conhecêssemos os avanços preliminares dos 4 primeiros meses do projeto. Por fim, em dezembro de

2011, realizou-se a avaliação final do programa, após o término das atividades do projeto nas escolas (BM&FBOVESPA, 2012, p. 02).

De acordo com Adjuto (2014), o projeto piloto também ganhou um relatório do Banco Mundial: O Impacto da Educação Financeira no Ensino Médio – A Experiência do Brasil. A instituição constatou o aumento de 1% do nível de poupança dos jovens que passaram pelo programa. Segundo os cálculos da entidade, isso pode contribuir para o crescimento também de 1% do Produto Interno Bruto brasileiro, uma vez que a poupança vira investimento. Os alunos passaram a fazer uma lista com os gastos todos os meses e a negociar o pagamento ao fazer uma compra.

De 09 a 15 de março de 2015 aconteceu a 2ª Semana Nacional de Educação Financeira, para esta semana foi preparado o documento: “Orientação para Educação Financeira nas Escolas”, que se apresenta desta maneira:

Este documento apresenta modelo conceitual para levar educação financeira às escolas e foi elaborado com contribuições de especialistas de diversas áreas, que apostaram na postura participativa e cooperativa. Pauta-se em problemática atual e apresenta princípios que devem nortear as ações necessárias para se atingir uma situação desejada. Essa proposta se caracteriza pela flexibilidade, para possibilitar sua adaptação aos contextos escolares (BRASIL, 2014)

Segundo a Associação de Educação Financeira do Brasil, AEF-Brasil [201-]:

A ENEF foi instituída como proposta de política de Estado, de caráter permanente, com necessidade de ação conjunta, pública e privada, por meio de gestão centralizada e execução descentralizada. De acordo com o Art. 2º do seu decreto, tem como diretrizes:

- I – atuação permanente e em âmbito nacional;
- II – gratuidade das ações de educação financeira;
- III – prevalência do interesse público;
- IV – atuação por meio de informação, formação e orientação;
- V – centralização da gestão e descentralização da execução das atividades;
- VI – formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas; e
- VII – avaliação e revisão periódicas permanentes (BRASIL, 2015b)

O documento “Brasil: Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira” no tocante a diretrizes diz que a ENEF incorpora a importância crescente da Educação Financeira no atual contexto do Brasil. Dessa maneira:

- A ENEF é uma política permanente e nacional.
- A participação em ações da ENEF deve ser gratuita para os públicos-alvo.

- O interesse público deve prevalecer em todas as ações.
- Os programas, projetos e ações utilizam a abordagem informação-formação-orientação.
- A gestão da ENEF é centralizada e suas ações são descentralizadas.
- Os planos e ações da ENEF devem ser avaliados e revisados periódica e permanentemente.
- Parcerias com instituições públicas e privadas são incentivadas (BACEN, 2012, p. 10).

Dessa forma, a educação financeira é entendida como propulsora para que as pessoas sejam mais responsáveis financeiramente. A Associação de Educação Financeira, AEF-Brasil [201-], entende que possibilitar a educação financeira é dar oportunidades igualitárias de tomada de decisão financeira autônoma e saudável para a vida, assim fortalecendo a cidadania.

4. RESULTADOS DA PESQUISA¹

4.1 Teoria da Renda Aplicada ao Ensino Fundamental Básico

Para compreender os diferentes rumos que se pode dar para o dinheiro que se ganha, é necessário, primeiro, identificar as diferentes formas de se ganhar dinheiro, ou seja, as diferentes formas de renda. É preciso entender de onde vem o dinheiro que se ganha:



Figura 12: Remuneração dos fatores de produção
Ilustração: Ricardo Humberto de Macedo

Pela Figura 12 você pode observar que o dinheiro que se ganha, chamado renda, pode ter quatro origens diferentes: salário, lucro, juro, aluguel. Sendo assim, somos remunerados conforme as características específicas da função produtiva que cada um de nós ocupa na sociedade. Desta forma, a renda é o dinheiro que recebe um indivíduo por contribuir na produção de algo de útil para a sociedade, assim:

¹ Neste capítulo optou-se pela mudança de sujeito, tempo e modo verbais a fim tornar a teoria econômica acessível ao entendimento de educandos do 4º ao 5º ano do ensino fundamental básico. Desse modo, o assunto da Educação Financeira é tratado de forma didática, clara e objetiva, através do uso de exemplos práticos e figuras ilustrativas para melhor compreensão dos educandos.

- 1) **O Funcionário:** recebe a renda de salário, ou seja, é o dinheiro que ele ganha por trabalhar em uma determinada empresa – geralmente, o salário é recebido a cada 30 dias de serviços prestados pelo funcionário, isto é, o salário é recebido mensalmente;
- 2) **O Empresário:** recebe a renda dos lucros de sua empresa, ou seja, do dinheiro que ele ganha pelos riscos assumidos na administração de seu negócio. O empresário precisa ganhar algum valor pelo trabalho de administração da empresa, e esse valor que ele ganha chama-se lucro;
- 3) **O Banco:** é remunerado pelos juros. Os bancos têm a função de emprestar dinheiro tanto para as pessoas como para as empresas, mas cobram por isso. Esse valor que o banco cobra chama-se juro e é a renda do dono do banco. Mas por que as pessoas tomam dinheiro emprestado dos bancos? Isso ocorre porque todos nós temos a necessidade de usar o dinheiro tanto para consumir, seja na compra de bens ou na contratação de serviços, quanto para investir em um negócio próprio, como, por exemplo, abrir uma loja de brinquedos e, por fim;
- 4) **O dono de imóvel para alugar:** é remunerado pelo aluguel, ou seja, pelo ganho que ele terá ao colocar seu imóvel à disposição para ser habitado por outro indivíduo ou família, por preço e tempo determinados em um contrato chamado contrato de locação. Além de imóvel para morar, existem também imóveis para serem utilizados no funcionamento de empresas tais como lojas, supermercados, cinema, etc., assim como, também existem terrenos vazios que podem ser locados para uso de alguma atividade produtiva, neste caso, porém, o aluguel passa a se chamar arrendamento e é muito comum na área rural.

Desse modo percebe-se que a renda recebida pelas pessoas, sejam elas funcionários, empresários, banqueiros e donos de imóveis, tem uma denominação específica que varia de acordo com a característica de cada um, mas não deixam de ser apenas diferentes formas de renda, de ganhar dinheiro, embora exerçam atividades diferentes, todas proporcionam renda.

Os indivíduos que produzem – que trabalham – que vendem ou compram – que emprestam dinheiro – que alugam casas são chamados pela economia de:

agentes econômicos. Estes agentes se relacionam entre si de forma direta ou indiretamente, por exemplo:

- I. Para que o empresário possa produzir bens e serviços e receber o lucro, este deve contratar funcionários para trabalhar em sua empresa que receberão, por sua vez, o salário pelo trabalho prestado;
- II. Tanto o salário dos funcionários, como o lucro do empresário, muitas vezes, são destinados para pagamento de aluguel para moradia ou compra de bens de consumo como roupa e alimento;
- III. Parte da renda que é recebida pelos funcionários, empresários e donos de imóveis pode, também, ser destinada aos bancos, seja apenas para guardar seu dinheiro para uma prevenção futura, ou para aplicá-lo em uma caderneta de poupança, por exemplo, que permitirá a essas pessoas obterem ganhos no futuro, aumentando, assim, seu dinheiro guardado;
- IV. O banco, por sua vez, utiliza o dinheiro que é depositado por todos para emprestar às pessoas ou empresas que dele necessitam para comprar bens ou contratar serviços. Assim, portanto, para que o banco realize esse serviço, ele cobra juros que é sua remuneração, ou seja, sua forma de ganhar dinheiro.

4.2 Teoria do Consumidor Aplicada ao Ensino Fundamental Básico

A teoria econômica nos mostra que as necessidades dos seres humanos são ilimitadas, e que os recursos existentes, porém, são escassos, isto é, nossas necessidades são muitas e nunca acabam, mas os recursos, tanto da natureza, como o nosso próprio dinheiro são limitados, ou seja, possuem quantidades insuficientes para satisfazer todas as nossas necessidades humanas. Sabe-se também, que as pessoas satisfazem suas necessidades por meio do processo de consumo. Todos os produtos e serviços que atendem às necessidades dos consumidores estão disponíveis para compra em lojas, supermercados, farmácias, restaurantes, lanchonetes, em fim, nos estabelecimentos comerciais existentes na cidade em que vivemos.

Conforme visto anteriormente, a renda que uma pessoa ganha é destinada para consumo de bens e para contratação de serviços. A Figura 13, a seguir, ilustra, de um lado, alguns dos produtos existentes no mercado, como brinquedos, carrinho, bola, materiais escolares disponíveis; do outro, alguns dos serviços existentes na economia tais como: cinema, circo, parque de diversões e escolas particulares ou de ensino profissionalizante. Os produtos são denominados de bens tangíveis, pois você pode visualizá-los, pegá-los e levá-los para sua casa. Os serviços são denominados de bens intangíveis, pois você não pode pegá-los e levá-los para sua casa, mas, apenas, aproveitar os benefícios que esses serviços lhe proporcionam. São exemplos de serviços o cinema, o circo e o parque de diversões, note que você não consegue levá-los para sua casa, e eles têm um tempo de duração, mas você aproveita a diversão que as atrações desses serviços lhe oferecem. Outro exemplo de serviço é a escola particular, seja ela de ensino regular, ou de cursos de informática, por exemplo, você compra apenas o benefício do aprendizado que essas escolas lhe proporcionam. Existem na economia inúmeros serviços disponíveis para contratação, como os serviços prestados por médicos, dentistas, mecânicos, pedreiros, em fim, todos aqueles serviços que são prestados por profissionais liberais diretamente às pessoas. Desse modo, portanto, nota-se que a principal característica que diferencia um serviço de um produto é a de ser um bem intangível, enquanto o produto é tangível.

Diante dessa explicação, você pode perceber que sua renda pode ser destinada tanto para compra de um produto (bem tangível), quanto para a contratação de um serviço (bem intangível), disponíveis no mercado:

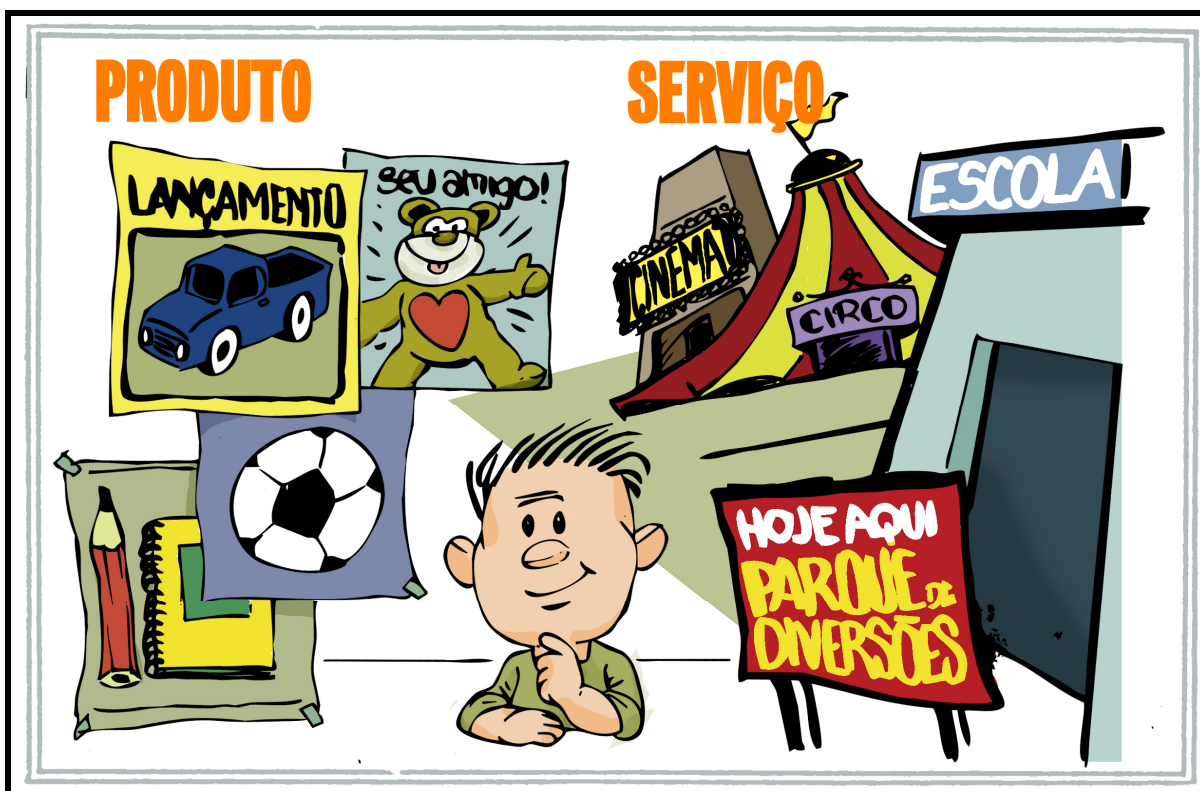


Figura 13: Destinação da renda para compra de bens e serviços
Ilustração: Ricardo Humberto de Macedo

Conforme visto, para adquirir produtos ou contratar serviços é necessário comprá-los, ou seja, pagar um preço em dinheiro, para depois aproveitar de sua utilidade.

Também, os produtos ou serviços que atendem à nossa necessidade podem deixar as pessoas mais ou menos satisfeitas. Tomando o exemplo de uma bola de basquete em época de Copa do Mundo de Futebol. Se uma criança ganha uma bola de basquete, enquanto outras assistem pela TV a todos os jogos da Copa do Mundo de Futebol e, ao final dos jogos, ainda se reúnem para jogar uma partida de futebol, provavelmente a criança que ganhou a bola de basquete se sinta menos satisfeita porque seus amigos, empolgados com a Copa do Mundo de Futebol, preferem jogar futebol ao invés de basquete.



Figura 14: Utilidade de uma bola de basquete em época de Copa do Mundo de Futebol
Ilustração: Ricardo Humberto de Macedo

O exemplo ilustrado na Figura 14 ajuda a entender que os produtos e serviços existentes nos satisfazem de maneiras diferentes, com intensidades diferentes.

A Figura 15 a seguir ajuda no entendimento de que as coisas que compramos nos satisfazem de maneira e intensidades diferentes:

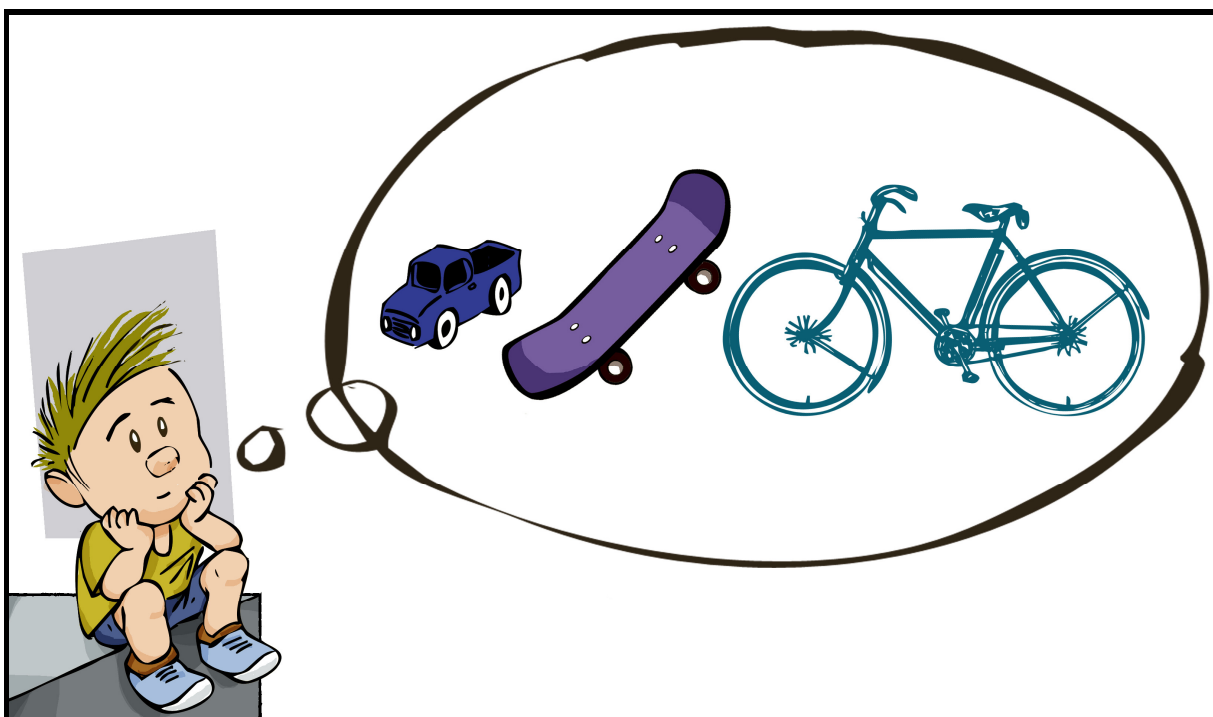


Figura 15: Brinquedos por ordem de utilidade
Ilustração: Ricardo Humberto de Macedo

Dos brinquedos imaginados pelo menino da Figura 15, cada um deles tem uma utilidade diferente. Aparentemente, o carrinho de madeira tem uma utilidade menor, o que provoca inevitavelmente uma satisfação menor, útil apenas para os momentos de brincadeira.

Já o skate, além de ser um brinquedo maior, pode ser utilizado também para outras finalidades além de apenas brincar, como, por exemplo, forma de transporte, muito comum nas cidades maiores, utilizado por meninos e meninas para se deslocar de um local para outro.

Contudo, dos três brinquedos imaginados pelo menino da Figura 15, possivelmente, a bicicleta tenha uma utilidade ainda maior. Além de ser utilizada em brincadeiras e corridas, é um importante e bem difundido veículo de transporte. Comparada com o skate, a bicicleta possibilita um deslocamento bem mais rápido, menos cansativo e aparentemente mais confortável.

Diante da possibilidade de escolher um dos brinquedos imaginados pelo menino da Figura 15, qual deles você preferiria? Utilizando o comportamento racional e não levando em conta desejos de momento, dos três brinquedos sugeridos, a bicicleta é o de maior utilidade e proporciona maior satisfação, atende mais às necessidades diárias, devendo ser este o brinquedo escolhido pela maioria das crianças.

Porém, como foi lembrado no início deste texto, o produto que queremos ter necessita ser comprado, ou seja, é preciso pagar, entregar certa quantia em dinheiro para ter a propriedade do brinquedo, para ser de fato dono do brinquedo. Uma pergunta a ser feita agora é: qual o preço do brinquedo? A resposta é: depende! Cada produto tem um preço diferente do outro e, geralmente, quanto maior sua utilidade, maior o seu preço.

Vamos supor que seja possível estabelecer uma ordem de utilidade entre os três brinquedos, tendo como critério para esta ordem o preço do próprio brinquedo. Os brinquedos podem ser observados no Quadro 5 a seguir:

ORDEM DE UTILIDADE OU SATISFAÇÃO	TIPO DE BRINQUEDO	PREÇO
1º	 - Bicicleta	R\$ 1.000,00
2º	 - Skate	R\$ 300,00
3º	 - Carrinho de madeira	R\$ 50,00

Quadro 5: Ordem de utilidade dos brinquedos

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme observado no Quadro 5, é possível identificar que os brinquedos que proporcionam maior satisfação, por terem mais utilidade, são justamente os brinquedos que também apresentam preços mais elevados.

A partir do momento que os brinquedos têm preços diferentes, ou seja, alguns são mais caros e outros mais baratos, é preciso acrescentar mais um importante elemento, para então escolher, qual dos brinquedos eu posso comprar. Esse importante elemento chama-se: disponibilidade de dinheiro. Eu preciso agora contar o dinheiro que tenho para saber se é suficiente para comprar o brinquedo que desejo.

Se eu tenho R\$ 320,00, mesmo querendo muito, não consigo comprar a bicicleta agora. Isso ocorre porque a bicicleta custa R\$ 1.000,00 e agora tenho apenas R\$ 320,00. A quantidade de dinheiro não é suficiente para comprar o brinquedo de maior utilidade. O que eu faço frente a essa situação? Na verdade, uma situação desta tem duas soluções possíveis e coerentes. A primeira alternativa é comprar o brinquedo que tenho condições de comprar e que proporciona maior satisfação, que dentro desta condição agora passa a ser o skate. A segunda alternativa é esperar, juntar todo o dinheiro necessário para comprar a bicicleta. Essa alternativa me obriga a adiar a intenção de compra da bicicleta, que é o produto de maior utilidade, porém, de maior preço também.

Na seção seguinte, será exposto como o dinheiro pode ser guardado para realizar uma compra futura, em que o valor que necessito hoje não é suficiente para comprar o que pretendo.

4.3 Teoria Monetária Aplicada ao Ensino Fundamental Básico

Nesta seção, veremos quais são as funções do dinheiro, para tanto podemos fazer o seguinte questionamento: Para quê serve o dinheiro afinal? O dinheiro tem basicamente três funções:

- I. A primeira função do dinheiro é servir como instrumento de troca, ou seja, serve para comprar produtos (bens tangíveis) ou contratar serviços (bens intangíveis). Quando quero comprar algo, entrego determinada quantia em dinheiro e, em troca, fico com o produto ou serviço. É uma troca porque entrego o dinheiro em troca do produto ou para que determinado serviço me seja prestado, conforme ilustrado pela Figura 16 a seguir:



Figura 16: Relação de troca de bens e serviços
Ilustração: Ricardo Humberto de Macedo

- II. A segunda função do dinheiro é expressar o preço de todos os produtos e serviços que precisamos comprar. Todos os produtos e serviços disponíveis à venda têm um preço, ou seja, a especificação da quantidade de dinheiro que pode ser trocada. Alguns produtos têm preços mais elevados e outros preços menores, mas o fato é que todos têm um preço, como mostra a Figura 17:

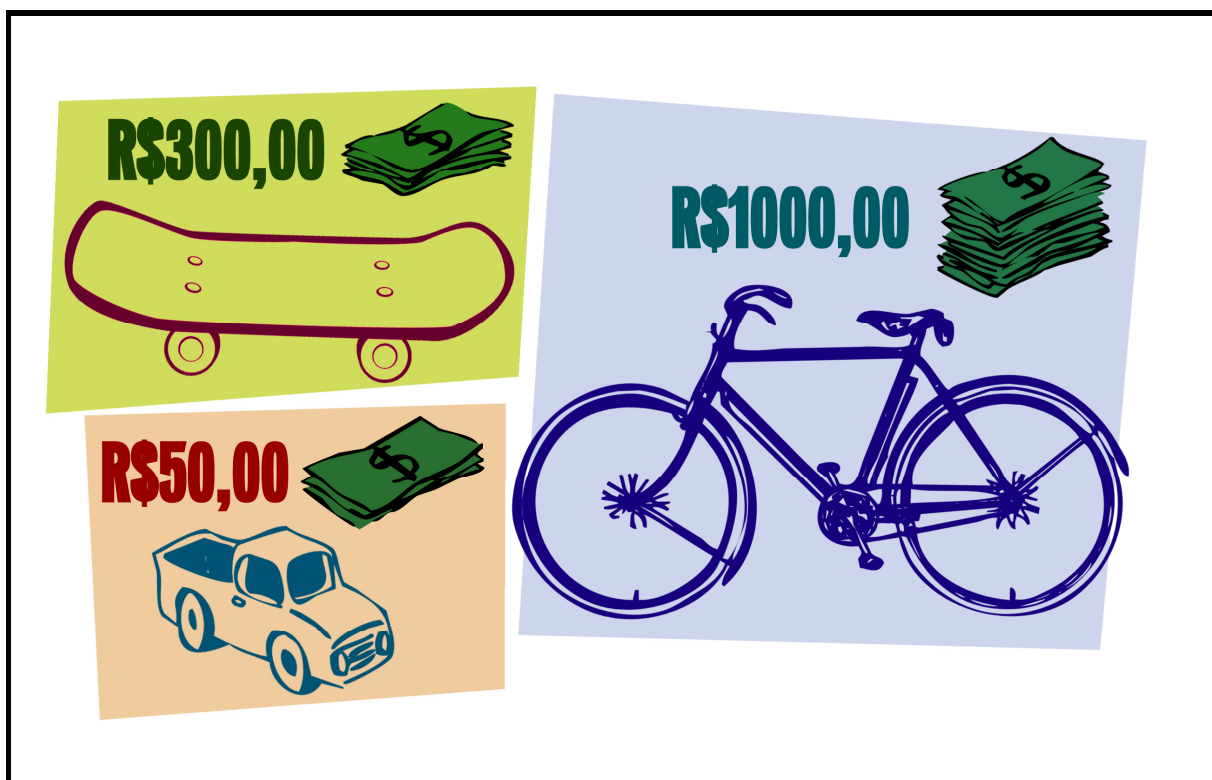


Figura 17: Preço dos brinquedos disponíveis para compra
Ilustração: Ricardo Humberto de Macedo

Os preços dos produtos são expressos em moeda, e cada país tem sua própria moeda. No caso do Brasil, a moeda oficial é o real, vigente desde o ano de 1994, conforme se pode observar pela Figura 18, a qual ilustra as cédulas e moedas de real utilizadas atualmente no Brasil:



Figura 18: Cédulas e moedas de real vigentes no Brasil
Ilustração: Ricardo Humberto de Macedo

- III. A terceira função da moeda é, sem medo de errar, uma das mais importantes é a reserva de valor. Não há a obrigatoriedade de gastar todo o dinheiro que recebemos. Muito pelo contrário, é prudente e aconselhável guardar, pelo menos, parte do dinheiro seja para comprar algo que não temos todo o valor que precisamos no momento, como o exemplo da bicicleta citado anteriormente, ou para nos prevenirmos de uma necessidade futura, ainda inesperada:

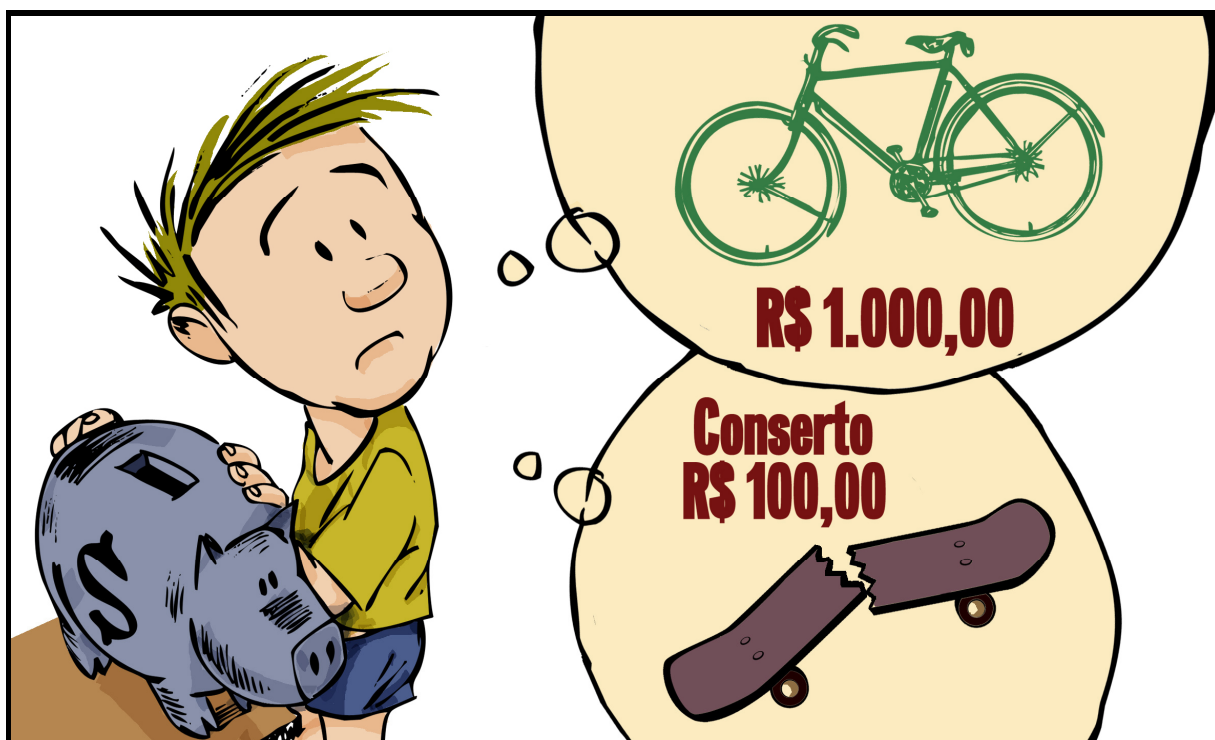


Figura 19: Reserva para precaução ou aquisição de uma bicicleta no futuro
Ilustração: Ricardo Humberto de Macedo

A Figura 19 ilustra uma situação em que o menino guarda seu dinheiro, todo o mês, como reserva de valor com objetivo de comprar uma bicicleta que custa R\$ 1.000,00 num futuro próximo, mas precisa utilizar suas economias para consertar seu skate quebrado. Desse modo, percebemos que, se o menino não tivesse guardado seu dinheiro como uma reserva de valor, ele não teria condições de consertar seu skate, muito menos teria todo o dinheiro para comprar a bicicleta desejada.

A grande vantagem de guardar o dinheiro que se ganha sem gastá-lo, é que, em um banco, o dinheiro guardado rende juros se aplicado, por exemplo, numa caderneta de poupança. Juros é o preço que uma pessoa paga para usar o dinheiro de outra, neste caso o banco nos paga juros para usar nosso dinheiro aplicado na

caderneta de poupança. Sendo assim, o dinheiro poupado se torna uma quantia maior do que a guardada inicialmente se for depositado em um banco, aumentando o seu valor com o passar do tempo:

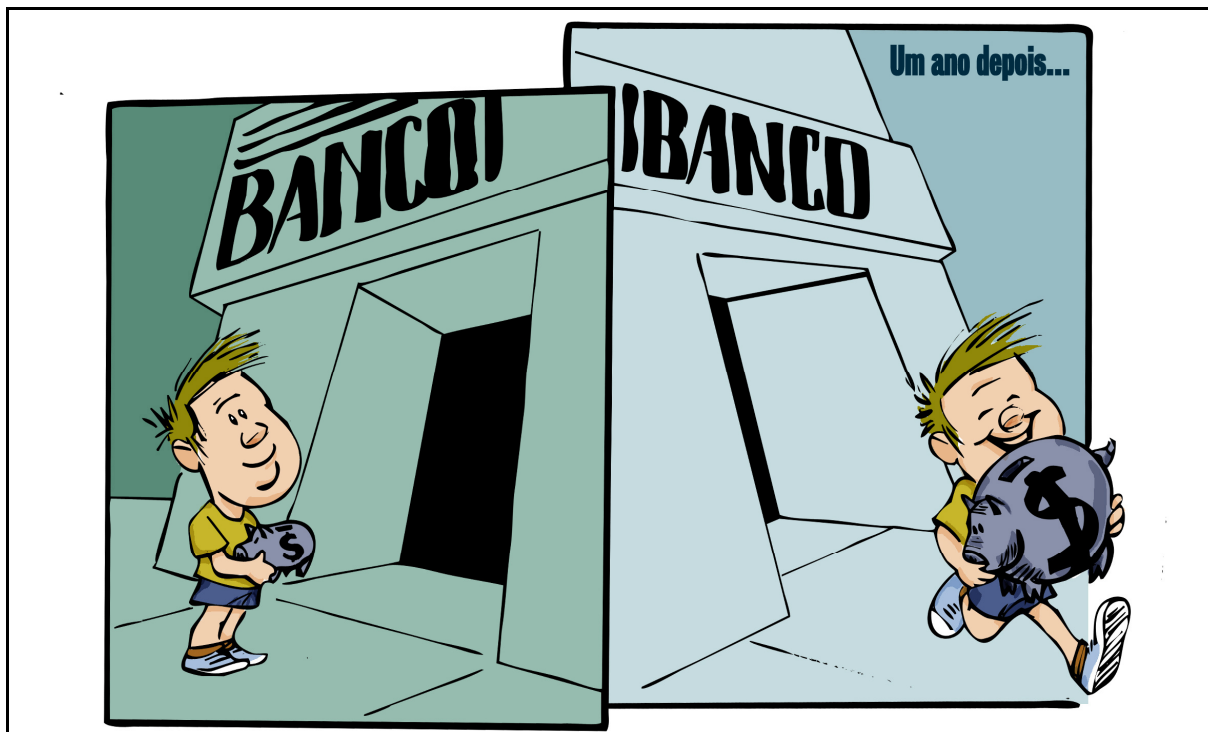


Figura 20: Rendimento do dinheiro guardado no banco após um ano
Ilustração: Ricardo Humberto de Macedo

Com ajuda da Figura 21 a seguir, observa-se que o valor de R\$ 100,00 guardados em uma caderneta de poupança todos os meses, se corrigido a uma taxa de juros de 1% ao mês, ou seja, R\$ 1,00 a cada R\$ 100,00 guardados, em alguns anos, o valor que você receberá por ele será bem elevado. Vale dizer que os juros desta aplicação são compostos, isso significa que os juros são calculados sobre o valor que foi depositado e também sobre os juros recebidos, desta forma, à medida que você deposita seu dinheiro todo mês no banco, o valor do dinheiro aumenta ainda mais, assim:

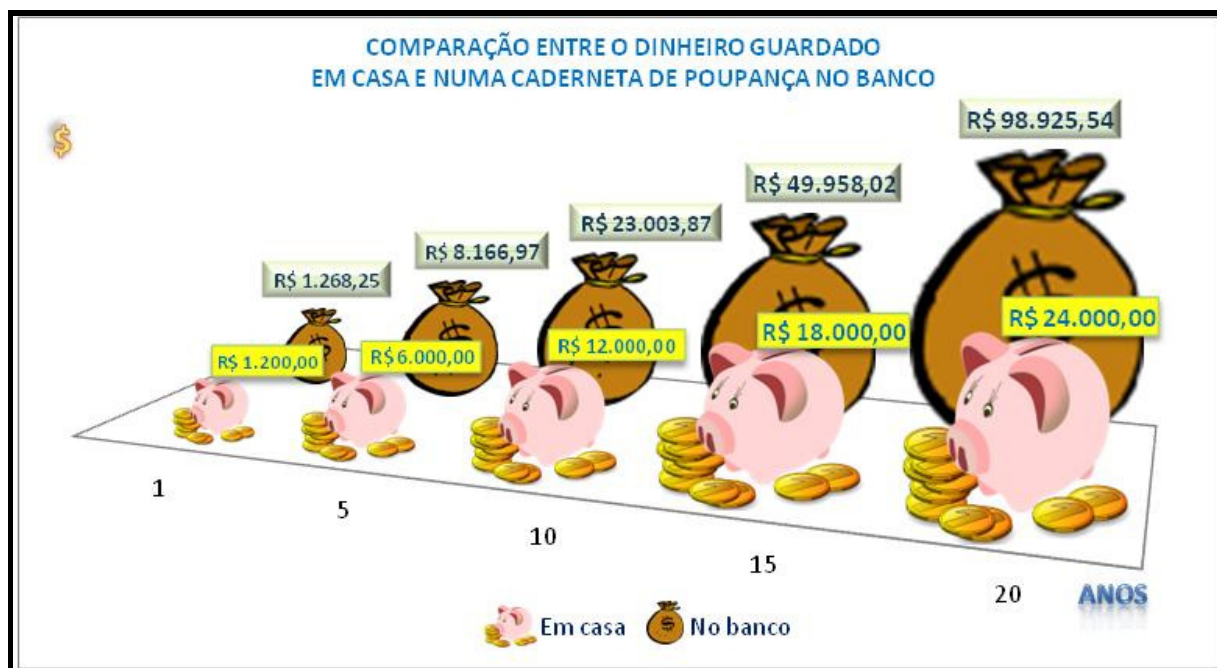


Figura 21: Comparação do dinheiro guardado em casa x caderneta de poupança
Fonte: Elaborado pelo autor

Como mostra a Figura 21, quanto mais tempo você guardar o seu dinheiro no banco, maior será o rendimento que você receberá por ele, ou seja, à medida que o seu dinheiro é guardado mês a mês numa caderneta de poupança no banco, que pagará juros pela utilização desse dinheiro, maior será o valor que você ganhará por ele no final de um período – é como se fosse um prêmio que você recebe por deixar de gastar o seu dinheiro e guardá-lo no banco.

Repare que, em um ano, se você guardasse a quantia de R\$ 100,00, todo mês, durante um ano você teria o valor de R\$ 1.200,00, porém, com a remuneração que o banco lhe paga, que são os juros recebidos por deixar o dinheiro guardado, o valor total que você teria em um ano, na verdade, seria de R\$ 1.268,25. Note que, o valor recebido se torna ainda maior ao longo do tempo à medida que você continua guardando seu dinheiro numa caderneta de poupança no banco, assim:

- I. Em cinco anos, se você apenas guardasse o seu dinheiro todo mês em casa, sem depositá-lo no banco, você conseguiria juntar o valor de R\$ 6.000,00. Mas, se ao invés disso, você resolvesse guardar o seu dinheiro numa caderneta de poupança no banco, o valor que você receberia seria de **R\$ 8.166,97**;
- II. Em dez anos, você juntaria R\$ 12.000,00, se guardado o dinheiro em casa. No banco, você receberia: **R\$ 23.003,87**;

- III. Em quinze anos, você juntaria R\$ 18.000,00. No banco, você receberia: **R\$ 49.958,02** e;
- IV. Em vinte anos, você juntaria R\$ 24.000,00 guardando o dinheiro em casa. No banco, você receberia: **R\$ 98.925,54**.

Desse modo, portanto, podemos ver que se soubermos utilizar o nosso dinheiro de acordo com suas funções, poderemos ainda guardá-lo em um banco para que sua quantidade aumente ainda mais.

Você pode estar se perguntando: mas como eu poderei utilizar as três funções da moeda no meu dia a dia? A resposta pode ser exemplificada da seguinte maneira:

- 1) **Meio de troca:** vimos que as nossas necessidades são muitas, mas nosso dinheiro tem quantidade limitada e que destinamos esse dinheiro para comprar produtos (bens tangíveis) e contratar serviços (bens intangíveis), desta forma, devemos ter em mente que não podemos gastar o nosso dinheiro com tudo o que queremos, sendo assim, devemos fazer as nossas escolhas de acordo com o dinheiro que possuímos, sem, no entanto, gastarmos todo o dinheiro e ficarmos sem nada;
- 2) **Saber o preço das coisas:** os produtos e serviços disponíveis no mercado possuem preços diferentes e, muitas vezes, o mesmo produto varia de preço de uma loja para outra. Portanto, conhecer o preço dos produtos e serviços é muito importante para não gastar muito dinheiro desnecessariamente. Sendo assim, é necessário não ter pressa para comprar, pois mesmo que o produto que você queira esteja em promoção, você poderá comprá-lo por um preço mais barato se pesquisá-lo em diferentes lojas;
- 3) **Reserva de valor:** destinar parte da renda como uma reserva para emergência ou para reunir uma quantidade de dinheiro suficiente para a compra de um produto que desejamos ter, é muito importante. A reserva para emergência é uma forma de termos segurança no futuro, pois corremos o risco de sermos surpreendidos com algum imprevisto, como a necessidade de consertar um brinquedo que estragou ou consultar um médico, por exemplo, se não tivermos todo o dinheiro na hora, como vou atender essa minha necessidade inesperada? Com a destinação de parte da renda para uma reserva podemos, também, criar objetivos, definindo o

quanto iremos poupar, ou seja, o quanto de dinheiro precisaremos reservar para conquistar nossos objetivos ou realizar um sonho como: a compra daquela bicicleta ou daquele vídeo game que tanto queremos ter; viajar; fazer uma aventura, cujo preço no momento é elevado e, por esse motivo, não temos condições de comprar com o dinheiro que possuímos. Conforme visto anteriormente, para que possamos aumentar o dinheiro que guardamos, podemos depositá-lo numa caderneta de poupança no banco, assim, o tempo que precisaríamos esperar para conquistar nossos objetivos, poderá ser menor, pois a quantidade de dinheiro aumenta com o passar do tempo, devido ao valor guardado mês a mês e os juros que o banco me paga por deixar lá o meu dinheiro.

Agora, após conhecer a origem do dinheiro, para quê ele serve e como utilizá-lo de forma coerente e racional, você perceberá que com esforço, paciência e disciplina no uso do dinheiro, você poderá conquistar muitas coisas, inclusive a realização de seus sonhos. Por isso, é muito importante definir objetivos a serem alcançados e buscar conquistá-los, e assim, após adquirir um produto desejado ou realizar a viagem dos sonhos, por exemplo, com o dinheiro que guardou, busque definir novos objetivos para conquistar e mãos à obra!

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O material pedagógico sugerido neste trabalho, fundamentado na teoria econômica, pretende colaborar com a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF na transferência de conhecimento de Educação Financeira a educandos do 4º ao 5º ano do ensino fundamental de escolas particulares e, principalmente, públicas. Esse material também poderá ser utilizado para leitura em bibliotecas públicas e privadas em todo Brasil. Para melhor compreensão dos educandos, buscou-se desenvolver o presente material em linguagem acessível, abordando os principais elementos das Teorias da Renda, do Consumidor e Monetária.

Este estudo buscou demonstrar, por de meio de pesquisas bibliográficas, a necessidade de se ensinar educação financeira, a começar pelo ensino fundamental nas escolas. O presente estudo foi então direcionado a educandos do final do primeiro ciclo do ensino fundamental básico, especificamente 4º e 5º anos, por já serem alfabetizados e saberem realizar operações básicas de matemática. No entanto, o alvo principal são os alunos das escolas públicas, por entender que há uma necessidade maior de educação financeira, devido à carência de suporte necessário na própria estrutura familiar.

Infelizmente, no Brasil, o assunto educação financeira é deficitário e, mesmo com alguns programas existentes de orientação financeira, o alcance ainda é baixo, sendo, pois, percebido, pela dificuldade que muitos consumidores têm para administrar suas finanças e pelo aumento da inadimplência no país, conforme evidenciado nesta pesquisa. Desta forma, a educação financeira tem se mostrado indispensável para ajudar o indivíduo na sua tomada de decisão, a fim de que ele se torne um consumidor consciente e, principalmente, saiba administrar de forma mais racional sua renda auferida.

Diante disto, o assunto tratado sobre a educação financeira, em linguagem acessível a educandos do 4º ao 5º ano do ensino fundamental, teve o cuidado de demonstrar aos educandos qual é a origem do dinheiro que chega em sua casa todos os meses, como deve ser seu comportamento para gastar esse dinheiro e, principalmente, a possibilidade e o dever de guardar parte do dinheiro ganho mensalmente para atender uma eventualidade futura. Desse modo, buscou-se fazer uso de ilustrações e exemplos práticos para melhor compreensão.

O material pedagógico proposto neste trabalho poderá contribuir com a orientação e a conscientização dos educandos que dele se utilizam na escola e, conseqüentemente, com a informação e orientação claras aprendidas com o material, refletir na tomada de decisão de suas famílias, pois o assunto que antes era demasiado-complexo para quem não tinha afinidade com questões econômico-financeiras torna-se, agora, claro e acessível com os exemplos práticos e corriqueiros do dia a dia dos educandos, aplicável também a suas famílias.

Desse modo o material proposto pretende contribuir para a educação financeira de educandos e, posteriormente, de suas famílias, transformando seus hábitos, a fim torná-los consumidores conscientes que tomam decisões sensatas no uso de seu dinheiro, que planejam sua vida financeira, desenvolvem projetos para sua vida e de suas famílias, traçam metas e realizam sonhos que só podem se concretizar tendo conhecimento da realidade que os cerca. Este parece ser um importante passo para a existência de uma sociedade menos endividada e mais ponderada nas compras que realizam. Mas para que o sonho se torne realidade, isso exigirá esforço das pessoas envolvidas no processo, buscando ter noção do valor do dinheiro, aprendendo a controlar sua compulsividade pelo consumo imediato; evitando as armadilhas do crédito fácil que compromete a renda e prejudica os planos para o futuro; também, se faz necessário reconhecer a necessidade de se fazer reservas com seu dinheiro para se assegurar de imprevisto no futuro, bem como, possam aprender a investir seu dinheiro na aplicação que lhe permita auferir a melhor rentabilidade.

Conclui-se que, é possível mudar a realidade deste círculo vicioso que atinge a economia brasileira, onde o consumismo estimulado pelo crédito fácil e somado ao desconhecimento sobre assuntos econômico-financeiros leva a um número cada vez maior de consumidores inadimplentes no país. Desse modo, por meio das instruções adequadas aprendidas no material proposto, a semente de um futuro próspero estará sendo plantada nas novas gerações, proporcionando-lhes condições de terem um futuro promissor e de tornarem-se adultos conscientes de suas ações financeiras.

Por fim, com base neste trabalho, outras pesquisas poderão ser realizadas a fim de se abordar temáticas relacionadas à economia, adaptadas para uma linguagem acessível ao ensino fundamental da educação básica como, por exemplo, a lei da oferta e demanda, e o papel do governo na economia, discorrendo sobre os

seguintes pontos: a definição de tributo, para quê serve; de que forma os serviços públicos são custeados para poderem atender à população; qual é a função do indivíduo, enquanto cidadão de direitos e deveres, tendo por objetivo levar educandos do ensino fundamental a compreenderem de que forma suas ações podem influenciar a economia de sua cidade, Estado ou Nação. Também, poderão ser feitos trabalhos de campo, realizando atividades lúdicas com os educandos do ensino fundamental de modo a obter o resultado da compreensão dos alunos sobre assuntos econômico-financeiros trabalhados.

REFERÊNCIAS

ADJUTO, Graça. **Educação Financeira chegará a quase 3 mil escolas em 2015**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-05/educacao-financeira-chegara-quase-3-mil-escolas-publicas-ate-2015>>. Acesso em: 11 out. 2015.

AEF-BRASIL, Associação da Educação Financeira do Brasil. Mapa da educação financeira no Brasil: uma análise das iniciativas existentes e as oportunidades para disseminar o tema em todo o País. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/RelatorioAnaliticoENEF.pdf>>. Acesso em: 10 de out. 2015.

AEF-BRASIL, Associação da Educação Financeira do Brasil. Educação Financeira, 2015b. Disponível em: <<http://www.aefbrasil.org.br/index.php/educacao-financeira/>>. Acesso em: 11 out. 2015.

ALMEIDA, Marina da Silveira Rodrigues. **Estilos de Aprendizagem**. 2007. Disponível em: <<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-educar/educacao-especial-sala-maria-terezamantooan/ARTIGOS/Estilos-de-aprendizagem-e-inteligencias-multiplas.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

ARAÚJO, F. A. L.; SOUZA, M. A. P. Educação Financeira para um Brasil Sustentável: evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão. **BACEN: Trabalhos para Discussão**, Brasília, n. 280, p. 1-52, jun. 2012.

BACEN – Banco Central do Brasil. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**, 2013. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2013.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

BACEN/CONEF – Banco Central do Brasil/Comitê Nacional de Educação Financeira. Brasil: implementando a estratégia nacional de educação financeira. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf>. Acesso em: 12 out. 2015.

BM&FBOVESPA – Bolsa de Mercadorias e Futuros. **Resultados da Avaliação de Impacto do Projeto Piloto de Educação Financeira nas Escolas**. Disponível em: http://www.aefbrasil.org.br/wp-content/uploads/Release_BMFBOVESPA.pdf/. Acesso em: 12 out. 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 dez. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm>. Acesso em: 10 abr. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Programa de Educação Financeira nas Escolas. **Como implementar. Programa de Educação Financeira nas Escolas**, 2015. Disponível em: <<http://www.edufinanceiranaescola.gov.br/como-implementar/>>. Acesso em: 11 out. 2015.

BRASIL. Semana de Educação Financeira 2014. Disponível em: <<http://www.editorapositivo.com.br/lib/portalconquista/artigos/orientacoeseducacaofinanceiranascolas.pdf>> Acesso 11 out. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Da Macroeconomia Clássica a Keynesiana**. EC-MACRO-L-1968, São Paulo, Abril 1968, Revisado em maio 1976. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1968/68-98DaMacroclassicaAKeynesiana.apostila.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

CABRAL, Bárbara Barbosa. **Educação financeira: o primeiro passo para o consumo consciente**. Acadêmico mundo multidisciplinar. Bahia, ano 01, n. 2, out. 2013. Disponível em: < http://www.academicomundo.com.br/revista_2.html > Acesso em 10 de outubro de 2015.

CARVALHO L. C. P. **Microeconomia introdutória**: para cursos de Administração e Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1996.

CARVALHO, Fernando J. C. **Uma Contribuição ao Debate em Torno da Eficácia da Política Monetária e Algumas Implicações para o Caso do Brasil**. Revista de Economia Política, vol. 25, nº 4 (100), pp. 323-336 Out./Dez. 2005.

CORTEZ, A.T.C.; ORTIGOZA, S.A.G. **Da produção ao consumo**: impactos socioambientais no espaço urbano. São Paulo: Editora UNESP; p. 35-62, ISBN 978-85-7983-007-5, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/n9brm/pdf/ortigoza-9788579830075-03.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

FERRARI FILHO, Fernando. **As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes**. Rio de Janeiro, abril de 2005, 10(2): 213-236, Mai./Ago. 2006.

FERREIRA, V. R. M. **Psicologia Econômica**: origens, modelos, propostas. São Paulo: PUC-SP, Tese. Doutorado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro**: você é o maior responsável. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GARCIA, Manuel E.; VASCONCELLOS, Marco A. S. **Fundamentos de Economia**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, L. **Princípios da administração financeira**. São Paulo: Harbra, 1997.

HILL, N. **Quem pensa enriquece**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2009.

HUGON, Paul. **A moeda: introdução à análise e às políticas monetárias e à moeda no Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Biblioteca de ciências sociais, 1972.

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: Atlas, 1980.

HUNT, E.K; LAUTZENHEISER, M. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **PISA**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

KALECKI, Michal. **Salários Nominais e Reais, em Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1980.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas), 1936.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KIYOSAKI, Robert T, LECHTER, Sharon L. **Pai rico pai pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro**. 58ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LIMA, J. F. L.; PITAGUARI, S.O.P. **As idéias keynesianas e o crescimento do produto nas economias locais**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, vol. 6, nº 10, p. 11-20, Março 2005.

MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de Economia Política e Considerações Sobre sua Aplicação Prática**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MATTA, Rodrigo Octávio Beton. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal: O Programa de Educação Financeira Do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência de da Informação) – Universidade de Brasília, 2007.

MISES, Ludwig Von. **Ação Humana**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo, Marx: considerações sobre a história do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991.

NE&PE-GS&MD – Núcleo de Estudos & Projeções Econômicas-Gouvêa de Souza. **Fatores que impactam o desempenho do varejo brasileiro**. Mercado&Consumo, set. 2015. Disponível em: <<http://mercadoeconsumo.com.br/artigos/projecoes-economicas/fatores-que-impactam-o-varejo-brasileiro/>>. Acesso em: 12 out. 2015.

NIELSEN. **Mudanças do Mercado Brasileiro**, 2015. Disponível em: <www.nielsen.com.br>. Acesso em: 10 de out. 2015.

OECD Better Life Index. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/impavido-colosso/em-ranking-da-educacao-com-36-paises-brasil-fica-em-penultimo/>>. Acesso em: 10 out. 2015.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. **Microeconomia**. 6ª. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

PINHO, D. *et al*, M. **Manual de Economia**, 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

RICARDO, David. **Os economistas: Princípios de Economia Política e Tributação**. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 20ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SAITO, André Taue; SAVOIA, José Roberto; PETRONI, Liége Mariel. **A educação financeira no Brasil sob a ótica da organização de cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE)**. IX SEMEAD, 2006, São Paulo. Trabalhos apresentados. Disponível em: < http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/45.pdf > . Acesso em: 10 out. 2015.

SANTOS, Liana R. **Boletim de Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro**, ano 4, número 39, fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA200902.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

SAVOIA, J. R.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A.. **Paradigmas da Educação Financeira no Brasil**. RAP. Rio de Janeiro, 41(6):1121-41, p. 1129-1138, Nov./Dez. 2007. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n6/06.pdf> >. Acesso em: 11 out. 2015.

SCHUMPETER, J. A. **A instabilidade do capitalismo**. In: Instituto de planejamento econômico e social, instituto de pesquisas. Clássicos de literatura econômica. Rio de Janeiro: Editorial IPEA, 1988.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOARES, José Francisco. **Melhoria do Desempenho Cognitivo dos Alunos do Ensino Fundamental**. 2007. Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n130/07.pdf> >. Acesso em: 02 nov. 2015.

SPC BRASIL/CNDL – Serviço de Proteção ao Crédito/Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas – **Dois milhões de brasileiros entram na lista de**

inadimplentes em 2015, revela indicador do SPC Brasil. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/noticias>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

TORRES, Patrícia Lupion (Org.). **Complexidade:** redes e conexões na produção do conhecimento. 2014. Disponível em: < http://agrinhoms.com.br/site/wp-content/uploads/2014/04/Agrinho_Livro_2_producao-do-conhecimento.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2015.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, Lev. S. **A Construção do Pensamento e da Linguagem.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, Lev. S. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1987.